

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
ESS - ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL  
PPS - PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL  
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

Juliana da Silva Miranda

Mulheres em situação de rua – vulnerabilidades e segregações



Niterói/2023

**Juliana da Silva Miranda**

**As vulnerabilidades na vida das mulheres em situação de rua**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Política Social.

Área de Concentração: Sujeitos Sociais e Proteção Social

Linha de Pesquisa: Gênero, raça, identidade de gênero e política social Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Nívia Valença Barros.

**Niterói/2023**

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

M672m Miranda, Juliana da Silva  
Mulheres em situação de rua ? vulnerabilidades e  
segregações / Juliana da Silva Miranda. - 2023.  
128 f.

Orientador: Nívia Valença Barros.  
Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,  
Escola de Serviço Social, Niterói, 2023.

1. Interseccionalidade. 2. Mulheres em situação de rua. 3.  
Populações em situação de rua. 4. Vulnerabilidades. 5.  
Produção intelectual. I. Barros, Nívia Valença,  
orientadora. II. Universidade Federal Fluminense. Escola de  
Serviço Social. III. Título.

CDD - XXX

**Juliana da Silva Miranda**

**Mulheres em situação de rua – Vulnerabilidades e segregações**

Niterói, 31 de julho de 2023

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dr<sup>a</sup>. Nívia Valença Barros  
Orientadora – Escola de Serviço Social-UFF (Niterói)

---

Dr<sup>a</sup>. Giovanna Bueno Cinacchi  
1º Examinadora - Instituto Rede Abrigo

---

Profa. Dr<sup>a</sup>. Joice da Silva Brum  
2º Examinadora - Centro Universitário Gama e Souza - UNIGAMA

A natureza selvagem sabe que a doçura só faz com que o predador sorria. Ela não é ingênua, nem meta e nem alvo. Vamos à luta!

**Clarissa Pinkola Estés**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço às pessoas amigas que estão comigo e que permaneceram nesse processo de estudo, por me darem forças durante as dificuldades, limitações enfrentadas e compreensão pelos momentos de ausência.

A Dr<sup>a</sup>. Giovanna Bueno Cinacchi, Ms Ida Cristina Rebello Motta e Ms Juan Oliveira por serem amigas e amigo, profissionais e acadêmicas/o de excelência e me mostrarem como a vida é boa com amigas/o.

A Ms Camila Carduz Rocha, por me acolher e ensinar sobre os caminhos da pesquisa, sobre criticar e defender o que eu acredito.

A minha orientadora, a Profa. Dr<sup>a</sup>. Nívia Valença Barros, pelo desafio da orientação e o aceite desde minha entrada no Programa.

Ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense e seu corpo docente por todo conhecimento compartilhado e incentivo às lutas sociais.

À Profa Dra. Mônica Senna por ser uma profissional tão contributiva e pelo significativo convite para pesquisar junto à Pesquisa “Niterói Inclusiva e Sustentável: construindo políticas intersetoriais para população em situação de rua” (2020-2023)

Às Profas Dra Mônica Senna e Dra Nilza Rogéria por estarem na Banca de qualificação deste estudo e pelos riquíssimos apontamentos tão necessários para esta pesquisa.

À Profa. Dr<sup>a</sup>. Joice da Silva Brum, e novamente, Dr<sup>a</sup>. Giovanna Bueno Cinacchi por aceitarem a composição da Banca examinadora deste meu estudo. Obrigada por fazerem parte.

## RESUMO

Este estudo procura refletir sobre as vulnerabilidades vividas pelas mulheres que se encontram em situação de rua no município de Niterói – RJ. Tem como ponto de partida a interseccionalidade para a sua análise. Discute o processo de realização e as políticas sociais implementadas em um contexto de uma sociedade capitalista. As mulheres em situação de rua vivenciam um processo de segregação social, marcada pela extrema pobreza que pode levar à cronicidade da situação de rua e ao aumento de suas vulnerabilidades. O trabalho objetiva analisar os processos de exclusão social e de realização das mulheres em situação de rua. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com mulheres em situação de rua em Niterói, Rio de Janeiro e diário de campo. Consideramos que a trajetória histórica da mulher em situação de rua é permeada por violações de direitos, desvalorizações e desigualdades decorrentes da cultura social machista e patriarcal. A maioria das mulheres são pretas e pardas, vivenciam conflitos familiares, desemprego e convivem com perversas condições decorrentes da violência estrutural. A pesquisa aponta as vulnerabilidades recorrentes como violência, empregos precários, acesso a higiene instável, comprometimentos da saúde mental, além de demandas provenientes do uso abusivo e/ou nocivo de álcool de outras drogas.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade, Mulheres em situação de rua, Populações em situação de rua, Vulnerabilidades.

## ABSTRACT

This study seeks to reflect on the vulnerabilities experienced by women who are homeless in the city of Niterói - RJ. Its starting point is intersectionality for its analysis. It discusses the streetization process and the social policies implemented in the context of a capitalist society. Homeless women experience a process of social segregation, marked by extreme poverty that can lead to chronic homelessness and increased vulnerabilities. The work aims to analyze the processes of social exclusion and streetization of women living on the streets. Semi-structured interviews were conducted with homeless women in Niterói, Rio de Janeiro and a field diary. We consider that the historical trajectory of women living on the street is permeated by violations of rights, devaluations and inequalities resulting from the sexist and patriarchal social culture. Most women are black and brown, experience family conflicts, unemployment and live with perverse conditions resulting from structural violence. The research points to recurrent vulnerabilities such as violence, precarious jobs, access to unstable hygiene, compromised mental health, in addition to demands arising from the abusive and/or harmful use of alcohol and other drugs..

**Keywords:** Intersectionality, Homeless women, Homeless populations, Vulnerabilities.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações  
CAAE - Certificado de Apresentação de Apreciação Ética  
CAPs - Centro de Atenção Psicossocial  
CAPS ad - Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
Centros POP - Centro de Referência Especial para Pessoas em Situação de Rua  
CF/88 - Constituição Federal de 1988  
CnaR - Consultório na Rua  
CRAS - Centros de Referência da Assistência Social  
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social  
CONGEMAS - Colegiado Nacional de Gestores Municipais da Assistência Social  
DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos  
FEC - Fundação Euclides da Cunha  
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano  
IDM - Índice de Desenvolvimento da Mulher  
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social  
MDS - Ministério de Desenvolvimento Social  
MNPR - Movimento Nacional de População de Rua  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PDPA - Programa de Desenvolvimento de Projetos Aplicados  
PSR - Pessoa em Situação de Rua  
PNAS - Política Nacional de Assistência Social  
PNAB - Política Nacional de Atenção Básica  
PNPR - Política Nacional para População em Situação de Rua  
PNUD - Programa de População das Nações Unidas  
PT - Processo Transexualizador  
SciELO Brasil - Scientific Electronic Library Online  
SPM - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres  
SUAS - Sistema Único de Assistência Social  
SUS - Sistema Único de Saúde  
UFF - Universidade Federal Fluminense

## LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 - Homens e mulheres cis e trans
- Tabela 2 - Orientação sexual
- Tabela 3 - Cor/raça
- Tabela 4 - Idade das mulheres
- Tabela 5 - Determinantes para estar em situação de rua
- Tabela 6 - Experiência de rua antes de Niterói
- Tabela 7 - Dificuldades da mulher cis em situação de rua
- Tabela 8 - Dificuldades da mulher trans e travesti em situação de rua
- Tabela 9 - Contato com familiares que estão fora da rua
- Tabela 10 - Tempo em situação de Rua
- Tabela 11 - Experiência de rua antes de Niterói
- Tabela 12 - Local onde passa o dia
- Tabela 13 - Local onde passa a noite
- Tabela 14 - Profissões das mulheres entrevistadas
- Tabela 15 - Origem da alimentação
- Tabela 16 - Acesso a banho
- Tabela 17 - Sabe ler e escrever
- Tabela 18 - Escolaridade das mulheres entrevistadas
- Tabela 19 - Trabalho
- Tabela 20 - Violências sofridas nas ruas
- Tabela 21 - Atividades feitas nas ruas para conseguir dinheiro
- Tabela 22 - Ocupações antes das ruas
- Tabela 23 - Gestações em situação de rua
- Tabela 24 - Situação das crianças após o(s) parto(s)
- Tabela 25 - Possibilidades de ficar com a/s criança/s
- Tabela 26 - Apoio durante a/s gestação/ções em situação de rua
- Tabela 27 - Dificuldades para cuidar da saúde
- Tabela 28 - Unidades de saúde
- Tabela 29 - Problemas de saúde por categoria
- Tabela 30 - Impedidas de entrar em lugares públicos
- Tabela 31 - Uso de cigarro, álcool e outras drogas
- Tabela 32 - Documentação
- Tabela 33 - Equipamentos da Política de Assistência Social
- Tabela 34 - Interesse em não ir para abrigo
- Tabela 35 - Onde Costuma Dormir

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
CAPÍTULO 1 - Construção do feminino, interseccionalidade e as mulheres em situação de rua .....	22
1.1 O gênero .....	22
1.2 Apontamentos sobre o debate sobre gênero .....	34
1.3 Populações em Situação de rua .....	45
1.4 Mulheres em situação de rua .....	55
CAPÍTULO 2 - Políticas sociais .....	63
2.1. Políticas sociais para as Populações em Situação de rua .....	64
2.2 A não política para mulheres em situação de rua .....	69
CAPÍTULO 3 - Mulheres em situação de rua e vulnerabilidades .....	73
3.1 Processo de rualização feminino .....	73
3.2 Mulheres em situação de rua e as vulnerabilidades .....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	124

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo analisar as vulnerabilidades vividas por mulheres em situação de rua no município de Niterói, Rio de Janeiro. O interesse pela temática surgiu a partir da minha inserção no mestrado em Política Social na Universidade Federal Fluminense e da aproximação com debates feministas onde buscamos interação com diversos grupos feministas e através desses contatos e discussões, conhecemos intelectuais mulheres que contribuíram para nossos estudos.

A partir de nossas reflexões e com a bagagem que fomos formando, entramos na Pesquisa PDPA - Niterói Inclusiva e Sustentável: construindo políticas intersetoriais para a população em situação de rua UFF/FEC/PDPA 4410 (2020-2023), coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mônica Senna do Programa de Pós-graduação em Política Social e da Escola de Serviço Social UFF em 2021/2022. Com base nos dados desta pesquisa, que continha elementos gerais para toda a população de rua do município de Niterói, fizemos o recorte sobre as mulheres em situação de rua. A pesquisa geral que fez a coleta de dados e as entrevistas já foi submetida ao Comitê de ética em pesquisa para análise e avaliação.

Nesta dissertação foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa e exploratória, pois buscamos explorar e conhecer o referido fenômeno, proporcionando maior familiaridade com o problema.

Historicamente as vulnerabilidades e segregações vividas pelas mulheres sempre estiveram presentes. As vulnerabilidades sofridas pelas mulheres são anteriores ao neoliberalismo, contudo, na atualidade os impactos do neoliberalismo tornam ainda mais perversos os contextos societários. Com relação às mulheres em situação de rua, a situação é ainda mais complexa, pois suas vivências são concretizadas em situação de rua.

Assim, para nossas análises, partimos da premissa de que os acontecimentos na história são neutros. Desse modo há que se perceber os impactos no gênero, raça, diversidade sexual, etnia, classe; na realidade, pois as relações sociais são vividas e refletidas de forma diferente entre homens, mulheres, pessoas domiciliadas

e pessoas em situação de rua, pessoas brancas, pretas, indígenas.

Para a Corte, tradicionalmente masculina e branca, é muito difícil compreender a identidade interseccional e criminalizar o racismo e o sexismo institucionalizados contra as mulheres negras sem enveredar pelos mesmos expedientes que as levaram recorrer às leis antidiscriminação, senão desmarginalizar raça e gênero (AKOTIRENE, 2019, p. 62-63).

Por isso, ao trabalhar com a concepção de rualização pensamos em um conceito não neutro. O processo de rualização parte de uma perspectiva oposta onde o sujeito “são da rua”, pois entende a realidade como um processo social composto por múltiplas condições dentro de um determinado período de tempo. Interromper esse processo exige medidas preventivas ou mesmo intervenções quando os sujeitos ainda passam menos tempo na rua, aumentando a efetividade das medidas que visam a reversão do processo (PRATES; PRATES; MACHADO, 2011, p.208).

É importante notar como se construiu e se constrói o processo de rualização das populações em situação de rua. Este é um fenômeno multifacetado que não pode ser explicado em termos de uma única causa porque existem múltiplas razões para estar nas ruas, tal como existem múltiplas realidades das pessoas em situação de rua. Esses motivos podem ser a perda dos laços familiares devido a diversos fatores, violência de todos os tipos, perda de familiares, dependência de drogas, e ainda, o trabalho precarizado. De acordo com Prates, Prates e Machado (2011, p.196)

Ainda que uma diversidade de estudos realizados no Brasil e no mundo sobre sujeitos em situação de rua mostra que não só o desemprego tem sido fator determinante para condicionar processos de rualização, a centralidade do trabalho aparece na expressão dos sujeitos de modo significativo (PRATES; PRATES; MACHADO, 2011, p. 196).

Nesse sentido, procuramos discutir os impactos do capitalismo e neoliberalismo para mulheres em situação de rua. A construção social dos papéis de gênero afeta as percepções dos direitos das mulheres e o espaço resultante para a democracia e a justiça social, e para discutir sobre esta temática, trazemos a perspectiva de diversas autoras como, a pioneira nas discussões sobre relação entre gênero, classe e raça Lélia Gonzalez (1988, 2021).

Buscamos o diálogo com as abordagens decoloniais, interseccional e com o pensamento feminista negro; como, Sueli Carneiro (2003) que afirma que os valores culturais negro-africanos sustentam a identidade e a resistência das mulheres

negras; enquanto Miriam Krenzinger Guindani (2011) e Jane Cruz Prates (2011) discutem diretamente sobre populações em situação de rua e mulheres.

Carla Akotirene (2018) contribui para nossa análise ao colocar que problema não está necessariamente nas respostas identitárias dadas à matriz colonial, mas em quais metodologias usamos para formular tais respostas, que, não raro, envereda para uma dependência epistemológica da Europa Ocidental e dos Estados Unidos (AKOTIRENE, 2018, p. 31). Bem como Grada Kilomba (2019), que reflete sobre memória, raça, gênero e pós-colonialismo e Beatriz Nascimento (2021) trata do seu ativismo pelos direitos humanos negros e mulheres brasileiras; e por fim, Heleieth Saffioti (2013, 2015, 2004, 1987, 2009) nos apresenta realidades das mulheres sob o capitalismo, articulando gênero à classe social.

Acreditamos serem debates que dialogam e possibilitam uma discussão mais complexa das mulheres em situação de rua a fim de repensar sobre violência, o capitalismo, o machismo, racismo estruturais.

Analisar as relações sociais, é fundamental para compreender o fenômeno das populações em situação de rua, e com isso, contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas. Como também para transformar a visão de criminalização por parte da sociedade, para um olhar voltado às violências que a estas pessoas estão impostas, como: vulnerabilidade e exclusão, miséria e outras formas de violações de seus direitos.

Tendo em vista, proporcionar acesso aos programas que compõem as políticas públicas de todos os direitos e outros benefícios, foi sancionado o Decreto nº 7.053/2009 instituindo-se assim a Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPR). A mesma define a população em situação de rua como grupo populacional heterogêneo, que apresenta características semelhantes como a pobreza extrema, os vínculos familiares mitigados ou abolidos, e ausência de uma moradia, conforme Art. 1º, parágrafo único.

Consideramos que as mulheres em situação de rua foram impelidas a este contexto por diversos tipos de violências<sup>1</sup>. A desigualdade de gênero contribui negativamente para a vivência dessas mulheres em situação de rua. Tendo em vista que há uma hierarquia e relação de poder decorrente da história e da sociedade

---

<sup>1</sup> Entendemos violências como manifestações da violência estrutural, sendo elas violências difusas e violências direcionadas. Sendo, respectivamente, a primeira como discriminação, naturalização das condições de rua; e a segunda agressões, homicídios, furtos, como sinalizam Miriam Krenzinger, Moniza Rizzini Ansari e Natalia Guindani (2017, p.24).

capitalista na qual ela está inserida, trazendo o patriarcalismo, uma estrutura padronizada que ocasiona desvantagens, para as mulheres de forma que sua força, tempo e até seus corpos estejam a serviço, originando assim, esse regime de dominação concernente às mulheres.

Uma sociedade livre da opressão sexista, da exploração e da violência [...] por rebelião e luta contra a aliança entre o patriarcado e o capitalismo que nos quer obedientes, submissas e caladas [...] cruzaremos os braços, interrompe[ndo] todas as atividades produtivas e reprodutivas (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p.19)

A violência estrutural sofrida por mulheres faz com que as mulheres se sintam desprotegidas em relação ao Estado, pois então, as leis que criminalizam a violência de gênero também são uma farsa cruel se fazem vista grossa ao sexismo e ao racismo estruturais (BHATTACHARYA, 2013, p.31). Como traz Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019, p.130), a formação da sociedade brasileira foi marcada por desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero que permanecem muito presentes. Nos mais de trezentos anos de escravidão, o predomínio de uma elite agrária, proprietária e branca como grupo social dominante produziu profundas questões estruturais exploratórias para as mulheres e especialmente para as mulheres negras e indígenas. O patriarcado e a escravidão são constitutivos da sociabilidade burguesa, possuindo expressões específicas em lugares como o Brasil e outros territórios colonizados.

Carla Akotirene (2019) propõe evidenciar “como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais posicionadas em avenidas identitária, que farão delas vulneráveis a colisão das estruturas e fluxos modernos” (AKOTIRENE, 2019, p. 63). As mulheres em situação de rua buscam estabelecer vínculos relacionais que possibilitam um cotidiano mais seguro nas ruas, pois sozinhas tornam-se mais suscetíveis às agressões, muitas vezes submetem sexualmente seus corpos, apresentando indícios de subserviência, podendo desenvolver traumas físicos e psicológicos por vezes irreparáveis. Assim, “no preconceito que segrega, na miséria que aparta, na polícia que prende, tortura e mata, na moradia que se afasta, nas portas que se fecham, nos olhares que se desviam” (IASI, 2013, p.1).

Estudar este fenômeno é um esforço para ampliar as discussões sobre as vulnerabilidades das populações em situação de rua, além de ser fundamental para que ocorra uma maior visibilidade sobre as condições de vida das mulheres em situação de rua, pois mesmo em menor número, estão mais expostas ao

determinismo de gênero, desta forma, discutir para caminhar no sentido da desnaturalização de vulnerabilidades para pessoas em situação de rua. Nessa perspectiva, este estudo justifica-se diante da necessidade de ampliar a produção de pesquisas sobre essa temática. Sendo assim, destacamos a questão que norteou a presente proposta investigativa: como as mulheres em situação de rua vivenciam as vulnerabilidades a que estão expostas?

Para tanto, incluímos à discussão o conceito de Políticas públicas. Estas são as ações e planos formulados pelo Estado e pela Sociedade Civil para garantir e implementar os direitos dados na Constituição Federal de 1988 (CF/88); estas são as medidas e programas implementados para garantir o bem-estar da população. Além desses direitos, outros direitos não previstos em lei também podem ser garantidos por meio de ordem pública. Isso pode acontecer com direitos que foram identificados como socialmente necessários ao longo do tempo.

No campo das políticas públicas, a política social é um mecanismo capaz de garantir a proteção social para a maioria da população, com gestão pelo Estado e pela Sociedade Civil, com controle social por parte dos cidadãos e objetivando o atendimento das necessidades sociais. As Políticas Sociais do capitalismo se desenvolveram sob diferentes modelos políticos e econômicos e devemos considerar os eventos históricos que requereram intervenção governamental especial, como nas graves crises econômicas dos séculos 20 e 21 e na pandemia<sup>2</sup> do Covid-19, as políticas sociais mudaram, estão avançando em alguns momentos, e regredindo em outros momentos, tornando-se focados, condicionais e residuais, como Pereira (2008) aborda.

Pereira (2008, p.15) afirma que a política social é um “processo complexo e multideterminado, a par de ser contraditório e dinamicamente relacional” (PEREIRA, 2008, p. 15). Assim, entre os temas e questões discutidos no texto, destacamos os referentes às relações de antagonismo e de reciprocidade, ao mesmo tempo, entre capital x trabalho e Estado x sociedade, tendo como referência os paradigmas marxistas e não marxistas que as presidem.

---

<sup>2</sup> Em 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram que haviam identificado o novo coronavírus. Em 11 de fevereiro de 2020, esse novo coronavírus foi denominado SARS-CoV-2, o novo coronavírus (COVID-19). Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde - OMS classificou a doença do novo coronavírus como uma pandemia. O termo "pandemia" refere-se à distribuição geográfica da doença, e não à gravidade da doença. A pandemia de Covid-19, não está tendo apenas impactos biomédicos e epidemiológicos globais, mas também consequências sociais, econômicas e políticas sem precedentes, impacto cultural e histórico e impacto no mundo.

A metodologia de pesquisa empregada é a pesquisa qualitativa, como Minayo (2021, p.22):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Portanto, para realizar este estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica coletando ideias de diversas fontes relacionadas com o objetivo de desenvolver novas formas de apresentar os problemas das mulheres em situação de rua, como fundamentos e estudos sobre processo de realização, construção do gênero, mundo do trabalho, políticas sociais.

Também foi realizada pesquisa de teses, dissertações e artigos científicos que, mesmo de forma secundária, abordam a relação “MULHERES” X “PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA” nos últimos 5 anos, como primeiro conjunto de descritores/palavras-chave. Descritores/palavras-chave que foram pesquisados em segundo plano: - “GENERO”; - “MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA”; e - “VIOLENCIA ESTRUTURAL”. Com o intuito de padronizar a busca bibliográfica nas diferentes bases de dados, os descritores/palavras-chave foram escritos com letras maiúsculas (caixa alta), sem acentos, os termos compostos foram colocados entre aspas duplas e os componentes foram pesquisados por meio do operador lógico “AND” resultando nos seguintes elementos de busca.

Foram também incluídos na revisão dissertações e teses e artigos científicos publicados em revistas/periódicos indexados na SciELO Brasil que, mesmo de forma secundária, abordam a relação mulheres X pessoas em situação de rua nos últimos 10 anos.

A escolha de dissertações e teses como fonte de pesquisa para este estudo se deu em virtude das características que, geralmente, se deseja observar nesse tipo de produção científica, como: rigor metodológico, revisão da bibliografia sobre o tema de estudo e originalidade. Os artigos científicos publicados em revistas/periódicos indexados na SciELO Brasil, por sua vez, embora sejam trabalhos submetidos a restrições no número de páginas e/ou na abrangência do tema, foram incluídos como fontes relevantes para esta revisão por constituírem produções cuja qualidade é aferida em processos de avaliação sistemáticos.

Refinou-se, com a aplicação dos critérios de inclusão previamente estabelecidos na estratégia de busca: artigos publicados de forma online nos últimos 05 anos (2018 a 2022); disponíveis em língua portuguesa e na íntegra; estudos no formato de artigos originais oriundos de produções científicas diversificadas. Lemos criticamente, os resumos dos estudos recuperados, excluindo os duplicados e aqueles cujo objetivo, resultados ou conclusão não versavam sobre como as mulheres de rua vivenciam a violência estrutural.

A análise da bibliografia selecionada no processo de pesquisa teve, portanto, dois propósitos: construir o contexto do problema e analisar as possibilidades disponíveis na literatura referenciada para conceituar os referenciais teóricos do estudo.

Para a terceira fase, seguimos para a produção e coleta de dados empíricos. As pesquisas voltadas à contagem e/ ou levantamento do perfil das mulheres em situação de rua, são ainda relativamente escassas no Brasil. O levantamento nacional, realizado em 2008, e conduzido pelo Instituto Meta, sob a coordenação do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e com financiamento do Governo Federal foi uma importante iniciativa. Essa pesquisa foi realizada em 23 capitais estaduais, com exceção apenas de São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, que já realizavam censos próprios.

A referida Pesquisa, sinaliza que, para esta pesquisa nacional em 2008,

optou-se pela adoção do procedimento do tipo varredura, o que exige equipes volumosas. [...] Contou com a participação e apoio de gestores municipais, equipes de profissionais e representantes das redes de apoio da população em situação de rua, além da participação ativa das próprias pessoas em situação de rua em cada localidade e foi fundamental para elaboração da Política Nacional para a PSR<sup>3</sup> (BRASIL, 2009).

Como mencionado na Pesquisa supracitada, o objetivo do estudo não é realizar um censo, mas obter um levantamento o mais abrangente possível sobre a realidade das populações em situação de rua na cidade de Niterói. Uma das primeiras tarefas do estudo foi apontar a definição de situação de rua utilizada no estudo, que, como mencionado anteriormente, estava apontada na Política Nacional para a Pessoa em Situação de Rua (PSR):

Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia

---

<sup>3</sup> Sendo PSR, Pessoa em Situação de Rua.

convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2008).

A produção e coleta de dados são vindos da Pesquisa “Niterói Inclusiva e Sustentável: construindo políticas intersetoriais para população em situação de rua” (2020-2023) UFF/FEC/PDPA 4410, onde as entrevistas foram realizadas em formato semiestruturado com 125 questões. Neste havia perguntas sobre identificação e para pessoas do sexo feminino e transgeneros e travestis. É devido salientar que não serão utilizados todos os dados da referida pesquisa, apenas os dados que estejam dentro do escopo do objetivo desta dissertação.

As pessoas foram entrevistadas em Abrigos e nas ruas que foram selecionadas de forma aleatória nas ruas e as entrevistas realizadas nos abrigos, foi feita por amostra de conveniência, e houve um mapeamento com maior incidência de pessoas em situação de rua da região central de Niterói para tal. Ainda, para evitar repetição de pessoas entrevistadas, os registros foram feitos em planilha contendo informações, como nome e data da entrevista. As mulheres consideradas para as análises desta dissertação, que foram respondentes da pesquisa, são aquelas maiores de 18 anos, incorporando mulheres cisgênero e transgênero, em situação de rua, com o recorte de mulheres que exercem alguma atividade laborativa enquanto estão em situação de rua, inclusive as que estão nos abrigos, pois são consideradas em situação de rua pela própria Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Para a execução do roteiro, consideramos o número de pesquisadores, os dias da semana e a duração do trabalho de campo; além disso, a equipe era composta por quinze pesquisadoras e nossa meta era que a equipe realizasse visitas de campo no prazo de um mês. Quanto aos aspectos éticos, a Pesquisa PDPA - Niterói Inclusiva e Sustentável: construindo políticas intersetoriais para a população em situação de rua UFF/FEC/PDPA 4410 (2020-2023) foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa, sendo aprovada em 17 de julho de 2020, sob Parecer Comitê de Ética e Pesquisa UFF nº 4.160.533 e Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): 34656720.9.0000.8160.

Foram entrevistadas 39 mulheres. Devido à impossibilidade de transcrever todas as falas feitas durante a realização das entrevistas, foram selecionados trechos do Diário de campo para compor a análise de dados. O uso do Diário de

campo atende a uma das formas de registro de dados e recorreremos ao mesmo para registro da rotina da pesquisa com anotações sobre as falas, percepções, informações.

O diário de campo é pessoal e intransferível. Sobre ele o pesquisador se debruça no intuito de construir detalhes que no seu somatório vai congrega os diferentes momentos da pesquisa. Demanda um uso sistemático que se estende desde o primeiro momento da ida ao campo até a fase final da investigação. Quanto mais rico for em anotações este diário, maior será o auxílio que oferecerá à descrição e à análise do objeto estudado (MINAYO, 2001, p.64).

Esta dissertação é composta por três capítulos sendo o Capítulo 1 uma discussão sobre o processo de exclusão e desigualdade das mulheres em situação de rua no Brasil e como a situação desse grupo populacional é particularmente grave, pois sofrem racismo, correm maior risco de ter empregos mais precários e sofrem violência.

No Capítulo 2, abordamos o debate sobre a política social de forma a apresentá-la no das respostas do Estado às classes sociais e às populações em situação de rua.

No Capítulo 3, analisamos os dados da Pesquisa “Niterói Inclusiva e Sustentável: construindo políticas intersetoriais para população em situação de rua” (2020-2023) UFF/FEC/PDPA 4410 sobre o que tange às mulheres em situação de rua e as vulnerabilidades que enfrentam.

O estudo permitiu obter dados que foram criteriosamente analisados para atender aos objetivos deste estudo. Com esses dados, podemos colocar que as mulheres em situação de rua estão expostas a situações de violências e/ou exploração que as colocam em estado constante de vulnerabilidade.

## **CAPÍTULO 1 - Construção do feminino, interseccionalidade e as mulheres em situação de rua**

Neste capítulo, discutiremos sobre o processo de vulnerabilidade, segregação e desigualdades de mulheres em situação de rua no Brasil e como este processo afeta sobretudo as mulheres negras que vivem nas ruas. A situação dessa população é especialmente terrível, porque sofrem racismo, ocupam os postos de trabalho mais precarizados e sofrem maiores violências. Sem o enfrentamento desta lógica injusta que deixa mulheres negras sem a possibilidade de exercerem minimamente seus direitos, o país não conseguirá um padrão de desenvolvimento mais equitativo, democrático e sustentável.

### **1.1 O gênero**

O conceito de gênero é uma construção social que permite que seja exercido um papel na sociedade, e indiretamente, define lugares a partir de posições de poder. O sistema social molda o indivíduo, e este não pode desconstruir algumas verdades ilícitas, mas que gritam, já existentes. Temos uma doutrina a seguir, e nisso o lugar e a função de cada sexo, segundo o que é socialmente imposto.

Gênero não é o mesmo que a distinção fisiológica entre os sexos feminino e masculino. Este é uma criação cultural, uma classificação baseada na divisão sexual do trabalho. O gênero apresenta e legitima a desigualdade, exploração e dominação, tanto em termos de nossas origens, quanto para o nosso futuro. Muitas das vezes, ao preencher dados para alguma atividade, o indivíduo se depara com a indagação sobre o seu gênero, este que geralmente é feminino ou masculino. No Ocidente, temos uma lógica binária tradicional, esta basicamente, que determina um papel binário para o gênero que é mulher ou homem.

O gênero pode ser definido como algo que diferencia homens e mulheres, com isto temos gênero feminino e gênero masculino. Socialmente, ele é usado como sinônimo de “sexo”, fazendo referência ao que é próprio do sexo feminino e do sexo

masculino.

Para as Ciências Sociais, gênero é aquilo que diferencia socialmente as pessoas, considerando os padrões histórico-culturais atribuídos para os homens e mulheres. No campo da Biologia, o conceito de gênero é um termo trabalhado para a classificação científica e agrupamento de organismos vivos, que integram um conjunto de espécies com características funcionais e morfológicas iguais. Assim sendo, o ser humano nasce dotado de determinadas características biológicas que o definem em sexo masculino ou feminino, ou intersexo, definido por elementos biológicos, como os cromossomos.

No entanto, o sexo não determina por si só a identidade de gênero ou a orientação sexual de uma pessoa. A orientação sexual, por exemplo, diz respeito à atração que sentimos por outros indivíduos e, geralmente, envolve questões sentimentais, e não somente sexuais. Embora a definição do que é ser homem ou mulher tenha surgido a partir de uma perspectiva biológica, as relações sociais nos mostram que um indivíduo pode ter outras identidades que refletem diferentes representações de gênero, que podem se encaixar, se misturar com o que é de cada sexo. As identidades são características fundamentais da experiência humana, pois possibilita aos seres humanos a sua constituição como sujeitos no mundo social. O gênero é a identidade com a qual uma pessoa se identifica ou se autodetermina, independente do sexo e sim como ele se coloca pra si e pra a sociedade. Assim, essa identidade seria um fenômeno social, e não biológico.

O gênero surge como uma tentativa que reivindica as teorias existentes sobre explicar as desigualdades históricas entre homens e mulheres. Ou seja, a utilização mais recente do termo gênero foi apresentada pelas feministas contemporâneas que lutavam por uma maneira de referir à organização e às distinções sociais baseadas no sexo (BARSTED, 2005, p.3).

A luta das mulheres por condições mais igualitárias em relação aos homens vem desde a segunda metade do século XX, onde ocorreram ações isoladas ou coletivas contra a opressão e dominação feminista ao longo da história da humanidade. Entretanto, vê-se no século XIX as primeiras organizações<sup>4</sup> para a luta

---

<sup>4</sup> No século XX, um grupo de trabalhadoras fabris lutaram contra a exploração que lhes era imposta, adquirem o direito ao voto, participação nas decisões políticas, a ideia de Simone de Beauvoir “não se nasce mulher, torna-se mulher”, esta que norteia o movimento feminista moderno, discussão da lógica patriarcal, discutindo e defendendo assuntos referentes a métodos contraceptivos e sua inserção mais forte no mercado de trabalho. Ver em BEDASEE. Raimunda. Simone de Beauvoir e a crítica feminista. In: Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas/ Organizado por

feminista, um movimento social bem mobilizado no Ocidente, sendo a Primeira onda feminista.

A questão de gênero é de suma importância para o Movimento feminista. Nos anos 1940, Simone de Beauvoir<sup>5</sup> afirmou que ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher. Com isso, ela contesta o pensamento determinista do final do século XIX que usava a biologia para defender e explicar a inferiorização do sexo feminino e as desigualdades sociais entre os gêneros.

Para Simone de Beauvoir, a liberdade é circunstanciada, ou seja: a situação apresenta um grau de determinismo sem que seja uma camisa de força. No caso das mulheres, as circunstâncias históricas determinam um destino feminino, mas não é um destino para a mulher universal, como muita gente pensa, porque ela vai circunstanciando toda sua análise (BRITTO; SARDENBERG; GOMES, 2000, p.17).

No final da década de 1960 vemos uma discussão que vai além das preocupações sociais e políticas e volta seus olhos para o campo das construções teóricas. Através do debate, foi colocado em xeque o conceito de gênero. As feministas anglo-saxãs foram pioneiras em utilizar o termo *gender* como distinto de *sex* com a intenção de rejeitar um determinismo biológico implícito em termos como sexo ou diferença sexual. Logo, ao negar explicações biológicas, o termo gênero passa a indicar as construções culturais e sociais e a criação inteiramente social de funções e definições do que cabe à mulher e do que cabe ao homem. Percebe-se, então, que há uma definição de gênero como sendo uma categoria social colocada autoritariamente para os sujeitos.

No mesmo sentido, é preciso diferenciar os termos gênero e sexo para obter implicações que são fundamentais para a compreensão de questões relacionadas à construção da subjetividade, esta que já vem formatada e precisa seguir as regras dadas pela sociedade, aos papéis que são atribuídos aos sexos e a inserção social de homens e mulheres.

Scott (1995) aponta que os livros e artigos que tinham como tema a história das mulheres substituíram nos seus títulos o termo “mulheres” por “gênero”. Essa

---

Alda Britto da Motta, Cecília Sardenberg e Márcia Gomes. - Salvador: NEIM/UFBA, 2000. 338 p. - (Coleção Bahianas; 5).

<sup>5</sup> Filósofa francesa, enfrentou os condicionamentos sócio-religiosos de uma época. Serviu de exemplo para milhares de outras tantas mulheres, suas leitoras, dispersas pelo mundo Ocidental. Insatisfeita com a sociedade da época em que obrigava as mulheres a se comportar conforme o que o mundo masculino determinava, e tinha a convicção de romper com essa ideologia. Ver em BEDASEE. Raimunda. Simone de Beauvoir e a crítica feminista. In: Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas/ Organizado por Alda Britto da Motta, Cecília Sardenberg e Márcia Gomes. - Salvador: NEIM/UFBA, 2000. 338 p. - (Coleção Bahianas; 5).

mudança tem como função legitimar academicamente os estudos feministas e o reconhecimento político deste campo de pesquisa. Porém, gênero não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou poder, como também não situa a parte lesada. Scott (1995, p. 75) destaca a mudança provocada nos estudos feministas pelo entendimento de gênero enquanto conceito analítico relacional da seguinte forma: “esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo.”

Os estudos de gênero continuaram a elucidar as análises sobre as mulheres mas, também, passaram a se referir de forma clara aos homens, afirmando o caráter social da construção tanto do masculino quanto do feminino. Vale ressaltar que afirmações generalizadas sobre cada gênero eram evitadas. É notório que as concepções de gênero são diferenciadas no interior de cada sociedade e dentro delas, de cada grupo. O gênero ultrapassa a concepção arbitrária dos papéis sociais, como já foi dito, e estabelece uma identidade do sujeito, com a etnia, a classe social ou a nacionalidade.

O gênero diz respeito à imagem historicamente construída do feminino e do masculino. Faz sentido reprisar isto, o combate ao essencialismo biológico. Atualmente, não é conveniente preservar o essencialismo social, visto que este foi construído em bases de dominação masculina e o sistema econômico patriarcal prevê novas atividades e alterações (este será discutido em outra pauta).

Baseado nas expectativas que a cultura de uma sociedade tem em relação a cada sexo, é que nos tornamos femininos ou masculinos. Assim, desde o nascimento, uma pessoa deve ter determinada conduta e seguir normas e comportamentos dados de acordo com seu gênero.

Assim, o conceito de gênero está em todas as formas de construção social, cultural e linguística imbricadas nos processos que diferenciam mulheres de homens, contando com os processos que produzem seus corpos, diferenciando-os como seres dotados de sexo, gênero e sexualidade. Tal conceito diferencia condições biológicas, comportamentais e psíquicas em homens e mulheres. E, devido a isso, prega práticas que negam a subordinação que é oriunda do desempenho de funções, papéis e características culturais estritas de homens e

mulheres, para nos levar a discussões sobre o social e o cultural, uma postura mais ampla do que a primeira.

A análise das desigualdades de gênero tem sido fortalecida pela interpretação dos dados estatísticos que apontam, por exemplo, para a pequena representação política das mulheres e para seus baixos salários. A interpretação dos indicadores sociais também possibilita a compreensão da dinâmica gênero/classe/raça/etnia na análise dos diferenciais de renda entre homens e mulheres nos setores populares e nas camadas ricas da população, bem como entre mulheres brancas e mulheres negras, com efeitos às vezes mais dramáticos que os diferenciais entre homens brancos e mulheres brancas. (BARSTED, 2005, p.2)

Tendo esta discussão em vista, gênero passar a ser pauta de luta por um grupo da sociedade que sofre o poder da opressão baseado no sexo: o Movimento feminista. Segundo Toril Moi (1989 apud BRITTO, SARDENBERG, GOMES, 2000), a crítica feminista é um tipo específico de discurso político: uma prática teórica e crítica comprometida contra o patriarcalismo e o sexismo e será aprofundado a seguir.

Inspiradas pelo ressurgimento de posições conservadoras que assolam o mundo hoje, as mulheres estão mais uma vez levantando suas vozes, sendo ouvidas e adicionadas a esferas de poder historicamente negadas. Embora essa luta tenha sido central nas relações sociais, econômicas e políticas nos últimos 200 anos, as últimas décadas do século XXI intensificaram os debates sobre gênero e feminismos (como veremos mais adiante neste mesmo subtítulo), como apontam Melo e Thomé (2018, p.21). Para dar uma visão geral, trazemos o nascimento do movimento feminista organizado na Europa, que está na base da discussão da teoria social feminista, e mostramos o desenvolvimento da bandeira dos movimentos sociais de mulheres e feministas no Brasil e o mundo hoje.

Temos as correntes do feminismo liberal, do feminismo radical, do feminismo marxista, do feminismo cultural e do feminismo negro, fechando o ciclo histórico na vertente mais moderna do que se conhece como feminismo interseccional. Pretende-se que o leitor compreenda os elementos comuns a todos esses focos específicos: as condições de subalternidade e vulnerabilidade que acompanham a vida social das mulheres.

O feminismo liberal, exemplificado nos escritos de Mary Wollstonecraft, teve sua origem na Inglaterra e nos Estados Unidos diante do domínio histórico do homem no espaço do poder e da dominação política, social e econômica. Questões como o sufrágio feminino, a igualdade salarial no acesso ao mercado formal de

trabalho, os direitos civis e o reconhecimento da participação e representação política são alguns dos eixos norteadores desta vertente e da inclusão social de mulheres na sociedade (MELO, THOMÉ, 2018, p.50).

Melo e Thomé, apontam que de acordo com essa vertente, a discriminação contra as mulheres, seja na esfera pública tradicional (política representativa), pode advir da sub-representação ou negação da participação feminina em cargos de liderança em organizações internacionais e privadas. Portanto, entende-se que, uma vez retiradas as barreiras legais, as mulheres terão os mesmos direitos e oportunidades tradicionalmente concedidos aos homens. Onde entendemos essa vertente utilizada pela classe média e alta na tentativa de aproximação de luta com as classes subalternas.

A ruptura com a corrente liberal não aconteceu em todos os lugares e ao mesmo tempo. Nos Estados Unidos, nas décadas de 1960 e 1970, a onda que empurrou as feministas para novas organizações de luta foi chamada de feminismo radical. A Segunda onda de feminismo ressurgiu desde então, com reflexões e pesquisas acadêmicas sobre as origens da desigualdade sexual, mas também em lutas radicais contra todas as formas de opressão feminina localizadas principalmente no sistema patriarcal (MELO, THOMÉ, 2018, p.52).

A análise centrou-se nos temas família, sexualidade, violência sexual e direitos sobre o corpo. O feminismo radical é uma corrente feminista baseada na afirmação de que a raiz da desigualdade social em todas as sociedades existentes é o patriarcado, a dominação dos homens sobre as mulheres (MELO, THOMÉ, 2018, p.52). A teoria patriarcal argumenta que os homens são os principais responsáveis pela opressão das mulheres e que a diferenciação de gênero é necessária para que o patriarcado continue sendo um sistema de poder.

A centralidade para o debate feminista marxista é a questão de que acabar com a opressão de gênero requer acabar com a sociedade de classes em que vivemos. A principal característica do feminismo marxista, e talvez sua pior crítica, é sua compreensão da descentralização do capitalismo. Cinzia Arruzza apresenta argumentos atuais resumindo as propostas feministas. Ela chama isso de "Feminismo para 99%". No texto, a autora defende que o feminismo deve intensificar a greve, que as mulheres devem encontrar soluções na luta para acabar com a opressão no mercado de trabalho, porque as mulheres trabalham em dobro, ou seja, trabalho remunerado explorado e mal pagas e exploradas em casa, muitas vezes

consideradas inativas ou rainhas da casa, e o trabalho doméstico é explorador e não remunerado (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p.323).

O feminismo cultural prevê que as mulheres são libertadas por meio de culturas femininas alternativas. Isso levou a um foco no estilo de vida e na libertação pessoal, que evoluiu às custas do feminismo. O termo feminista cultural foi originalmente usado para atacar mulheres radicais que expõem questões pessoais como sexo e assuntos domésticos como questões de política e de libertação das mulheres.

O feminismo negro é um movimento teórico, político, social e prático liderado por mulheres negras que buscam tornar visíveis os desafios delas, onde o movimento se baseia nas experiências de mulheres negras na diáspora africana. Embora suas experiências sejam diversas, elas mantêm um eixo comum que se reflete no comportamento e nas respostas à condição de vulnerabilidade da maioria dessas mulheres. Beatriz Nascimento, historiadora e ativista dos direitos das mulheres negras, desenvolveu temas sobre território e identidade, enfatizando a importância de mulheres e negros se tornarem sujeitos de suas próprias histórias e discursos. Ou seja, ela enfatizou a importância de incluir os pensamentos e experiências das próprias mulheres nas discussões sobre questões de gênero, bem como a questão da raça ser pensada do ponto de vista de negros e negras (NASCIMENTO, 1974a).

Inclusive o feminismo negro é o que mais se aproxima das mulheres em situação de rua devido ao fato dessas estarem distante de privilégios, diferentes de outras correntes feministas que não abordam a questão de mulheres em situação de rua.

Para as feministas interseccionais, não existe "o" movimento feminista, mas diferentes feministas que adotam defendem suas agendas de debate, mas mostram diferenças devido à heterogeneidade do mulheres que os compõem. Reconhecer a existência dos feminismos e de várias atividades feministas é importante para entender o debate da interseccionalidade, porque essas atrizes sociais se manifestaram na luta feminista por meio das opressões específicas a que estão submetidos: gênero, classe, raça/etnia, sexualidade, conforme Melo e Thomé (2018, p.55).

O feminismo negro tem alcançado grandes conquistas, como a luta das mulheres negras pelos direitos sociais, onde Carneiro (2003) diz que o movimento

de luta de mulheres negras, vem promovendo a síntese das bandeiras de lutas do movimento negro, dando representatividade ao conjunto de mulheres brasileiras e ainda traçando um processo de feminização das propostas e reivindicações do movimento negro. “O protagonismo político das mulheres negras, vem se constituindo em força motriz para determinar as mudanças nas concepções e o reposicionamento político feminista no Brasil” (CARNEIRO, 2003, p.129). Nessa perspectiva, é importante refletir sobre a inserção das mulheres negras nos movimentos sociais, e que essas mulheres sejam protagonistas de suas histórias e lutem por seus direitos.

Carla Akotirene, enquanto feminista negra, entende a importância dessa que é uma das bases epistêmicas do feminismo negro: “enquanto ferramenta analítica com efeitos práticos para mulheres negras no campo de justiça mediadas, como é o caso reivindicações de direitos, tornar-se ativistas da sociedade civil, pleitos políticos, proposições de secretarias de igualdade racial, diante do Estado Democrático de direito” (AKOTIRENE, 2019, p. 112-113).

Sobre os feminismos na história, no decorrer da contemporaneidade, se configurou como uma forte manifestação social qualitativamente transformadora, lutando, dessa forma, por maiores direitos para as mulheres que, estão há tempos submetidas e inferiorizadas sexualmente pelos homens. Não é de hoje que se posicionaram contra a sua condição que é visivelmente sócio-histórica. Entretanto, é com as principais revoluções liberais – a Revolução Francesa – que emerge a consciência da mulher como um ser de domínio próprio, independente e com desejos (SAFFIOTI, 2004). A partir disso, algumas mulheres passam a se unir na defesa de um interesse em comum: o de garantir igualdade entre os gêneros. Nos dias atuais, esse movimento está presente em movimentos pelos direitos dos negros, pobres, idosos para defender e encarar uma marcha que luta pelo fim da dominação e exploração patriarcal.

A origem do Movimento feminista pode ser vista ainda na Revolução Francesa e com marcas ideológicas vindas do Iluminismo. Nesse ínterim, as mulheres lutam ao lado de homens, como por conta própria. Deste modo temos a marcha das mulheres do mercado, que ocorreu em 5 de outubro de 1789 onde se dirigiram ao Palácio de Versalhes para exigir o cumprimento de suas petições junto ao rei Luís XVI da França, segundo Mesquita (2005, p.67)

Durante o século XIX, ganha mais consistência a luta das operárias, e então,

em 08 de maio de 1857 ocorre uma manifestação que entraria para a história, onde as operárias da indústria têxtil de Nova Iorque se mobilizaram contra os baixos salários e exigiam a redução da jornada de trabalho para 12 horas diárias. Como foram fortemente reprimidas pela força militar do lugar, foram caladas. Entretanto, em 1908, na mesma data outra manifestação era tida e a luta pela exploração era contestada.

Os Movimentos de mulheres<sup>6</sup> registraram na história uma série de lutas e temos a primeira e a segunda onda do Movimento feminista, sempre nos países ocidentais. A primeira onda fundamenta-se em torno do Movimento sufragista<sup>7</sup>, com o qual se reivindicava o direito de votar para as mulheres. No nosso país, ganhou espaço com a Proclamação da República em 1890, e consolidou-se quando o direito ao voto foi estendido às mulheres brasileiras, na Constituição de 1934. O sufragismo hoje é reconhecido como a primeira onda do feminismo, que apresentou também outras reivindicações ligadas aos interesses de mulheres brancas de classe média, como melhores condições de estudo e acesso a determinadas profissões. Mas essa mobilização estava presente somente para as mulheres das classes mais abastadas da sociedade.

No Brasil, Bertha Lutz foi quem iniciou a luta pelo voto e pelos direitos das mulheres. Ela fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminista, organização que liderou essa luta, que culminou na conquista do direito de votar, em 1932. Porém, a sociedade ainda estava presa a conceitos conservadores – o que não é muito diferente de hoje em dia, especialmente no que diz respeito à libertação da mulher, pois, na década de 1940, elas ainda não gozavam da plenitude dos seus direitos conquistados (MESQUITA, 2004).

Com esse desenvolvimento teórico, alcança maior espaço para este discurso no contexto internacional, latino-americano e brasileiro, que aumentam ao longo da segunda metade do século XX no âmbito da Declaração Universal dos Direitos

---

<sup>6</sup> O feminismo é um movimento criado, conduzido e sustentado por mulheres, logo se trata de um Movimento de mulheres. Assim, o Movimento de mulheres faz o feminismo, ao mesmo tempo em que é construído por ele. Um está contido no outro.

<sup>7</sup> É possível localizar o Movimento sufragista, nas primeiras décadas do século XX, como precursor da organização das mulheres brasileiras, que viria a se consolidar a partir dos anos 70. O direito ao voto feminino foi conquistado no Brasil em 1932, fruto da mobilização de um grupo de mulheres lideradas por Bertha Luz, que fundou em 1919 a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Ver em HERINGER, Rosana, MIRANDA, Dayse. ICC- Brasil. Índice de Compromissos Cumpridos: Uma estratégia para o controle cidadão da igualdade de gênero. Informe Final Nacional, março, 2004.

Humanos<sup>8</sup> (DUDH) de 1948. Esta afirmou a igualdade de direitos entre mulheres e homens e colocou para os países signatários a necessidade de implementar tanto instrumentos jurídicos quanto programas e ações que viabilizassem o alcance desta igualdade.

Segundo Mesquita (2004), a segunda onda engendrou-se num contexto pós Segunda Guerra Mundial e ganhou força nos anos 1960 e 1970. Nesta época, viam-se intensos debates e questionamentos desencadeados por movimentos de contestação (intelectual e política) americanos e europeus que culminaram, na França, com as manifestações de maio de 1968. No final da década de 1960, a segunda onda do feminismo vai além das preocupações sociais e políticas ao voltar sua atuação também para o campo das construções teóricas. Através do debate entre estudiosas e militantes com seus críticos foi problematizado o conceito de gênero (essa atuação está nos movimentos de oposição aos governos da ditadura militar e, depois, aos movimentos de redemocratização da sociedade brasileira em 1980).

Nessa época o movimento perdeu força, mas se elevou novamente em 1960. Na atual discussão elencou-se a necessidade de investir mais em produção de conhecimento e estimular estudos e pesquisas que visassem compreender e explicar a subordinação social e a invisibilidade política que era a situação do corpo feminino ao longo de toda a história da humanidade. Nesse contexto, a discussão ampliou-se e estudiosas feministas levaram para a academia temas e fontes de pesquisa até então menosprezados e não autorizados pelo corpo superior de cientistas da época. Tratava do cotidiano, da família, da sexualidade, do trabalho doméstico, enfim, de temas variados sobre a vida das mulheres (e de homens também). É preciso deixar claro que abertura não foi dada de forma harmoniosa, é reflexo de lutas paulatinas para que se chegasse a tal ponto.

Esses estudos adotaram perspectivas teóricas plurais, ou seja, embarcaram numa discussão que alcançou toda a sociedade, seus diversos

---

<sup>8</sup> A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi criada após os efeitos devastadores da Segunda Guerra Mundial, encerrada em 1945, pela Organização das Nações Unidas (ONU). Os líderes mundiais decidiram não mais permitir atrocidades como as que haviam sido vistas na guerra. Dessa forma, elaboraram um guia para garantir os direitos de todas as pessoas e em todos os lugares do globo. Ver em Portal Brasil. CIDADANIA E JUSTIÇA - Declaração Universal dos Direitos Humanos garante igualdade social. Publicado:04/11/2009 14h40 - Última modificação:22/12/2014 15h26. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-garante-igualdade-social>>. Acesso em 9 de agosto de 2022.

campos. Somatizar seus conhecimentos aliando-se com diferentes campos de estudo como, por exemplo, a psicanálise.

A pauta aumentava cada vez mais. E agora, se falava e defendia assuntos referentes a métodos contraceptivos e a inserção intensa no mercado de trabalho. Segundo Miranda (2009), a Guerra do Vietnã, o movimento hippie, o Maio de 68 na França, a desilusão dos movimentos de esquerda, o surgimento da pílula anticoncepcional, todos esses foram eventos cujos efeitos podemos ver até hoje. Quanto ao feminismo, nessa mesma época, este aparece como movimento libertário que não visa um espaço para a mulher, mas objetiva explicitar a relação de dominação de homens sobre mulheres e lutam para que estas tenham liberdade e autonomia.

É importante considerar que, na década de 1960, enquanto Europa e Estados Unidos se encontravam em um cenário propício para a evolução desse Movimento de mulheres, o Brasil estava passando por uma Ditadura Militar. Com o golpe de 1964, e a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI5 em 1968), o movimento feminista no país perde força. A ditadura não deixou espaço para esses tipos de movimentos sociais. Com o fim da Ditadura militar temos a criação de novas políticas públicas para a mulher, que garantem a sua participação na política mais acentuada. Inclusive, temos a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher em 1985, que era composto por 17 conselheiras, nomeadas ao cargo pelo Ministro da Justiça), que, de acordo com Cynthia Miranda, tinha como proposta: “promover, em âmbito nacional, políticas para assegurar à mulher condições de liberdade, igualdade de direitos, e plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país” (2009, p. 10).

Coloca-se em pauta o que realmente define diferenças apresentadas como justificativa para desigualdades entre mulheres e homens, que não são características anatômicas e fisiológicas nem desvantagens socioeconômicas. E dessa visão temos a argumentação o que são os modos pelos quais determinadas características femininas e masculinas são representadas como mais ou menos valorizadas, o que se distingue feminino de masculino e masculino de feminino, o que se deve pensar e dizer para cada sexo, enfim, o que é inscrito para feminino e masculino em uma dada cultura.

Barsted (2007) informa que o Brasil é um país signatário de diversos tratados internacionais patrocinados pela Organização das Nações Unidas (ONU), entre

esses cito a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher em 1979; a Declaração e Programa de Ação de Viena em 1993; o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento do Cairo em 1994; a Declaração de Beijing adotada pela IV Conferência Mundial sobre as Mulheres de 1995 e o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. No Brasil, as mulheres perdiam direitos civis quando se casavam. Muitos dos direitos detidas por brasileiras solteiras, foram readquiridos pelas casadas, com a Lei 4.121, também conhecida como Estatuto da Mulher Casada, em 27 de agosto de 1962 (SAFFIOTI, 2009, p.4).

Conforme Saffioti (2009, p.3) aponta, não foram somente feministas radicais que contestaram esta abordagem homogeneizadora dos papéis sociais femininos. Juliet Mitchell, que é um dos pilares do feminismo atual e líder em assuntos feministas e psicanalíticos desde 1960, publicava artigo, ancorado em uma leitura de Marx, discutindo sobre as funções das mulheres. Contestando o quê, em seu entendimento, era representado pelo privilégio masculino à luz do pensamento marxiano. Considerava imprescindível, para a liberação das mulheres, uma profunda mudança de todas as estruturas das quais elas participam.

Pode-se afirmar que, a trajetória do Movimento feminista é a luta pela obtenção de maiores espaços para as mulheres e o rompimento com a tradição que punha o sexo feminino como algo frágil em comparação ao masculino. No século XXI está dividido em vários grupos, como o Movimento das mulheres negras, das universitárias, das católicas, etc. Mas o preconceito continua, a sociedade conservadora e patriarcal ainda tem muita força. Precisamos de uma consciência social acerca das desigualdades, para, dessa forma, superar a sociedade machista, preconceituosa e discriminatória.

Tendo em vista alguns dos pressupostos teóricos que permeiam os debates feministas que questionam o discurso hegemônico responsável pela naturalização das diferenças hierárquicas de gênero, no próximo capítulo nos voltamos para noções teóricas e críticas que são sustentadas e/ou questionadas, apresentando a compreensão de autoras feministas sobre a construção do feminino.

## 1.2 Apontamentos sobre o debate sobre gênero

Nos estudos, políticas e movimentos que têm como base o conceito de gênero como ferramenta teórico-metodológica e política para problematizar e intervir nas relações que mantêm desigualdades sociais entre homens e mulheres e que fortalecem as práticas de subordinação feminina, vemos indícios que tracejam um caminho de reconhecimento, incorporação e legitimação dessa discussão, estando estes em uma sociedade atual, mas com marcas e pensamentos conservadores.

No processo de discussão e institucionalização de gênero, sobretudo no contexto político brasileiro atual, o Plano Plurianual para o quadriênio 2004\2007, estabelece como uma dentre três prioridades governamentais, na área social, “promover a redução das desigualdades de gênero”. Com isso almeja, através da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), que até o golpe de 2016, tinha status ministerial, a incorporação, de forma transversalizada, no conjunto das políticas e programas propostos e implementados pelo Governo Federal.

Em comunhão com essa meta, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher de 2004, criada nesse mesmo tempo, coloca como uma de suas diretrizes que a elaboração, a execução e a avaliação das políticas de saúde da mulher deverão nortear-se pela perspectiva de gênero, uma vez que mulheres e homens, em função da organização social das relações de gênero, também estão expostos a padrões distintos de sofrimento, adoecimento e morte.

Constatar a existência dessas discriminações e atuar de forma propositiva para sua superação tem sido uma árdua tarefa assumida pelo movimento de mulheres no Brasil. As ações desse movimento não têm ficado restritas às denúncias contra as discriminações e a violência de gênero. Organizações não governamentais e o movimento de mulheres têm sido ativos no levantamento de dados que possibilitam dar visibilidade a esses fenômenos, atuando na formação/informação da opinião pública para romper com a indiferença e a cumplicidade social que propiciam a naturalização das desigualdades e a permanência de práticas e os valores discriminatórios. É necessário, no entanto, ampliar essa atuação, envolvendo homens e mulheres que têm um compromisso histórico na defesa dos direitos humanos (BARSTED, 2005, p.4)

A Lei Federal Nº 10.745 de 09 de dezembro de 2003, instituiu o ano de 2004 como o Ano da Mulher. A SPM ratifica que se trata de um marco na luta pela igualdade de gênero no país. Também nesse contexto, o Decreto Presidencial publicado no Diário Oficial da União, na edição Nº 247 de 19 de dezembro de 2003,

convoca a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, com o tema Políticas para as mulheres: um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero.

É óbvio que essas (e outras) evidências políticas atuais de institucionalização não defendem somente as mulheres, mas se caracterizam como reflexo de luta, marcas e respostas para que cheguemos a uma sociedade igualitária e que não atenda somente ao sistema patriarcal de dominação.

Em nossa sociedade, vivemos num momento que não seria mais possível falar em uma feminilidade ou masculinidade, mas em diversas feminilidades e masculinidades dentro de uma mesma sociedade. Para além de mulheres e homens, as pessoas precisam ser desconstruídas e não reformuladas, de forma a compreender que são seres que vivem a mudança a cada dia. O que queremos dizer é que não podemos rotular e menos ainda criar paradigmas. Dessa forma podemos ter negras jogadoras de futebol, homens em balé clássico, negras conservadoras, brancas radicais, camponeses, urbanos, africanos na França, mulher com cabelo corte *“joãozinho”*, de calça. Enfim, diversas características que são mutáveis.

No livro *“Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano”*, a autora Grada Kilomba, publicado pela Editora Cobogó em 2019 no Brasil, Kilomba usa de argumentos necessários para compreender o racismo cotidiano vivenciado por mulheres negras, ao mesmo tempo promove reflexões sobre colonialismo, gênero, bem como o conhecimento e a linguagem enquanto um campo de disputas sociais.

A identidade de gênero se trata do modo como o indivíduo se identifica na sociedade, baseado no papel social do gênero e no sentimento individual de identidade da pessoa. É importante salientar que o conceito de identidade de gênero não está relacionado com os fatores biológicos, e sim com a identificação do indivíduo com determinado gênero (masculino, feminino, ambos ou nenhum especificamente).

Com esse desdobramento emergem neste cenário estudos das masculinidades. Os estudos sobre os homens passaram a considerar as diversas masculinidades, o modo como esses incidem sobre os outros e suas relações sociais marcadas na formação da identidade masculina, como Oliveira (2004) coloca.

Nos movimentos teóricos e políticos plurais, a questão de gênero vem sendo discutida, e defendida, fortemente em modalidades bastante diferentes e conflitantes. Por um lado, gênero vem sendo usado como um conceito que se opõe (ou até mesmo se complementa) a noção de sexo biológico e se refere aos comportamentos, atitudes ou traços que uma determinada cultura define para os corpos sexuados. Nas ideias oriundas dessa teoria emprega-se ênfase na construção social e cultural do masculino e do feminino. Em outras palavras, a existência de uma 'natureza' biológica universal do corpo e do sexo. Quero dizer que em algumas dessas ideias continua operando com o pressuposto de que o social e a cultura agem sobre a biologia humana universal que antecede os indivíduos. Por outro lado, gênero tem sido usado para afirmar que a sociedade forma não só a personalidade e o comportamento, como os exige, mas também as práticas que são tidas, como afirma Meyer (2004, p.15).

às formas em que a antiguidade como privilégio entrelaça atualmente gênero, marcador analítico criado para explicar privilégios dos homens em instituições que, pelo menos no contexto africano, no passado não revelam superioridade masculina (AKOTIRENE, 2019, p. 81).

Cada indivíduo nasce, vive, se forma, morre em tempos diferentes e circunstâncias próprias, essa discussão admite a existência de formas plurais e conflitantes sobre a feminilidade e masculinidade. Tendo como base a perspectiva cultural, como um campo de luta e contestação, as noções históricas de masculinidade e feminilidade, agora, são contestadas. Justamente porque a atual luta de gênero enfatiza essa pluralidade e conflitualidade dos processos sociais pelos quais a cultura cria e distingue sujeitos femininos e masculinos, não esquecendo que a dominação e exploração de um sexo sob o outras raízes são articuladas também com classe, raça/etnia, sexualidade, geração, religião, nacionalidade.

Analisar as desigualdades de gênero é importante para compreendermos como se constituem as relações entre homens e mulheres face à distribuição de poder. Em grande medida os estudos de gênero, desenvolvidos no campo da antropologia, deram ênfase às relações de parentesco, identificando o significado e a dinâmica das desigualdades e do poder no contexto familiar, como ressalta Leila Linhares Barsted (2005, p.1)

O Programa de População das Nações Unidas (PNUD) mostrou-se preocupado e envolvido com a invisibilidade das mulheres e com a ausência de políticas voltadas para superar as históricas discriminações. Logo, elaborou um meio para medir tanto o desenvolvimento social dos países (Índice de Desenvolvimento Humano - IDH), como para medir os progressos obtidos pelas mulheres (Índice de Desenvolvimento da Mulher – IDM), fundamental para a classificação dos países no âmbito do Desenvolvimento Humano. Segundo o Informe elaborado por essa Agência da ONU

(...) Comparando as categorias segundo o IDM com os níveis de renda dos diferentes países, fica confirmado o fato de que a eliminação da desigualdade entre os sexos não depende do fato de um país ter uma alta renda. A igualdade entre os sexos pode ser promovida sejam quais forem os níveis de renda de um país (PNUD/ONU, 1995 apud BARSTED 2005, p.3).

Os Estudos de Gênero introduziram a questão (de gênero) como categoria analítica e mostraram como é enganoso a neutralidade e a igualdade dos valores ditos universais. Em sua prática interdisciplinar, estes estudos articulam questões de raça, classe e etnia, áreas de estudo como a psicanálise e o marxismo, para assim, compreender a representação histórico-cultural das mulheres.

Ocorre, portanto, o uso político de uma diferença fundada no determinismo biológico. Concluímos afirmando que as pessoas são socializadas para manter o pensamento machista, classista e sexista estabelecido pelo sistema patriarcal como poder político organizado e legitimado pelas classes dominantes, a fim de manter as posições sociais estáveis para dominação exploração da classe dominada, agravando sobretudo a questão da mulher em situação de rua.

A consciência de gênero surge como um conjunto abrangente de dualidades, um espectro da sociedade dividida. Com isso as ações se tornam relativas ao gênero. O papel do caçador, por exemplo, se desenvolve associado aos machos, aos atributos requisitados para o gênero masculino como as características desejadas, de acordo com Zernan (2011, p. 4).

As mulheres passaram de autônomas para controladas em amplos e complexos povoados e governos. A religião é a prova de uma sociedade dividida, e testemunha a redução da posição da mulher nas relações sociais.

O patriarcado brota no ambiente familiar e se expande à sociedade por completo. Uma autoridade imposta de modo bem feito e/ou violento, mas que de força institucional brutal. No século XX, há novas configurações no âmbito familiar

em comparação a períodos anteriores. Pereira (2004, p.39) afirma essa lógica em seu escrito sobre as mudanças estruturais sobre a família e diz: “as famílias, a partir dos anos 1990, tornaram-se mais efêmeras e heterogêneas. Assumiram uma variedade de formas e arranjos, e exigiram revolucionárias mudanças conceituais e jurídicas.”

E ao sentir seu poder menosprezado, o homem perde seu absolutismo ao ver que os papéis estão invertidos. Quando se nota não mais como provedor da casa, em questões financeiras, quando a filha enfrenta seu pai, ou simplesmente, quando um homem é deposto de seu lugar, ocorre o ápice da agonia do patriarcado, e chegamos ao machismo. Nessa configuração, a prática patriarcal está em relacionamentos interpessoais e personalidade que são marcados pela dominação e violência.

A transformação do selvagem para o cultural é o domicílio, a mulher se torna progressivamente limitada a seus horizontes. A domesticação é fundamentada, trabalho assentado do lar, sexo tido como fraco e dominável, muito mais filhos e menor expectativa de vida que os homens.

Heleieth Saffioti, aponta que na década de 1970 diversas feministas trazem para os estudos sobre a mulher o conceito de patriarcado. Não se mencionava a exploração que estava sucumbindo nesse processo do patriarcado. Quando consta apenas o termo dominação, suspeita-se de que a visão da sociedade seja tripartite – política, econômica e social, talvez esta tenha sido a razão pela qual outras feministas atacaram, e atacam, o conceito de patriarcado.

A autora disserta rapidamente sobre o cenário político-econômico brasileiro e afirma que estes terrenos são, certamente, a maior e mais importante fonte da instabilidade social no mundo globalizado (2004, p.14). Para ela, é sob a ordem patriarcal de gênero que devem ser feitas as análises sobre a violência contra as mulheres.

A violência contra as mulheres é um dos fenômenos sociais que mais tomou visibilidades nos últimos anos. Toda a sociedade sabe do seu efeito destruidor da dignidade feminina. Entretanto, o patriarcalismo ainda é evidente em muitos *homens*, que se veem como donos de suas esposas, filhas, tias, avós. E ainda, com tantos eventos internacionais e nacionais de conscientização e repressão a violência e discriminação (colocamos, ainda, em primeira instância a discriminação e em seguida, a violência) temos a sociedade que deixa prevalecer o pensamento

machista e discriminador do patriarcalismo. É importante ressaltar que a discriminação e violência contra a mulher sempre aconteceu. A partir do século XX é que a luta contra a discriminação e violência tomou folego, como já foi explicitado nesta pesquisa.

Se voltarmos ao passado, poderemos observar que em outras culturas, como em tribos indígenas ou no antigo povo celta, as representações de masculino e feminino eram bem diferentes do que temos hoje. Em muitas sociedades, as mulheres eram guerreiras e participavam de esferas de decisão e poder (recentemente, foram encontrados vestígios de mulheres guerreiras vikings). Na África, há registros de que os franceses teriam lutado contra um exército de mulheres no Daomé (Benin), no século XVIII.

Saffioti diz que

no momento em que o homem entender que também ele é prejudicado pelas discriminações praticadas contra as mulheres, a supremacia masculina estará ameaçada. É com ela que estarão também ameaçados o duplo padrão de moral que alimenta a família burguesa, a própria família, o domínio dos poderosos. O mesmo pode ser dito com relação à discriminação contra negros (SAFFIOTI, 1987, p.7).

Podemos afirmar que a origem dos tipos de discriminação: a capitalista. Sempre baseada nas relações de dominação engendradas na sociedade, não podemos deixar de dizer outra coisa: a sociedade capitalista e patriarcal, burguesa e branca. “A sociedade não está dividida entre homens dominadores de um lado e mulheres subordinadas de outro. Há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens” (SAFFIOTI, 1987, P.16). O patriarcado – entendido como o sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem e de qualquer um que esteja nas dependências da pessoa do pai – não se constituiria, portanto, no único princípio estruturador da sociedade brasileira e sim na tríade patriarcalismo, capitalismo e racismo.

O patriarcado é o mais antigo sistema de dominação no mundo. Esse mecanismo de subordinação é com frequência realizado com mulheres. E não é porque é antigo que já não funciona, pelo contrário, está muito latente na sociedade nas famílias contemporâneas. É uma construção histórica de um mundo diferente, que coloca a mulher como figura que apenas satisfaz o ser masculino e vai mais adiante ao conceber este tipo de violência como democrática, uma vez que atinge

mulheres de todas as classes sociais, independente das diferenças geracionais e de raça.

Em suma, considerando todas as questões históricas, o poder patriarcal está em muitas esferas da sociedade. A emergência do poder masculino em uma sociedade é, culturalmente, um normatizador de normas e condutas. A definição do que é ser homem ou mulher, criança, adulto ou idoso é imposto por este sistema que se impõem a outros personagens da vida em comunidade, ou seja, tem um lugar hegemônico na cultura

Logo no início do Movimento feminista, foi marcado por uma perseguição com o poder masculino em diversas áreas da sociedade. Giffin (2005, p.49) aponta que essa obsessão foi produtiva e necessária, pois trouxe visibilidade “estruturas e relações de poder que foram legitimadas pela ciência e naturalizadas nas ideologias de gênero binárias dominantes”. Entretanto essa luta que duvidava do mundo em oposições e hierarquias, apropriaram-se desse modelo ao se referir ao homem como racional, patriarcal, poderoso e dominador para questionar a depreciação da mulher, percebida como emotiva, obediente e universalizada em sua opressão. Em outras palavras, a lógica feminista inicial também reproduziu o binarismo ao representar todos os homens como poderosos e todas as mulheres como oprimidas (Giffin, 2005).

Algumas culturas definem o homem branco, de classe média alta, de meia-idade e heterossexual como o referencial a partir do qual são estabelecidos os padrões e referências que devem ser adotados por homens de outras raças e classes. É claro que esta formação de identidade está fortemente imbricada na história – escrita – do mundo, onde a Europa e a Ásia estão na centralidade da construção das nossas sociedades atuais.

É importante salientar que nem sempre e nem toda sociedade segue ou seguia o rígido poder patriarcal, por exemplo, entre os grupos matrilocais como Pueblo, Iroquis, Crow<sup>9</sup> e outros grupos indígenas norte americanos, a mulher podia terminar uma relação conjugal a qualquer hora. Os homens não apenas não comandavam como não exploravam o trabalho da mulher, eles exerciam pouco ou

---

<sup>9</sup> Povos norte-americanos que se destacaram, entre outros, pela resistência à invasão do homem branco e pelo poder militar. Deixaram suas marcas nos EUA, e hoje vivem em reservas que nem de longe correspondem ao território que ocupavam originalmente. Ver em ZERNAN, John. Patriarcado, civilização e as origens do gênero. Revista Gênero & Direito v. 1, n. 2. 2011. Traduzido por Loreley Garcia.

nenhum controle sobre o corpo da mulher ou das crianças, não havia fetiches sobre a virgindade ou castidade, e não havia exigência de exclusividade sexual da mulher (ZERNAN 2011, p.5)

As expectativas de um homem em relação a ele mesmo e a sua percepção do lugar que deve ocupar na família e na sociedade, são aprendidas desde a infância, esse é o seu processo de socialização. Essa frase parece ser de uns anos atrás, mas até hoje em dia essa realidade se perpetua, sim. E agora estamos falando de comportamentos. No ambiente em que estamos, na escola, no trabalho, na rua, na diversão, na saúde sempre há fortes mensagens das normas que devemos seguir, sem desviar, porque se desviar, o castigo também é poderoso, e cruel. Devemos pensar e nos comportar perante aprovação dos homens que são patriarcais, burgueses e brancos.

Nosso conceito cultural de masculinidade tem um cronograma, onde este descreve para homens e mulheres formas de pensar, sentir e comportar. O que for feito que não estiver neste “roteiro” é tido como feminino e inaceitável, “coisa de mulher que não tem o que fazer”, frase muito popular.

A tradição é um princípio teórico, estando como uma das formas de dominação. O rigor da identidade de gênero é assegurado pela tradição. Na medida em que a ação e o indivíduo apresentam a mesma racionalidade, e a subjetividade instaura sentido, a primeira ganha sentido: a razão é co-extensiva à sociedade. Isto posto, as configurações históricas são únicas em termos conceituais e são apreensíveis como formações de sentido fechadas sobre si mesmas (SAFFIOTI, 1987, p.5). Trata-se de formações não-passíveis de discussão.

A citação acima reflete a noção de identidade e sua relação com o conhecimento ocidental, na qual Akotirene (2018) denuncia o colonialismo, onde diz que, se o identitarismo por vezes apresenta problemas, estes não se encontram no conteúdo de suas respostas, mas no método empregado, o qual seria subordinado ao “monopólio epistêmico ocidental”. Desse modo, no âmbito da própria metodologia haveria já possibilidade de silenciar concepções opostas às que tomam a civilização ocidental como norte. É, por isso, contra o próprio método ocidental e em defesa de um método deste distinto que a autora se coloca (AKOTIRENE, 2018, p. 30). Assim ele terá uma relação conflituosa com a metodologia, um antagonismo dentro da própria metodologia em que a agenda colonial visa silenciar as ideias alternativas, na qual se encontram cruzamentos opostos.

As que notaram a dominação patriarcal nas sociedades contemporâneas sabiam, não usaram a expressão dominação masculina ou androcentrismo. Provavelmente, por numerosas razões, dentre as quais cabe ressaltar: este conceito reformulado de patriarcado exprime o que é expresso na sociedade e a força da instituição, ou seja, o pai que opera sem cessar. A presença do patriarca é necessária para movimentar a máquina do patriarcado, levando à força, a transgressão cometida contra a ordem patriarcal de gênero. O patriarcado com essa roupagem é forte somente nas sociedades urbano-industriais do Ocidente, mesmo tomando apenas o momento atual. Entretanto, o poder desde no Oriente é extremamente grande no que tange à subordinação das mulheres aos homens. Esse fato é tão legítimo que leva a sua naturalização.

Historicamente, os homens têm sido os detentores do saber científico e os grandes protagonistas dos sistemas políticos. Os comportamentos e valores até então considerados naturais e vistos como inerentes aos homens foram revelados e questionados por denúncias de violência doméstica, assédio sexual, monopólios de postos e funções no mercado de trabalho e práticas homofóbicas. Com essa alteração de consciência social, o conceito contemporâneo de masculinidade foi modificado, desencadeando a crise da masculinidade.

Sobre o conceito hegemônico de masculinidade, percebemos que a emergência do masculino como objeto de reflexão a partir dos estudos de gênero permitiu constatar que é impossível falar de masculinidade de maneira genérica, reiteramos, uma vez que existem masculinidades, com modelos diversos de ser homem, inclusive dentro de uma mesma sociedade, ainda que a maioria, ou os da classe dominante, afirmam que só existe uma forma somente, onde prevalece um modelo de masculinidade definido culturalmente como certo e normatizador de condutas.

A prova dessa teoria está no dia a dia, quando homens têm de agir de acordo com os papéis de masculinidade, o que implica geralmente que devem controlar suas emoções, quando há intensa dor e desconforto, são encorajados a ser fortes, esconder a própria dor, negar as suas emoções e ignorar a dor, e não reconhecem sintomas de mal-estar físicos. Uma vez que o adoecimento físico é, segundo os modelos predominantes de masculinidade, associado à vulnerabilidade e fraqueza.

O aprendizado social segundo o modelo hegemônico de masculinidade gera uma espécie de confinamento aos papéis tradicionais do gênero masculino. Dessa

forma, os benefícios adquiridos a partir das posições de autoridade, tais como poder e status social, raramente satisfazem a todas as suas necessidades e expectativas. Quando são repreendidos por não se comportarem como deveriam, eles se sentem desconfortáveis e problemáticos em relação ao modelo e apresentam atitudes que são reflexos da crise da masculinidade, o sistema patriarcal está em crise!

Segundo os constructos sociais em torno do que é a masculinidade, ser homem é não poder chorar, não demonstrar seus sentimentos, não ser mulher ou homossexual, não amar as mulheres como as mulheres amam os homens, não ser um fraco, covarde, perdedor. E ser, sobretudo, forte, corajoso, pai, heterossexual, macho, viril, provedor da família, dominador, etc. para a construção dos papéis sociais. Existe também a cobrança implícita de ter força, dinheiro, músculos, um lar, emprego fixo e mulheres.

Com as mudanças ocorridas no campo do trabalho, das relações afetivas, sociais e sexuais, o comportamento tradicional para homens não conseguia mais se manter. Logo, o homem contemporâneo começou a viver a crise da masculinidade. Uma das principais críticas que o homem vem passando é de provedor do lar, pai e esposo com emprego fixo, salário majoritário. Isso tudo está envolvido com a força do Movimento feminista e nova conjuntura política, social e econômica do mundo atual que é reflexo da atuação do homem do sistema capitalista liberal existente. Havendo a entrada das mulheres no mercado de trabalho e na vida pública.

Mas, o homem ainda não está completamente transformado pelas novas configurações e há resquícios do sistema patriarcal em sua subjetividade. A crise de identidade masculina se trata de uma desmontagem, às duras penas, da masculinidade para uma transição irreconhecível. Temos então a emancipação daqueles que estavam, e eram para estar ainda, sob a asa do patriarca.

A desmontagem do masculino está embricada nas ações do movimento feminista, mas também relacionado a emergência da homossexualidade, que coloca em xeque a naturalidade da sexualidade tão preservada pelos patriarcas. Então, esta crise também está ligada a sentimentos homossexuais. A ideia de homossexualidade inaugura uma nova cultura masculina, pois há a fragmentação de valores sociais patriarcais.

Uma vez questionados os paradigmas científicos e a naturalização das formas de relações sociais que instituem o feminino e o masculino em uma escala de valores hierarquizada, a crise vem através do processo de desnaturalizar

construções fundadas no imaginário e nas representações sociais sobre as desigualdades existentes nas relações entre homens e mulheres. O gênero é uma representação que produz e reproduz diferenças por meio da classificação dos indivíduos pelo sexo. É necessário deixar à parte o senso comum e buscar compreender cientificamente a crise do homem, do “homem de verdade”.

O pensamento cartesiano separa radicalmente o corpo da psique, a emoção da razão, o material do imaterial, gerando verdadeiro impasse. Efetivamente, se a cultura dispõe de uma enorme capacidade para modelar o corpo, este último é o próprio veículo da transmissão do acervo cultural acumulado ou, mais simplesmente, das tradições. E este não é um processo meramente acumulativo, mas, sobretudo, cumulativo. Como, entretanto, restabelecer a unidade do ser humano sem recorrer a uma abordagem ontológica? (SAFFIOTI, 2009, p.9)

Em comunhão com a autora acima citada, é preciso apropriar-se do real, e, em termos de uma ontogênese, fazer uma análise das relações homem-mulher, para trabalhar longamente o conceito de gênero.

O conhecimento da história do patriarcado, permite a apreensão do seu caráter e evolução social das mulheres, mas não só delas, como também de crianças, idosos, negros, pobres. É extremamente necessário o reforço permanente da dimensão histórica da dominação-exploração masculina, para que assim se entenda na completude a lógica do sistema patriarcal. Não podemos entendê-lo como simples fator biológico e fenômeno social, mas sim o que há por trás. Além do mais, devemos compreender, com consciência crítica, o real sentido empregado na dominação-exploração que o patriarcado exerce, lembrando que este é capitalista, elitista, burguês, branco e macho.

Ainda que não seja aceita a hipótese de sociedades matriarcais, nem mesmo antes das patriarcais (e nem depois), por falta de comprovação histórica, existem evidências arqueológicas de que existiu outra ordem de gênero diferente da exploração-dominação masculina. Tendo patriarcado como um pacto masculino para garantir a opressão de mulheres, as relações hierárquicas entre os homens, aumentam a categoria constituída por homens a estabelecer e a manter o controle sobre as mulheres (SAFFIOTI, 2009, p.11).

A crise masculina, se define e pode ser interpretada como uma tentativa de os homens se diferenciarem do que está posto hoje em dia, fora dos padrões de masculinidade socialmente tradicionais. A base do patriarcado não foi desfeita, mas sofreu quebras consideráveis. Se na Roma antiga o patriarca tinha direito de vida e

de morte sobre sua mulher, hoje temos o feminicídio, que é crime capitulado no Código Penal, Lei federal 13.104 de 9 de março de 2015, que altera o artigo 121 do Código Penal. A Lei do feminicídio é apenas a ponta do iceberg de legislações que guiam o campo da violência contra a mulher.

O próximo subtítulo, conduzirá uma revisão sistemática dos determinantes da pobreza, estigma, raça e vulnerabilidade das pessoas em situação de rua. Também demonstra a necessidade de novas categorias de compreensão analítica ao contextualizar situações de extrema desigualdade e pobreza, esclarecendo essas categorias e evidenciando novos debates envolvendo as diversas vulnerabilidades a que esses temas são expostos ao longo da vida.

### **1.3 Populações em Situação de rua**

As populações em situação de rua são pessoas que se encontram em extrema pobreza, que entram em contato e vivem em espaços públicos urbanos. Esse estilo de vida pode ser causado por múltiplos fatores, não necessariamente um único, como uso de substâncias químicas e desigualdades, incluindo desemprego, asilo, desastres e tragédias.

Neste capítulo usaremos autores como Jane Cruz Prates, Flávio Cruz Prates, Simone Machado, Miriam Krenzinger, Moniza Rizzini Ansari e Natalia Guindani a fim de entender quem são esses indivíduos, entender as pessoas em situação de rua e suas relações sociais e, conseqüentemente, a situação de exclusão que vivenciam nas ruas e as estratégias de inclusão social existentes são muito debatidas.

Segundo Bulla, Mendes, Prates *et al* (2004) as pessoas em situação de rua geralmente usam roupas sujas e sapatos gastos, indicando más condições de vida nas ruas. Mas o que vestem expressa sua personalidade e identidade. Algumas pessoas aceleram os passos ao ver uma pessoa em situação de rua porque acham que é perigoso, algumas rapidamente as veem como ociosas, vadias, inferiores e as olham com hostilidade porque algumas pessoas acham que as pessoas em situação de rua não querem trabalhar. Muitas pessoas atravessam a rua com medo de pedirem esmola, e/ou ainda, sentem pena e olham para elas com menosprezo.

Esse grupo é formado por homens, mulheres, jovens, famílias ou grupos como um todo que possuem identidade social, que tem em suas realidades individuais a referência de um emprego, de um lar, de família que foi e é importante para a construção desta identidade, embora de alguma forma passam a utilizar o espaço das ruas como meio de subsistência e moradia, seja o desemprego, o rompimento de algum laço afetivo ou algum outro determinantes para o processo de realização.

Após a definição de população em situação de rua dada pela Política Nacional para a População em Situação de Rua<sup>10</sup>, lembrando:

“o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória” (BRASIL, 2009, Art.1º)

trazemos também a definição dessa população apontada por Frangella, sendo:

[...] desprovidos de condições materiais e simbólicas que marcam as tradições identitárias convencionais – do mundo da casa e do trabalho –, desconectados das relações sociais intrínsecas a essas duas dimensões e mantidos nas fronteiras liminares da ordem urbana, [...] [criando] uma dinâmica própria nas ruas (FRANGELLA, 2009, p. 132).

Para Bulla, Mendes, Prates *et al* (2004), as principais razões pelas quais as pessoas vivem nas ruas são desemprego, violência, perda de entes queridos, perda de auto-estima, alcoolismo, dependência de drogas e desagregação familiar devido a mais do que apenas fatores relacionados à pessoa, mas também a outras pessoas de dada realidade sociofamiliar.

No entanto, não se pode dizer que esses sejam os únicos motivos que levam à vida na rua. As autoras Mendes, Prates *et al* (2004) colocam que as razões que concretizam o processo de realização, também podem se dar aqueles que se mudaram de cidade em cidade em busca de trabalho, mas não conseguem encontrar um emprego e acabam vivendo nas ruas sem onde morar, e aqueles que vivem de subempregos ou empregos de baixa remuneração que perderam suas

<sup>10</sup> Parte do processo de consolidação do documento legislativo atual: Política Nacional para a População em Situação de Rua, promulgada através do Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, foi a Política Nacional para Inclusão Social das Populações em situação de rua e teve sua aprovação em maio de 2008. A mesma tinha como eixos a articulação entre os níveis de governo federal, estadual e municipal, além da interdisciplinaridade e intersetorialidade que caracterizavam a integralidade no atendimento. Para a mesma, foi feito um trabalho interministerial e tiveram o Primeiro e Segundo Encontro Nacional da População em situação de rua para o processo de trabalho.

vidas. E outras, por exemplo, catadores de material reciclável ou de trabalhos eventuais (sim, trabalho exponencialmente precarizado) motivados pela sobrevivência.

A autora Costa (2005) identifica três situações relacionadas à vida nas ruas: as pessoas permanecem nas ruas, criando uma situação que reflete a insegurança de suas vidas, seja porque estão desempregadas ou procurando trabalho, tratamento de saúde ou a chegada de outros parentes; as pessoas que não veem mais a rua como uma ameaça e, conseqüentemente, adotam pequenos trabalhos de renda insuficiente e parco como estratégia de sobrevivência e começam a se relacionar com pessoas que vivem na rua ou vivem da rua; e, desde a sua permanência, as pessoas em situação de rua que sofreram processo de debilitação física e mental progressivo, especialmente devido ao uso de álcool e drogas, dietas desequilibradas, exposição à violência e vulnerabilidade à violência.

Existem três momentos da adaptação no espaço da rua, segundo Ghirardi *et al* (2005). O primeiro momento é manter vínculos com pessoas que não estão na rua. Ou seja, nesse momento a pessoa, apesar de estar na rua, conta com uma rede de apoio fora da rua que lhe permite encontrar trabalho e se instalar em um abrigo público ou particular.

No segundo momento de adaptação, essas pessoas começam a se encontrar nas ruas e criam novas redes sociais que surgem da identificação com outras pessoas em situação de rua com rotinas semelhantes. Nesse momento, reduz-se a (sensação) de vulnerabilidade, organizam-se a cada dia alternativas de sobrevivência nesse novo espaço, estruturam-se novos cotidianos e novas referências ao sujeito. No terceiro momento, propõe que o progressivo isolamento das redes de apoio social e o conhecimento aos códigos das ruas permitem articular o cotidiano em torno dessa nova realidade: o espaço da rua é usado como um espaço de vida e trabalho.

Ressaltamos que essa população pode ser caracterizada pelo fato de sobreviver às atividades produtivas realizadas nas ruas. Essas atividades podem assumir muitas formas e frequências, sejam legais ou ilegais, formais ou informais. Estar nas ruas significa não estar apenas exposto a condições de espoliação e enfrentar necessidades absurdas, mas também ter padrões de vida social diferentes dos anteriores, baseados em valores relacionados ao trabalho, moradia e relações familiares.

Cada período histórico, para Karl Marx (1968, p.15), possui suas próprias leis; todo período histórico tem suas próprias leis, válidas dentro de limites históricos. Ainda, para Marx, o papel do sujeito que pesquisa é essencialmente ativo, justamente para apreender a essência do objeto: sua estrutura e dinâmica, reiteramos. Usamos do processo de rualização, da violência estrutural entre outros conhecimentos para criticar e revisar, isso a fim de analisar os detalhes, as diferentes formas de manifestação.

Trazemos Akotirene a fim de contrapor, pois, para ela o marxismo, não só é método, como é um dos métodos inscritos no interior do “monopólio epistêmico ocidental”. Quando fala da “[...] dependência epistemológica da Europa Ocidental e dos Estados Unidos [...]” (AKOTIRENE, 2018, p. 31), usa como exemplo de teorias que se encontram nessa dependência “[...] feminismo da mulher universal e marxismo” (AKOTIRENE, 2018, p. 31). Tais teorias seriam, para ela, “duas formulações obcecadas a darem o norte salvacionista europeu às identidades políticas” (AKOTIRENE, 2018, p. 31). No caso do segundo, a autora atribui a Marx e ao marxismo a posição segundo a qual “[...] somente nas relações capitalistas um negro é transformado em escravo [...], afastando-se os negros da condição de trabalhadores” (AKOTIRENE, 2018, p. 31).

Quando lidamos com essa temática, duas perguntas são comuns: qual a forma correta de se referir a estas populações e se o termo "morador de rua" tem uma conotação pejorativa, embora seja considerada uma expressão normal para algumas pessoas. Há também a questão popularizada que elas estão lá por culpa própria, como se não conseguissem um bom emprego. Ou seja, o termo está associado à falta de sucesso pessoal e desconsidera outros processos que levam as pessoas a essa condição. O fato é que à medida que as populações em situação de rua são estigmatizadas e excluídas, a sociedade busca expressões diferentes para se referirem ao povo da rua, ou que a escolha de alguma expressão, pode ser qualificada ou desqualificada.

Portanto, é necessário esclarecer com cuidado alguns termos cujo significado pode mudar durante a fala, no dia a dia e, assim, mudar o significado de uma palavra mudará o assunto, pois “cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade” (KILOMBA, 2019, p. 14). Ainda sobre termo e significados, baseadas em Beatriz Nascimento, o enunciado geralmente é uma expressão, independente do

significado. A palavra é um invocador, um instrumento de invocação/evocação/revelação (NASCIMENTO, 2021, p. 247).

Prates, Prates e Machado (2011) dissertam sobre essa questão e dizem que o debate sobre a situação de rua é uma expressão usada para descrever essas populações e o conceito associado a eles, nem sempre é preciso. Além de expressões e conceitos que podem reiterar o processo de exclusão, as desigualdades específicas que vivenciam é o problema central, e a precisão da maneira como os descrevemos não reduzirá essa desigualdade. Em contrapartida, a precisão ideal dos conceitos pode ajudar no estudo e na pesquisa ao dar visibilidade a esta realidade, ao trazer estas questões para o debate público, ao financiar propostas e as políticas podem ajudar a reduzir essas desigualdades e fortalecer as estratégias de enfrentamento. Ainda sobre essas expressões sobre as populações em situação de rua, os autores colocam que

ao analisarem-se, por exemplo, expressões como deambulantes ou andarilhos associadas à situação de rua, tem-se a caracterização de um sujeito que vive deslocando-se, o que não é um traço comum a esse segmento populacional. O nomadismo dos andarilhos que caracteriza alguns destes sujeitos é, em outros, resultado de sua expulsão de locais onde, por um período, foram aceitos e, em outro momento, são rejeitados, seja porque acumulam objetos no espaço da rua, fazem uso de drogas, têm delírios ou simplesmente porque sua presença incomoda os moradores do bairro, que por determinado período aceitaram sua permanência, ocupando de modo privado o espaço público. (PRATES, PRATES e MACHADO, 2011, p.194)

O processo de realização parte de uma concepção de que se trata de um processo social, uma condição que se configura segundo múltiplas condições, numa continuidade, de modo que os processos de prevenção e intervenção com quem está há pouco tempo nas ruas parecem ser essenciais para alcançar maior eficácia em termos de políticas públicas, conforme Prates, Prates e Machado (2011, p.194).

O fenômeno das populações em situação de rua, está abarcado dentro da violência estrutural e ainda sofrendo violações em seus direitos, como extrema vulnerabilidades consciente (consciência esta do poder público ao não implementar mecanismos que garantam políticas públicas), ausência do direito de ir, vir e permanecer, direitos aos serviços urbanos, preconceitos e entre expressões da violência estrutural.

Entendendo que o fato de viver nas ruas já configura violação de direitos humanos, sociais e fundamentais, a partir de uma pesquisa teórica, apresentamos a

complexidade da violência e problematizamos conceituações sobre violência, apontando para a máxima da sociedade capitalista: a violência estrutural; assim, a violência estrutural é um fenômeno estruturante também das relações sociais capitalistas.

Considerar que um sujeito é de rua seria o mesmo que considerar que alguém é de casa ou de apartamento. Vive-se em casas, apartamentos ou, no caso do segmento analisado, no espaço da rua, e esta pode ser uma situação contingente. Ver essa situação como estado e não como processo é um modo de reiterá-la, sem reconhecer a perspectiva do movimento de superação – e essa parece ser uma questão central. Estar em situação de rua ou habitar a rua é diferente de ser de rua. Vista como determinação, uma situação social pouco apresenta em termos de perspectivas de superação. (PRATES, PRATES, MACHADO, 2011, p.194)

Miriam Krenzinger, Moniza Rizzini Ansari e Natalia Guindani (2017, p.19) nos apresenta três pontos de diversidade da pessoa em situação de rua para nossa análise: as pessoas que *ficam* nas ruas, é um episódio que manifesta a vida precária, como por exemplo pessoas recém chegadas a tal lugar, pessoas que trabalham em obras e dormem nas ruas; as pessoas que *estão* nas ruas, já consideram a rua com uma relação mais próxima e criam vínculos com outras pessoas que também estão nas ruas e pensam estratégias de sobrevivência e rendimento; e pessoas que *são* da rua, já estão nesse processo há muito tempo e sofrem debilitação física e mental, sobretudo a alimentação precária e alta exposição a violência.

Entretanto, não concordamos que *são* da rua e sim que existem os determinantes que trazem cronicidade a situação de rua como discutiremos no Capítulo 3 deste estudo.

A “cronicidade” estaria, portanto, vinculada à uma dimensão temporal e em como o tempo na rua interfere na relação destes indivíduos com o espaço, implicando em modos de viver específicos e que tem a rua como ponto focal. Importa pensarmos também com relação à própria expressão “cronicidade”, que pode trazer a falsa impressão de irreversibilidade da situação. Em nosso ver, a realização de longa duração traz, de fato, mais dificuldades em termos de estratégias, mas não se pode afirmar a insolubilidade da questão (CINACCHI, 2023, p.125).

A violência estrutural está ligada à desigualdade, exclusão e segregação causada pelo Estado e capilarizada pelas instituições públicas. Falamos estrutural para nos referir a algo que está enraizado e serve de pilar para a Sociedade capitalista, e a partir da violência estrutural, vivenciamos todas as expressões de violência como a desigualdade social, a exploração por meio do trabalho, o racismo, machismo ferramentas do capital, entre diversas outras dadas no dia a dia. A

violência estrutural, forjada pelo e para a manutenção do capital, é cometida quando o Estado se auto desresponsabiliza e negligencia seu papel de regulador social e garantidor da cidadania. Essa violência reproduz mais violências e o Estado, ao invés de trabalhar para a promoção da cidadania, aprofunda as desigualdades sociais.

A forma como a sociedade se organiza, se estrutura, como se dá a produção e a reprodução da vida se trata da própria violência estrutural. Essa sociedade, em suas formas de agrupamento e expressão, cometem violências simbólicas/difusas como é o caso das discriminações, naturalização, criminalização da pobreza e rompimento de suas identidades, conforme Krenzinger, Ansari e Guindani (2008, p.24) nos apontam.

Paugam (1999), contribui com esta pesquisa ao discutir sobre “desqualificação social”. Quando a pobreza é percebida como intolerável, seu status social é desvalorizado e estigmatizado. O processo de humilhação, desvalorização e discriminação pelo qual as populações em situação de rua resistem, cria um estado de desqualificação social que impede os sujeitos de desenvolverem um sentimento de pertencimento a uma classe social.

Para tanto, pensamos ser pertinente, atribuir a discussão, as diferenças entre as concepções de discriminação e estigmatização apontadas por Prates (2010). Prates (2010, p.10), diz que na discriminação, existe a “invisibilidade de condutas pela ausência de um critério que justifique a exclusão de direitos, mas que acaba por fazê-lo por designar a restrição e o menosprezo aos direitos de um determinado grupo”. Na estigmatização, “um grupo pode ser distinguido por características como laços de identificação, a história e a experiência comum que os diferencia do grupo geral e pelas quais, muitas vezes, é discriminado.”

As reflexões trazidas neste estudo, tem o intuito teórico-político de desnaturalizar a situação de rua. Na abordagem da pesquisa, elaboramos conexões que possibilitam o fortalecimento da luta feminista e resistências plurais para o enfrentamento da violência estrutural. É preciso reiterar que essa luta teórica-política articula questões determinantes para a existência da violência estrutural e, ainda, apresenta normalidade e a impessoalidade como grandes eixos.

a violência estrutural é camuflada por sua conformidade às regras; é naturalizada por sua presença permanente na tessitura das relações sociais; é invisibilizada porque, ao contrário da violência aberta, não aparece como uma ruptura da normalidade (MIGUEL, 2015, p.33).

Ocorre que mesmo com a impessoalidade, a violência estrutural se manifesta nas ações individuais e/ou institucionais que negam a humanidade. E trazendo ao conhecimento Marx e Engels (2007), que “o desenvolvimento das forças produtivas na sociedade reflete uma manifestação humana dirigida à satisfação de necessidades”. Tensionada pela constante tentativa de imposição de uma forma desumana, segundo a qual a satisfação da necessidade de alguns poucos depende da negação da satisfação de necessidades de outros (MARX; ENGELS, 2007).

Coutinho (2010), entende que a violência estrutural é necessária para a execução do pensamento ideológico da burguesia, incapaz de aceitar a razão dialética, a dimensão histórica da objetividade, a riqueza humanista da práxis. Notamos que acontece uma fragmentação entre a violência direcionada e a violência simbólica de forma a constituir violências onde não é possível isolar qualquer violência de seu contexto social, logo, são diversas as mediações ou identificação dos sujeitos envolvidos.

Assim, em Krenzinger, notamos uma grande ferramenta para ampliar esta discussão: não a fragmentação da violência, mas a identificação de sua origem como uma das possibilidades de sua essência. Visando assim não perder de vista a complexidade do fenômeno. É preciso ter perspicácia e criticidade para esse raciocínio, pois medir a violência estrutural pode limitá-la. A medida que sua dimensão nomeada não pode ser o meio para comprovar sua existência, pois, como já dito, se faz necessário atermos aos determinantes e contradições presentes na própria sociedade.

Santos (2009), refere-se à violência estrutural, como indicadores de análise das desigualdades de condições de vida em termos de saúde, habitação, trabalho, educação, relações de sociabilidade, segurança, conhecimento e participação política. Esse tipo de violência, segundo o autor, adquire contornos disseminados por toda a sociedade, verificado na sua multiplicidade de formas, inclusive na sua microfísica.

Fontes (2010, p. 41), complementa colocando que “o conceito do modo de produção não se limita à atividade econômica imediata, mas remete à produção da totalidade da vida social, ou ao modo de existência”. A sociedade de classes indica a formatação das subjetividades, da moral, da ciência e da cultura, bem como outras esferas.

A violência estrutural está presente em todos os momentos das relações sociais, independente da forma que se apresenta. Pode ser em qualquer relação, com atos agressivos ou da coerção, e onde aconteça, mesmo que em grande parte não faça uso da força física ou nem se manifeste de forma direcionada.

Assim, abordar essa discussão e seus rebatimentos, contribui para ir-se contra o fluxo de determinismos naturalizados e reprodutores das estruturas de dominação. Acreditamos que analisá-la pela apreensão teórica da reprodução social é possível já que a compreende como parte indissociável do modo de vida da sociedade burguesa. Fontes (2010, p.40), afirma que “compreender histórica e logicamente o capitalismo exige não perder jamais de vista a base da vida real, o conjunto das atividades que asseguram a reprodução da existência, objetiva e subjetivamente”.

A partir dos estudos para a formulação desta pesquisa, podemos também pensar na relação entre trabalho formal e informal, legal e ilegal como parte de um mesmo processo: a necessidade de extração de mais-valor através de formas mais precarizadas de exploração do trabalho.

Nesse sentido, a exploração opera junto às opressões para a produção e reprodução de capital, uma vez que são as mulheres, sobretudo mulheres racializadas como não brancas, que ocupam lugares mais precarizados no mercado de trabalho, sendo que a maior parte exerce atividades nos setores de serviços, voltados à reprodução social, com vínculos informais, como veremos ao analisar os dados sobre trabalho das mulheres em situação de rua entrevistadas. Ainda, destacamos que segundo Prates, Prestes e Machado (2011, p.200), estudos realizados no Brasil, refere-se que o número de mulheres em situação de rua vem crescendo, e no processo de realização, a vulnerabilidade que estão sujeitas é ainda maior por sua condição de gênero.

Os autores seguem colocando que o número de mulheres é menor em relação ao de homens, elas correspondem a aproximadamente 30% desse universo, segundo dados de estudos realizados sobre populações em situação de rua no Brasil em 20 anos (PRATES, PRATES e MACHADO, 2011, p.201). Prates, Abreu e Cezimbra (2004), discutem que existe uma desvalorização associada à perspectiva de gênero que se “expressa numa postura de subalternidade verificada na busca pelo trabalho, no modo como se relacionam com seus parceiros ou mesmo na banalização da violência que sofrem no espaço da rua.”

No Brasil, o trabalho feminizado não-remunerado é a prova mais concreta de como o capitalismo forja a classe trabalhadora de forma racializada e generificada, tendo no colonialismo o seu eixo de sustentação não só do ponto de vista histórico, enquanto uma herança do passado, mas, sobretudo, como um mecanismo que se perpetua e se reatualiza, fazendo com que esse tipo de trabalho se apresente de forma particular na periferia do capitalismo.

No âmbito do trabalho feminizado não-remunerado, a realidade não é muito distinta. A figura da “dona de casa” remete ao não trabalho, em contraste com a mulher que trabalha. Esta que “trabalha fora”, ainda assim, dedica-se aos afazeres domésticos, que também não é associado ao conceito de trabalho.

Esses dados guardam uma relação direta com o perfil das mulheres em situação de rua, fenômeno social assentado no sistema capitalista, uma vez que a expropriação está relacionada com a situação naturalizada. Ao observarmos os dados da realidade, podemos refletir sobre em quais relações sociais as mulheres estão inseridas na trama do capitalismo racializado e generificado nas mediações com a vida social que levam ao crescimento das desigualdades.

Nesse sentido, a lógica do valor, ou seja, a acumulação capitalista em seu estágio atual de financeirização, também atravessa e permeia todas as relações. Compreendendo o sistema capitalista como um complexo de relações sociais, econômicas, culturais onde a exploração e as opressões se constituem como forma de dominação subordinadas à lógica do valor, a particularidade que se expressa com a existência da população feminina em situação de rua remonta à ideia de como as opressões servem de base para a reprodução desse modo de produção, assim como também à importância de superação da dualidade entre produção e reprodução social.

A maioria das mulheres são responsáveis financeiramente por sua família, sendo elas, mães solo, as principais responsáveis pela atividade de reprodução social. Também apontamos que as principais atividades dessas mulheres eram exercidas no setor de serviços, sendo a principal atividade a de empregada doméstica/faxineira, como analisado no Capítulo 3.

Em relação a pessoas em situação de rua, também podemos observar as implicações de gênero, não por sua condição biológica, mas na constituição do ser mulher enquanto uma construção social (SCOTT, 2017). A compreensão sobre

como resultado concreto da violência e das relações sociais historicamente constituídas a partir do metabolismo trabalho e natureza, mediado pela reprodução do capital. Assim, a metamorfose que opera na constituição do território gera um “território fictício” sob a aura de “nacional” e, ao mesmo tempo, seu oposto contraditório, que é sua construção a partir de uma sucessão de separações e divisões que se estabelecem com a ordem objetiva da propriedade privada da terra, dos meios de produção e das formas de expropriação do trabalho e de acumulação de capitalista (GODOY, 2018, p.560).

Esses papéis e imaginário social são adicionados a uma expectativa do papel feminino na qual se expressam diferenças entre mulheres brancas e negras, devido ao racismo e ao sexismo. Das mulheres brancas espera-se que sejam boas mães, cuidadoras de sua família, e as mulheres negras, que sempre ocupavam o espaço público desde o período de escravidão, são vistas de forma desumanizada, como incapazes de exercer sua maternidade (MALHEIRO, 2020, p.7).

Ao longo da história, as mulheres foram submetidas ao controle e expropriação de seus corpos para que esses fossem voltados ao trabalho. Esse controle é regulado pela proibição, mas com um mesmo objetivo: que seus corpos sejam voltados para acumulação de capital, seja no mercado de trabalho, ocupando lugares precarizados e subalternizados, seja no espaço doméstico, enquanto trabalho não pago, permitindo o desenvolvimento da produção.

Os cenários das populações em situação de rua são apresentados como diferentes fenômenos que afetam diferentes grupos de pessoas de maneiras diferentes. Isso demonstra a incapacidade dos governos de enfrentar as crescentes desigualdades de renda, riqueza, acesso à terra e à propriedade e de enfrentar com eficácia os desafios da urbanização e da migração. Nesse contexto, as questões de gênero são um fator atenuante, como veremos no próximo subtítulo.

#### **1.4 Mulheres em situação de rua**

Enquanto a superioridade numérica dos homens que vivem nas ruas é bem conhecida, as mulheres são minorias discriminadas, justamente por serem mulheres as que se tornam mais vulneráveis. Este problema está enraizado em suas vidas. As mulheres sofrem preconceito e múltiplas expressões da violência estrutural, dificultando a estabilização de suas famílias e da sociedade; ainda vivemos em uma

sociedade construída sobre um modelo de supremacia masculina que exclui as mulheres.

Portanto, a desvalorização da mulher no meio social destaca que a supremacia masculina é um resquício histórico de sempre atribuir à mulher o papel de mãe e dona de casa em outras áreas como o mercado de trabalho. As relações de gênero nas ruas são um fortemente diferentes daquelas vividas pelas mulheres domiciliadas. Isso porque as mulheres sofrem diariamente todo tipo de discriminação, exclusão e violências.

O ambiente da rua é caracterizado por um espaço de regras patriarcais regidas pelos homens, o que não difere da sociedade que trata as mulheres como seres inferiores. As relações de gênero revelam a vulnerabilidade da mulher no espaço da rua e em todos os outros espaços, seu papel como reprodutora e cuidadora da prole e a violência contra a mulher.

A violência pode vir de qualquer lugar, então as mulheres em situação de rua por vezes procuram viver em grupos para se proteger, como uma das estratégias de sobrevivência que convivem não só com o preconceito, mas também com o medo que as atormenta todos os dias. A violência a que são submetidas vem desde a infância.

As pessoas em situação de rua, por sua vez, denunciam essa diversidade, a diferença, a existência de padrões de violência, exclusão e negligência. As comunidades mais marginalizadas em diferentes lugares do mundo possuem em comum um conjunto de fatores, como violência, barreiras de acesso à cultura e ao trabalho, precarização da saúde, da educação e do transporte público e um alto índice de morbimortalidade que, muitas vezes, é naturalizado por suas populações, sendo a violência e o desemprego principais alvos das ações políticas e comunitárias e não o conjunto de fatores, precisamos questionar como se dá o exercício da cidadania por essas mulheres.

As mulheres em situação de rua também são tais indicadores, pois situações de discriminação e violência fazem parte de suas vidas e muitas vezes é por isso que elas saem às ruas, como veremos na análise de dados. Mulheres e homens iniciam seus processos de realização de diferentes formas. Os homens saem às ruas devido a problemas familiares e desemprego, enquanto as mulheres saem às ruas devido a abuso sexual, violência doméstica, situações de abandono, todas elas expressão por questões ligadas a violência de gênero.

Portanto, atentar para os aspectos acima, e propor políticas sociais para mulheres em situação de rua, não é apenas pensar no lugar físico que elas ocupam, mas também conectar a rua com outros significados. As medidas assistenciais por si só não podem refletir ou atender a complexidade de suas necessidades, incluindo sua capacidade de reintegração na lógica da família, trabalho, moradia, saúde e outras áreas das quais estão gravemente excluídas. Precisamos pensar em como construir suportes regionais unificados e integrados em redes intersetoriais baseadas em diferentes formas de produção de vida, considerando que, como os dados apontam em nossa pesquisa, essas mulheres não ficam e vêm apenas de Niterói, mas de outros municípios e Estados também.

Como é dada a visibilidade, em termos de políticas públicas, a mulheres em situação de rua? Podemos perceber que apenas quando acessam os dispositivos do SUS - Sistema Único de Saúde, SUAS - Sistema Único de Assistência Social ou do judiciário e acessam imediatamente esses órgãos por motivo de doença, enfermidade ou transgressão. Incoerentemente, porém, as histórias dessas mulheres são marcadas pela ausência de instituições que protejam seus direitos, como o direito à infância, à saúde, à família e à moradia.

Essas são marcas resultantes de uma organização social patriarcal, opressora, violenta, alienante, machista, como extensões de modos de produção social que são explorados não só nas ruas, mas potencializado nesse território. Por exemplo, este estudo discute as vulnerabilidades e condições de acesso dessas mulheres à sua cidadania.

A população em situação de rua é composta principalmente por homens. No entanto, isso representa necessariamente a distribuição de gênero das pessoas em situação de rua na comunidade, pois pode estar relacionado às dificuldades de acesso, manifestação e reconhecimento das demandas das mulheres. Na prática, o atendimento prestado às mulheres por meio de intervenções de saúde sexual, em oposição à penetração masculina, ainda é frequentemente observado quando as mulheres usam os serviços.

Sobre o fornecimento de anticoncepcionais: as mulheres têm obrigações regulares e requer, entre outras coisas, uma rotina de trabalho que inclui investigação e consulta ativa. Enquanto preservativos masculinos são fornecidos mediante demanda espontânea! Seu objetivo não é negar as diferenças nas necessidades de mulheres e homens quando são apontadas. Mas precisamos

questionar como essas diferenças orientam o trabalho e quais são as possibilidades de mobilização dessas práticas na organização social (estruturalmente violenta e machista).

Outro aspecto relevante para esse grupo populacional diz respeito ao ciclo social e ao processo de chegada à rua. Muitas mulheres em situação de rua parecem desconhecer outras redes de apoio além daquelas estabelecidas na área. Muitos deles relatam violência e discórdia com familiares, incluindo crianças que perderam a custódia ou ficaram sob os cuidados de parentes.

Observou-se também que algumas mulheres concebem as suas rotinas para responder de imediato às suas necessidades, o que pode criar estrangulamentos ou proporcionar um meio de sobrevivência (alimentar-se, cuidar dos outros ou proteger-se). Essas investigações normalmente colocam as mulheres em situações de pouco ou nenhum poder e, como resultado, muitas vezes as expõem a relacionamentos abusivos. As relações com as substâncias psicoativas, se apresenta como um parâmetro para pensar as relações dessas mulheres com a rua. Afinal, o uso dessas substâncias, muitas vezes, é relatado como mecanismo de sobrevivência às ausências (afetivas, estruturais e financeiras) e violências, presentes nas relações interpessoais e institucionais.

O cenário das populações em situação de rua apresenta-se como um fenômeno diverso que afeta diferentes grupos de pessoas de formas distintas. Isto reflete a incapacidade dos governos de abordar as crescentes desigualdades de renda, riqueza, acesso à terra e à propriedade e de abordar com eficácia as questões de urbanização e migração; logo, a moradia é tratada como mercadoria, não como um direito humano.

A expressão *situação de rua* descreve tanto a escassez de moradia quanto a descrição de grupos sociais. A negação de direitos e a relação limitada com a identidade social definem a situação de rua como a falta de outros direitos socioeconômicos. Nesse contexto, as pessoas que vivem nas ruas vivenciam o estigma, a exclusão social e a criminalização, potencializadas nas relações de gênero.

A variedade de métodos de categorização, como como *clochard*, *homeless*, sem-abrigo, sem-teto, sem-domicílio fixo, morador de rua, pessoa em situação de rua; permite-nos compreender a relação entre as definições da população de elementos e as práticas específicas dos sujeitos e conjuntos heterogêneos de

intervenções. Por exemplo, nos países anglo-saxões e nos países franceses, essa definição vem do setor não habitacional, ou seja, dos sem-teto e pessoas sem endereço permanente. Na tradição brasileira, o termo sem-teto ou desabrigado é usado para descrever a vida nas ruas. Dada a diversidade de situações individuais e as múltiplas soluções de subsistência e habitação, precisamos trazer à luz essas questões perpassadas pelas mulheres em situação de rua .

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil, há poucas pesquisas sobre o assunto em relação às mulheres em situação de rua, indicando que pesquisas mais detalhadas sobre esse grupo populacional já foram iniciadas. Em todo o país, estima-se que 18% das mulheres vivem nas ruas, número significativamente menor do que os homens (BRASIL, 2008).

É oblíqua as informações sobre violência contra a mulher em situação de rua no Brasil. Porque a maioria das mulheres teme culpar os perpetradores por minar a segurança que o estado deve fornecer às mulheres. Isso ainda é errado, mas para as mulheres que vivem nas ruas, o processo é mais difícil. Viver nas ruas torna as próprias mulheres mais vulneráveis à violência e que elas precisam construir relações que garantam seu cotidiano, como frequentemente dito pelas mulheres entrevistadas em nossa pesquisa.

As mulheres em situação de rua não moram sozinhas, elas procuram viver em grupos para se proteger, para garantir sua própria segurança, muitas vezes procuram parceiros que as façam sentir-se confortáveis. As mulheres pagam um preço alto para manter a submissão sexual em troca de proteção, pois, para o patriarcado seus corpos exibem qualidades úteis e maleáveis.

Mulheres e jovens que vivem nas ruas enfrentam muitas barreiras no acesso a intervenções e serviços de saúde pública. É devido a várias ausências como. Por exemplo, informações tradicionais, documentos, endereços, etc. No âmbito do SUS, gestores e profissionais de saúde devem reconhecer essas peculiaridades e lutar para remover essas barreiras e garantir o acesso universal e equitativo às intervenções e aos serviços de saúde (BRASIL, 2015).

As relações que as entrevistadas formam em situações de rua, vulnerabilidades, identidades femininas e sofrimento social. Na rua, as relações cotidianas se estabelecem a partir da identificação dos sujeitos que ali vivem. Vários relatos pelas entrevistadas, confirmam o cuidado e a confiança das pessoas em situação de rua. Além disso, a análise das entrevistas constatou que muitos dos

vínculos eram formados com profissionais e usuários de serviços públicos e filantrópicos à disposição da população em situação de rua, onde se sentiam acolhidos.

Os laços familiares também são procurados antes de entrar na rua, mas em muitos casos os laços familiares foram o motivo pelo qual essas pessoas entraram na rua ou nela permaneceram. Limitações se dão em determinadas situações devido à frágil realidade em que se encontram.

As relações são frágeis e a forma como as redes existem fornecem mais ou menos suporte social. O processo de vulnerabilidade social caracteriza não só o cotidiano da rua pelo processo de rompimento de interações superficiais e vínculos profundos, mas também por relações interpessoais inferiores caracterizadas pela fragilidade e falta de suporte estável. É a rede de apoio que fornece a ajuda necessária para alcançar e manter um equilíbrio dinâmico entre vulnerabilidade e integridade.

Quando se trata da questão da vulnerabilidade, as mulheres em situação de rua enfrentam vulnerabilidades o tempo todo. Elas estão em risco porque não têm empregos estáveis, dinheiro, documentos ou casas, elas estão em risco porque não têm acesso à educação e lutam para conseguir atendimento médico. Essa situação amplifica os episódios de medo, fome e violência que essas mulheres vivenciam constantemente em seu cotidiano.

Uma análise das entrevistas realizadas destaca os desafios que enfrentam no ambiente de rua, bem como a violência que vivenciaram pessoalmente. No entanto, esse tópico remete a considerações relacionadas ao preconceito que as mulheres sofrem por estarem nas ruas. Trinta e nove mulheres entrevistadas disseram que foram chamadas de vagabundas, mas sabiam que não eram, bem como quando homens passavam as mãos nelas, com o intuito de objetificação sexual.

Uma situação de vulnerabilidade pode levar a mulher a questionar seu próprio valor. Muito sofrimento é expresso em suas falas e em seus questionamentos sobre o que as trouxe para as ruas e quais oportunidades foram ou não oferecidas a elas. A partir disso, fica claro que há muitos desafios ao longo do caminho. A vida e a sobrevivência são vitórias individuais e coletivas. Porque proteger sua própria vida supera as realidades imprevisíveis da vida cotidiana em movimento. A violência e agressão específicas de gênero na vida cotidiana das populações em situação de rua são destacadas, revelando a vulnerabilidade física nessa área.

Nessas circunstâncias, as mulheres em situação de rua forjam seus próprios caminhos e identidades. A memória social também se desenvolve nessa rede de relações, pois é formada por estruturas sociais que estão em constante mudança enquanto tentam preservar algo do passado no presente. O comportamento e o pensamento individuais refletem essas experiências.

No que diz respeito à identidade das mulheres em relacionamentos estabelecidos, a análise das entrevistas apresentou uma situação em que as entrevistadas descreveram tanto como mulheres em situação de rua quanto como sujeitos que desempenham os papéis de mãe, irmã e filha sobre suas experiências passadas e presentes. Quando se trata das relações familiares com as próprias mães, vale ressaltar que algumas mulheres possuem vínculo materno e muitas vezes é a mãe quem acaba cuidando dos filhos nascidos na rua.

Outro aspecto é a irmandade entre elas e seus irmãos e irmãs, muitos dos quais já tinham seus laços rompidos antes do processo de realização. Em outros casos, a relação controladora parece permanecer, estabelecendo o controle sobre a vida da mulher, ou, ao contrário, uma relação amorosa. Quando se trata de relacionamento com os filhos, a relação é diferenciada. Em alguns casos, a relação é completamente perdida devido a drogas ou doença mental. Em alguns casos, essas relações estão intimamente relacionadas.

Foi estabelecido que uma das expectativas das mulheres é o relacionamento íntimo com sua família. Isso indica a importância da presença da família na vida das entrevistadas. Isso mostra que, mesmo quando o ser humano rompe seus laços afetivos, continua sonhando, reconfigurando relacionamentos, restaurando relacionamentos anteriores e entrando em novos modos de vida.

Nesse contexto, porém, o sofrimento social está presente na vivência das mulheres por estarem na posição de *indivíduo padrão*. O baixo perfil público significa que eles experimentam humilhação, falta de reconhecimento e vergonha em primeira mão, deixando cicatrizes psicológicas. Além disso, as mulheres em situação de rua vivem em situação de extrema exclusão social, inseridas em um estado de abandono e miséria, elas habitam praças públicas, pontos de ônibus, calçadas, viadutos e espaços públicos. Esses cenários de desamparo caracterizam claramente altas vulnerabilidades psicossociais.

Outra questão levantada é a higiene pessoal e os desafios enfrentados pelas mulheres em situação de rua devido à falta de privacidade e notória perda de

autoestima. A situação de rua não garante condições básicas de vida e, aliada ao sofrimento cotidiano e à falta de oportunidades de melhoria, essa situação pode levar à perda da autoestima e, conseqüentemente, ao desinteresse pelo autocuidado. No que diz respeito à saúde mental, foram identificadas necessidades significativas, incluindo dificuldades de acesso aos serviços médicos que oferecem tratamento.

A polêmica das drogas está ajudando a criminalizar ainda mais essa população que já luta com o processo de isolamento social. A lógica da desvalorização é feita principalmente em público. Os sujeitos se sentem negligenciados e desvalorizados e raramente compartilham esses sentimentos. Do ponto de vista do sujeito, a expressão das emoções está sujeita à autocensura, pois a sociedade oferece pouco apoio para facilitar a expressão emocional.

Os afetos que surgem do sistema de exclusão são proibidos e passam por um processo que visa anulá-las, apagá-las e torná-las imperceptíveis. Esse processo de repressão afetiva, envolvendo organizações e indivíduos coletivos singulares, é aqui denominado lógica da invisibilidade do sofrimento. De fato, existem muitos desafios no desenvolvimento de políticas que possam melhorar a saúde da população em situação de rua.

No próximo capítulo, abordaremos sobre Políticas Sociais, tendo em vista apresentar a política social, relacionada à configuração da questão social e às respostas das classes sociais e do Estado para as populações em situação de rua, uma vez que alguns conceitos como sociedade civil, cidadania e reforma foram redefinidos.

## **CAPÍTULO 2 - Políticas sociais**

No Brasil, a omissão do Estado com suas populações em situação de rua reflete o desprezo que a sociedade continua a ter, ora com assistencialismo, ora com rejeição, indiferença e preconceito. Dessa forma, proporcionamos a esse grupo, um olhar diferenciado sobre o atendimento e criamos ações que promovam a participação da população em situação de rua na formulação de políticas públicas e funções do serviço por meio de reuniões, consultas públicas e formação de Câmaras Municipais.

As políticas sociais dentro da hegemonia neoliberal inicia-se no Brasil nos anos 1990 e nada mais são que uma nova adaptação do país às requisições da ofensiva do capitalismo mundial, ao mesmo tempo em que “[...] reedita o drama crônico como negação da radicalização democrática” (BEHRING, 2003, p. 101). Assim, a burguesia brasileira aliada ao Estado reitera o seu descompromisso com a ideia de nação, reafirmando características históricas da formação de uma cultura com marcas de autoritarismo, patrimonialismo, clientelismo, e privatização do público.

Os serviços disponíveis para as populações em situação de rua, os quais as mulheres acessam são: Centro de Referência Especial para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop), Abrigos, Albergues, Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Existem Políticas específicas para pessoas em situação de rua, como está sendo explicitado, entretanto, no campo da política específica, existe o Centro POP que atende as pessoas em situação de rua e no caso do município de Niterói, essas pessoas são atendidas no Centro POP. Isso significa

que pertencem ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e no Sistema Único de Saúde (SUS), o Consultório na Rua (CnaR), Centro de Atenção Psicossocial (CAPs), hospitais e policlínicas.

Apesar da importância desses serviços na garantia dos direitos, é importante a necessidade de ouvir as mulheres em situação de rua e envolvê-las na formulação e condução das políticas nacionais e sociais. Afinal, quando se pensa em políticas sociais para a população em situação de rua, pensamos em um lugar que crie oportunidades para se tornar mulher, e não apenas abrigos ou acomodações, como acesso a direitos básicos como assistência médica, higiene, beleza e convivência familiar devem ser garantidos.

## **2.1. Políticas sociais para as Populações em Situação de rua**

A sobrevivência em espaços públicos por falta de moradia não é um problema social recente, desde o surgimento das sociedades pré-industriais que historicamente causaram a falta de moradia na Europa, e no decorrer das mudanças econômicas, a desigualdade social tornou-se mais difundida e visível. Aqueles que não são absorvidos pelo mercado de trabalho, e passam pelo processo de rualização não possuem as condições mínimas de sobrevivência, por isso a sociedade e o poder público os estigmatizam, condenam e oprimem como vagabundos e desordeiros em suas próprias circunstâncias excepcionais.

Behring e Boschetti (2011), resgatam o conceito, apresentam os elementos essenciais para explicar o surgimento e o desenvolvimento da política social e apontam a importância de se considerar a natureza do capitalismo, o papel do Estado e das classes sociais sob esse prisma. Nessa perspectiva, confirmamos que o estudo da política social deve levar em consideração suas múltiplas relações causais, seu contexto interno e as relações entre suas diversas manifestações e aspectos.

Mulheres e homens são forçados a viver nas ruas em condições ditadas por sociedades de classes organizadas para proteger bens e mercados sobre pessoas e vidas. Com isso, o modo de produção capitalista como causa do surgimento das

---

que existem políticas específicas para atuar junto de forma especializada, e a impotência da sua existência é justamente pretender parar de existir, logo, ter mobilização para atender uma população extremamente vulnerabilizada.

populações em situação de rua, mostra a desvalorização dessas pessoas em uma sociedade que prioriza o capital sobre a vida humana.

As pessoas em situação de rua enfrentam diariamente diversas formas de infrações previstas na Constituição Federal de 1988 - CF/88, sendo que as pessoas marginalizadas são estigmatizadas negativamente e excluídas da sociedade como se não fizessem parte da humanidade. Behring e Boschetti (2011) colocam que não tem como precisar o surgimento da questão social, pois as políticas sociais nascem da confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal.

Esse fenômeno se caracteriza por surgir da manifestação de problemas sociais, que para Marilda lamamoto é um fenômeno antigo que perdura até hoje, mas com um enquadramento diferente. lamamoto nos sugere que as políticas sociais e públicas se desenvolvem lentamente e apenas em emergências, com pouco sucesso, porque o progresso capitalista continua nos tempos modernos e a exploração dos trabalhadores pela classe capitalista ainda é uma realidade hoje.

Behring e Boschetti (2011) discorrem sobre a importância da classe trabalhadora para mudar a natureza do Estado. Segundo as autoras, várias conquistas, como direitos políticos em contradição aos direitos civis, contribuíram muito para a expansão e conquista dos direitos sociais. Com relação ao Brasil, as mesmas mergulham no contexto histórico e discute as características da escravidão, do colonialismo e do imperialismo. E afirmam que “[...] o Estado brasileiro nasceu sob o signo de forte ambiguidade entre liberalismo formal como fundamento e o patrimonialismo como prática no sentido da garantia dos privilégios das classes dominantes” (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p.75).

No entanto, elas apontam que a heteronomia é uma característica estrutural do capitalismo brasileiro, e que o movimento operário brasileiro, como se houvesse mão de obra livre, é dominado pelo paternalismo e estigma imposto pela sociedade existente.

No que diz respeito às políticas sociais dirigidas a esta população e às suas eventuais falhas, destacamos o campo da Assistência Social e a sua atuação junto às populações em situação de rua, e sua necessária uma compreensão menos estigmatizada da situação para a elaboração de novas Políticas e reformulação das

formas das atuais, a fim de buscar o desenvolvimento de autonomia adaptadas às reais necessidades desta população.

Prates, Prates e Machado (2011, p. 206) reiteram, com bases em diversos estudos institucionais e acadêmicos, que relatam a precariedade com que são atendidos esse público em relação às políticas sociais, por conta da falta de capacitação das equipes de trabalhadores públicos, entre outras questões. Neste aspecto, Prates, Prates e Machado (2011, p.208) corroboram que se faz necessária “a capacitação do conjunto de trabalhadores que atuam nas mais diversas políticas para melhor compreensão dos múltiplos fatores que são transversais aos processos de realização”. Ainda, estudos que avaliam a relação da Política de Assistência Social com outras políticas, em especial as de inserção produtiva, saúde e habitação, reiteram a dificuldade de efetivação desse atendimento de modo integrado, onerando serviços, retardando ou impedindo o progresso de processos de autonomização dos sujeitos e perdendo com isso alcance e efetividade (PRATES, PRATES e MACHADO, 2011, p.208).

Demandas estas que atendem às determinações dominantes vigentes, como apontado por Potyara Pereira que conclui que “tem-se aí o paradoxo basilar da política social burguesa que a impossibilita de ser totalmente positiva para um senhor e totalmente negativa para outro, além de desvelar sua natureza eminentemente relacional dialética” (PEREIRA, 2020, p. 35).

Como apontado neste estudo, quando falamos em populações em situação de rua, manifesta-se o processo de exclusão a que estas populações estão expostas, a violação de seus direitos como cidadãos e a falta de políticas públicas que atendam às suas necessidades específicas. Logo, ver estas populações como um problema apenas relacionado com áreas da sociedade que precisam de “ajuda” não resolve a problemática. Com isso, e diante dessas singularidades, identidades próprias, destacamos as atribuições das políticas sociais, de modo que o trabalho deste público deve ser pautado em relações transversais e solidárias.

No conjunto das Políticas públicas brasileiras, os antigos “moradores de rua”, agora chamados de “pessoas em situação de rua”, são objeto de interesse público de lideranças institucionais desde a década de 1980. Isso é agravado pela luta contínua para definir quem são essas pessoas, o que leva a diferentes percepções dessas populações. Uma definição específica do fenômeno das populações em situação de rua assenta na distribuição de valores pelas diferentes dimensões da

vida social. Essas populações são caracterizadas pela diversidade em termos de origens sociais, trajetórias de vida, tempo de vida na rua, presença de doenças e deficiências, pessoas que vivem sozinhas ou com amigos ou familiares.

É importante sinalizar que nosso país faz parte dos países que aceitam pedidos de refugiados. No entanto, o Brasil não tem um programa de subsídio habitacional para essas pessoas, então, depois de chegarem, muitos vivem nas ruas por vários dias até encontrar ajuda. Na maioria das demandas, a ajuda também é fornecida por instituições de caridade, como podemos verificar no desenvolvimento da nossa pesquisa. A organização persegue objetivos humanitários e trabalha para proteger pessoas vulneráveis, mas os aspectos políticos têm um impacto significativo em seu desempenho. Isso significa que as organizações precisam lidar com fluxos cada vez maiores de refugiados em um ambiente altamente politizado.

A criação da Seguridade Social baseada na estrutura tripartite saúde, previdência social e assistência social pela CF/88 foi um marco para a proteção social no Brasil. A cobertura da proteção social foi ampliada e os benefícios redistribuídos para reduzir a pobreza e a desigualdade social no país. No campo da assistência social, o processo de reforma da política de assistência social no estado brasileiro avançou na década seguinte após a introdução da Carta Magna, mas o modelo de prestação de serviços não mudou significativamente.

No processo, outras mudanças legislativas foram feitas para fortalecer a proteção social. Dentre elas, está a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que tem suscitado um renovado debate político e institucional sobre as medidas de assistência social. Em 2004, as discussões sobre as ações governamentais relacionadas à pobreza e às desigualdades sociais ganharam destaque nas agendas governamentais, levando a um aumento significativo do alcance e dos recursos dos serviços de assistência social. A partir de então, surgiu uma nova estrutura com a implantação do SUAS como coordenador dos elementos essenciais para a implementação de medidas nessa área.

Dessa forma, conforme materializado na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), as medidas de assistência social visam garantir um mínimo social de acordo com as desigualdades locais. O objetivo é promover a equidade no atendimento às necessidades de indivíduos em situação de vulnerabilidade social e grupos específicos de maior risco social, como as populações em situação de rua.

Neste contexto, as medidas de assistência social destinam-se principalmente a atender pessoas e grupos vulneráveis.

Essa população está exposta à vulnerabilidade e tem suas raízes na história das políticas assistenciais voltadas para atender ostensivamente às necessidades dessa população. Esse desinteresse por parte do Estado reflete a contradição em que a sociedade e a opinião pública tratam o assunto com simpatia, preocupação e até bem-estar, e opressão, preconceito e indiferença.

A Política Nacional para Inclusão Social da População em situação de rua, que abre os caminhos para a atual Política Nacional da População em Situação de Rua, (BRASIL, 2008) foi resultado de um trabalho de grupos interministerial, respaldado pelo Decreto s/n, de 25 de outubro de 2008, constituído pelo Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, Ministério da Educação, Ministério das Cidades, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça, Ministério Especial de Direitos Humanos e Defensoria Pública da União, além do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), da Pastoral do Povo de Rua e do Colegiado Nacional de Gestores Municipais da Assistência Social (CONGEMAS) (BRASIL, 2008).

A Política Nacional da População em Situação de Rua, Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, tem os seguintes princípios, além da igualdade e equidade:

I - respeito à dignidade da pessoa humana; II - direito à convivência familiar e comunitária; III - valorização e respeito à vida e à cidadania; IV - atendimento humanizado e universalizado; e V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência (BRASIL, 2009).

Descrevemos esses princípios como a definição do compromisso da autoridade constitucional com a integridade desse grupo social. A garantia da integridade das pessoas é uma importante diretriz constitucional que tem por finalidade a proteção física e psicológica dessas pessoas contra a exclusão do convívio social digno.

Assim, as propostas referentes a esse grupo populacional passaram a visar a exclusão, contribuindo para a culpabilização dos que vivem em situação de extrema pobreza. Mas, ao longo do tempo, houve espaço para que as organizações da sociedade civil aceitassem propostas de ações solidárias. Mas, em muitos casos, é de natureza assistencialista, muito distante da noção de ordem pública e moralidade, que é um direito do povo e um dever do Estado.

Para quebrar esse ciclo de desmontes, é preciso considerar as particularidades da cultura de rua e fortalecer políticas de atendimento que possam formular ações que envolvam a sociedade e o Estado como membros participantes, incluindo práticas descentralizadas, para esse grupo populacional. Espaços construídos para conter e apoiar a população em situação de rua, portanto, acolhem públicos de uma ampla variedade de origens subjetivas, permitem a construção de vínculos e, além disso, incentivam uma atitude positiva em relação à prática que estimula a exploração de pessoas em situação de rua. participação cívica ativa. direitos próprios e autonomia social.

De acordo com a PNAS, o SUAS consubstancia a formulação de políticas públicas voltadas para a universalização do acesso aos direitos, princípios de segurança e condições básicas de subsistência. Vale ressaltar que essas ações refletem a prática política de redução de danos com base nos princípios da justiça, nas realidades de apoio às populações em situação de rua, nas estratégias de salvamento e na multiplicidade de possibilidade de resgate da cidadania.

Ao discutir sobre as políticas sociais é necessário trazer à luz pautas que conjecturam “um desafio que pressupõe o enfrentamento de muitas resistências” (PRATES, PRATES E MACHADO, 2011, p.210) e sua implementação precisa ser acompanhada por toda a sociedade, o que dependerá não apenas da vontade política dos Governos, o que pressupõe um eficiente investimento de recursos públicos, humanos e financeiros. Isso é concretizar o controle social garantido na política social e tão enfraquecido devido às lutas de classes, hegemonia burguesa, controle da expropriação.

Potyara Pereira (2020, p.47) coloca que

O grande empecilho nessa tarefa não é a ausência de consciência da população a respeito das limitações da democracia vigente, mas a descrença nos políticos e nas instituições. Por isso, há que se libertar a democracia das cadeias neodireitistas que as circunscrevem aos quadrantes de um Estado comprometido com o sistema do capital, para estendê-la ao conjunto da sociedade.

No subtítulo seguinte, discutiremos as políticas sociais para as mulheres em situação de rua, que são reflexo de uma sociedade repleta de diferentes tipos de violações de direitos, dentre as quais podemos destacar os direitos de habilitação à moradia, saúde, educação. Nesse contexto, torna-se oportuno investir em políticas sociais que atendam às necessidades dessa população, mesmo sendo a maioria homens, cada vez mais mulheres, em razão do gênero, vivenciando essa realidade

em um estado muito mais vulnerável e vulnerável. exposição a outros tipos de violência, aumentando riscos e desigualdades sociais e sua invisibilidade.

## **2.2 A não política para mulheres em situação de rua**

As políticas públicas voltadas para a população em situação de rua existem desde o início do século, mas destacam-se os preconceitos e as barreiras criticadas para o exercício de seus direitos. Por exemplo, mulheres em situação de rua têm episódios de violência e abandono em suas vidas como motivos para ir e permanecer nas ruas. Essas experiências são reprocessadas no contexto da doença, gravidez e experiências de cuidado.

As mulheres em situação de rua, são invisibilizadas, sem voz e atemporais, moldadas por processos históricos de discriminação, violência e opressão, e devem seguir as regras de uma sociedade machista que desvaloriza e discrimina as mulheres. Conhecer e analisar o perfil das mulheres em situação de rua é, portanto, responder a uma questão que ainda suscita muitas dúvidas. Durante a pesquisa, não foi encontrada nenhuma política para mulheres. Logo abordaremos o fato da necessidade de ter políticas.

Ocorre que as políticas públicas e sociais ainda estão implementadas mas não estão sendo executadas em todos os Estados como devem minimamente. Dessa maneira, são inexistentes políticas públicas destinadas às mulheres em situação de rua, considerando que, infelizmente, as outras políticas que incluem o sexo feminino não envolvem as mulheres dentro dessa situação, colocando-as numa posição de excluídas até mesmo das políticas de inclusão.

A exclusão social (e não apenas social) não significa apenas marginalizar e criminalizar, mas também ignorar a existência humana. Isso significa criar e manter condições que tornem a situação de rua permanente, por exemplo. Podemos dizer, portanto, que a exclusão social que vivemos tem causas econômicas, mas também pode ser caracterizada por falta de pertencimento social, falta de perspectivas, dificuldade de acesso à informação e perda de auto-estima.

No que diz respeito às populações em situação de rua, estas mulheres são principalmente afetadas pela falta de habitação adequada, pobreza, baixos padrões

de higiene pessoal e ambiental, doenças físicas e mentais e problemas sociais, elas vivem em um ambiente social que as isola política e socialmente, bem como economicamente, culturalmente.

A constituição do espaço público na rua como lugar de relações privadas e a vivência da exclusão social pela tríade expulsão, desenraizamento e privação. A exclusão social inclui, portanto, situações extremas como a ruptura das relações familiares e afetivas, o desligamento total ou parcial do mercado de trabalho e a falta de participação social efetiva. Nesse sentido, a implementação de medidas públicas e sociais para mulheres em situação de rua, requer abordar, por exemplo, os processos sociais, políticos e econômicos de exclusão que afetam essas mulheres. A saúde mental, por exemplo, principalmente no que se refere ao mundo do narcotráfico, relativiza valores e estabelece padrões e perspectivas muito limitadas de emancipação social.

Ao longo desse caminho de garantia dos direitos sociais, a opressão, o isolamento e até a inutilidade das pessoas em situação de rua foram imortalizadas na cultura nacional. Essa situação fornecia um cenário de violência, cujas raízes se espalhavam pela sociedade.

Como resultado desse processo de inclusão e exclusão social, há um processo de produção social de identidade que permite aos indivíduos pertencer ao mundo de uma forma particular. Nesse sentido, podemos também ver a dialética identidade/diferença como origem de processos que indubitavelmente dão origem a processos de inclusão/exclusão. Esse processo permite a atribuição ao mesmo tempo em que reforça a classificação por meio de discriminação e exclusão.

Quando falamos desta população, esta enfrenta múltiplas dificuldades na prestação de cuidados de saúde, pelo que a realidade desta população está condicionada ao seu enquadramento organizacional e às estratégias de sobrevivência mobilizadas no espaço urbano, reconhecemos que isto constitui um desafio para tais intervenções.

De acordo com a PNAS, os serviços de acolhimento institucional são vistos pelo SUAS como proteção social de alta complexidade, atendendo famílias e indivíduos em situação de abandono, intimidação, violação de direitos e vulnerabilidades. Temporariamente, fora do núcleo familiar, a organização do serviço deve respeitar a privacidade, os costumes, as tradições, a diversidade do ciclo vital, as relações familiares, a raça/etnia, a religião, o gênero e a orientação

sexual. Além disso, o acolhimento nos referidos abrigos deve favorecer o desenvolvimento e fortalecimento dos vínculos comunitários, a integração e participação social e o desenvolvimento da autonomia dos assistidos.

Para tal, os serviços devem visar não só a satisfação de necessidades imediatas, mas também facilitar a sua integração em redes de serviços de assistência social e outras políticas públicas de proteção de direitos. Em particular, precisamos conhecer a população de rua na área, a incidência de trabalho infantil e exploração sexual de crianças e jovens.

Adequar as políticas existentes às particularidades das mulheres em grupos populacionais complexos, criar espaços concretos de exercício de direitos e cidadania e prestar atendimento direto na rua para promover o respeito aos fatores socioculturais da população. Dessa forma, ao criar um movimento de aproximação entre o usuário e o serviço de saúde, cria-se também um ambiente em que o usuário se sinta respeitado e reconhecido como sujeito.

As instalações de segurança devem, portanto, primeiro realizar um diagnóstico para planejar suas atividades, reconhecer as particularidades das subáreas identificadas na região e desenvolver fluxos e perfis diferenciados que devem focar nas práticas de trabalho. Estas correspondem às exigências de cada uma das realidades observadas e permitem à equipe centrar-se num único tripé de territórios, grupos sociais e identidades individuais.

Além de instalações e equipamentos para esse grupo, contamos com o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS ad), um centro psicossocial destinado ao atendimento de pessoas que fazem uso nocivo de álcool e outras drogas, com cuidados intensivos, semi-intensivos ou não intensivos. Inclui também os serviços prestados pelo CAPS ad Tipo III, que funciona 24 horas por dia.

As mulheres em situação de rua costumam usar os espaços públicos da rua para se relacionar, desenvolver meios de subsistência e são ameaçadas, violando os direitos das mulheres. Para apoiar as mulheres em situação de rua, é importante construir diversos programas que atendam às suas necessidades. No entanto, poucos cuidados são tomados para evitar que as mulheres saiam para as ruas.

No próximo capítulo, discutiremos como se dá as condições de vida das mulheres em situação de rua no município de Niterói, pois discutir e ampliar o debate com análise de dados é, nos apoiando em Akotirene, colocar “uma lente

analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais” (AKOTIRENE, 2019, p. 63).

### **CAPÍTULO 3 - Mulheres em situação de rua e vulnerabilidades**

Aqui analisamos as vulnerabilidades das mulheres em situação de rua no município de Niterói. Os dados utilizados para análise e produção de tabelas, são, como já informado na metodologia da dissertação, orientados da Pesquisa PDPA - Niterói Inclusiva e Sustentável: construindo políticas intersetoriais para a população em situação de rua UFF/FEC/PDPA 4410 (2020-2023) e Diário de campo.

Compreende as mulheres em situação de rua e suas inúmeras cenas que impactam para a legitimidade de sua cidadania e direitos, bem como suas produções e reproduções sociais. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica cujo objetivo foi reunir o ponto de vista de diversas autoras no que abarca a caracterização dessas mulheres, bem como a relação em situação de rua e as vulnerabilidades advindas da violência estrutural.

Niterói é um município brasileiro da região metropolitana do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro. Segundo dados de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, possui uma população estimada de 481.758 habitantes e uma área de 133.757 km<sup>2</sup>. Foi a capital do Rio de Janeiro até 1974, quando os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara se fundiram. Localizada a 15 km da

cidade do Rio de Janeiro, a cidade é um dos mais importantes centros financeiros, comerciais e industriais do estado. Ainda, é considerada de alto nível de investimento na cidade, principalmente em imóveis e comércio, devido a sua tradição como capital de província e sua proximidade geográfica com a cidade do Rio de Janeiro.

### 3.1 Processo de rualização feminino

Com este processo de estudo, pensamos na necessidade de construir a igualdade e equidade a partir da diferença, através da compreensão das estruturas sociais em torno da cidadania, procurando evidenciar a possibilidade de romper preconceitos, superar modelos de gênero e avançar nos termos da justiça social, como Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) provocam.

No que diz respeito às mulheres em situação de rua, nossa pesquisa indica que há escassez de pesquisas sobre esse assunto e o que há estão começando a explorar os detalhes desse grupo populacional. A Tabela 1 mostra que as mulheres são minoria em relação aos homens em situação de rua.

**Tabela 1 - Homens e mulheres cis e trans (n=157)**

<b>Gênero</b>	<b>(f)</b>
Homens	118
Mulheres cisgênero	35
Mulheres transgênero	4

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

Neste estudo, sobre o gênero das pessoas entrevistadas, segundo as respostas dessas pessoas, 118 pessoas são gênero masculino, sendo cis, transmasculinos; e 35 mulheres cisgênero e 4 transgênero e travestis.

Embora as mulheres sejam uma minoria quantitativa nas ruas, elas são mais vulneráveis do que os homens porque estão expostas a diferentes tipos de violência, em grande parte com base em seu gênero e justamente por não serem domiciliadas. Também consideramos que as questões de gênero, falta de políticas públicas voltadas às mulheres, inclusive no momento anterior à rualização, são a principal

causa das crianças em situação de rua. Elas são ainda mais afetadas por essa problemática, pois não conseguem encontrar trabalho e sair de sua situação atual sem uma creche ou escola onde possam deixar seus filhos durante o dia, porque como podemos perceber e registrado em Diário de campo, as mulheres continuam sendo as responsáveis pelo cuidado com filhos.

É importante retornamos a discussão sobre sexo e gênero. No senso comum, sexo é um rótulo dado pela medicina/biologia ao nascer com base em fatores fisiológicos, como os órgãos sexuais que temos, hormônios, cromossomos. A maioria das pessoas recebe um sexo masculino ou feminino ou intersexo, que geralmente é indicado em sua Certidão de nascimento e segue em todas as documentações de um indivíduo.

Gênero inclui os papéis e expectativas que a sociedade tem de comportamento, pensamentos e características que estão intimamente relacionadas ao sexo atribuído a uma pessoa. Por exemplo, ideias sobre como alguns homens e mulheres se comportam, se vestem e se comunicam ajudam a moldar as noções de gênero. Além disso, embora geralmente se refira a um homem ou a uma mulher, não se refere a partes do corpo, mas a como devemos nos comportar socialmente com base em nosso gênero.

Mas o sexo, além de fisiológico, também é uma questão social e cultural. Com base nessa teoria, o sexo é uma construção, e isso não significa que seja determinante. Não que não haja características sexuais biológicas, mas que a classificação dessas características físicas em categorias distintas é uma construção sócio-política.

A orientação sexual na identidade de gênero, uma pessoa pode ser bissexual ou monossexual. No caso de monossexual, o significado erótico refere-se a homossexual ou heterossexual, enquanto bissexual significa ambos, mas esta é uma percepção etnocêntrica da homossexualidade e uma especialidade dominante em países desenvolvidos, de que reflete apenas percepções e padrões de classe média.

**Tabela 2 - Orientação sexual (n=39)**

<b>Orientação Sexual</b>	<b>(f)</b>
Heterossexual	36
Homossexual	2

Orientação Sexual	(f)
Bissexual	1

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

No que tange a orientação sexual das mulheres entrevistadas, temos os dados de 36 apontarem ser heterossexuais, 2 homossexuais e 1 bissexual. Carneiro (2003, p.119), diz que “ao politizar a desigualdade de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos.” Podemos compreender quais são as suas características, segundo González, à ideia do feminismo brasileiro que é:

padeciam de duas dificuldades para as mulheres negras: de um lado, o viés eurocentrista do feminismo brasileiro, ao omitir a centralidade da questão de raça nas hierarquias de gênero presentes na sociedade, e ao universalizar os valores de uma cultura particular (a ocidental) para o conjunto das mulheres, sem as mediações que os processos de dominação, violência e exploração que estão na base da interação entre brancos e não-brancos, constitui-se em mais um eixo articulador do mito da democracia racial e do ideal de branqueamento. Por outro lado, também revela um distanciamento da realidade vivida pela mulher negra ao negar toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral – que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo. (GONZÁLEZ, 2000, p.25)

Ao discutirmos sobre mulheres em situação de rua, apresentamos dados sobre as opressões enfrentadas pelas mulheres negras, a partir das especificidades da relação de gênero e raça, mulheres estas expostas a mais recorrentes violências e usamos do feminismo negro como aliado na discussão sobre a desconstrução dos estigmas associados as mulheres negras e como movimento de luta dos direitos políticos e sociais. Pois, Carneiro (2013, p.2) afirma que o feminismo negro foi “construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas [...] e tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades.”

No livro “Por um feminismo afro-latino-americano” de Lélia Gonzalez, a autora busca dar vazão à reflexão sobre as formas de dominação e resistência brasileiras, escapando das fronteiras hemisféricas, linguísticas e nacionais (2021, p.11). Trazemos a autora, pois uma das críticas mais agudas de Lélia se refere à possibilidade não apenas da resistência, mas também da subversão realizada por pessoas escravizadas nas casas-grandes – o não silenciamento das formas de

insurgências negras na esfera do cotidiano se tornou uma de suas marcas distintivas em contraste à intelectualidade de sua geração (2021, p.15). Isso pois precisamos considerar em cada análise que, segundo dados, às mulheres em situação de rua são negras e sim, sofrem com reflexos das opressões desde a escravização de pessoas negras no país.

**Tabela 3 - Cor/raça (n=39)**

<b>Cor</b>	<b>(f)</b>
Amarela	1
Branca	5
Parda	16
Preta	17

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

A pesquisa mostra que 1 mulher se autodeclarou da cor/raça amarela, 5 se autodeclararam brancas, 16 mulheres se autodeclararam pardas e 17 mulheres se autodeclararam da cor/raça preta. Percebemos que a maioria das mulheres se autodeclararam pretas, sendo por isso este estudo apresenta uma perspectiva interseccional, pois o quesito raça tem grande impacto.

Pretendemos com Gonzalez (1988) uma proposta que a autora traz de, primeiramente, a história de nosso país foi e será contada na lógica do cristianismo europeu no período colonial, portanto é uma nova perspectiva no estudo do surgimento da cultura histórica brasileira. É importante pensar o Brasil e o sul da América, a partir das raízes ancestrais do conhecimento, da cultura, da língua, da filosofia e das tradições dos povos africanos da diáspora. Isso é feito estabelecendo o seguinte processo: romper com a concepção alienada que nos foi imposta de que nossa jornada histórica como nação começou com a colonização europeia e seu processo de civilização aos moldes eurocêntricos e depois com o imperialismo americano.

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras (CARNEIRO, 2003, p.1).

É devido dar racionalidade às necessidades da mulher negra brasileira. Lélia Gonzalez (2021, p.134-135), aponta para os termos *afro-american* (afro-americano) e *african-american* (africano-americano) que remetem a reflexões como, 1) a que só

existiriam negros nos Estados Unidos, e não em todo o continente e 2) que aponta para a reprodução inconsciente da posição imperialista dos Estados Unidos, que afirmam ser *A América*.

As implicações políticas e culturais da categoria de amefricanidade são de fato democráticas. É justamente o próprio termo que transcende fronteiras territoriais, linguísticas e ideológicas e abre novas perspectivas para uma compreensão mais profunda da parte do mundo em que aparece: a América como um todo, nações do sul, centro, norte, ilhas, porque torna isso possível. Além das características puramente geográficas, a categoria de amefricanidade é todo o processo histórico de intensa dinâmica cultural. Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica (2021, p. 134-135).

O conceito de amefricanidade (GONZALEZ, 1988) é, portanto, uma forma conceitual e epistemológica da descolonização do conhecimento e, portanto, da resistência africana e da diáspora no Brasil. Partimos aqui do conceito de “racismo por negação” justamente porque a negação inconsciente e consciente do processo acima leva a um estágio de pensamento. A história da diáspora africana e negra sempre foi contada por colonos, brancos e hegemônicos. Isso significa que o povo da África e toda a sua experiência de diáspora estão sendo negados nas Américas. Amefricanidade categoriza política culturalmente e avalia as marcas da africanização que estão diretamente envolvidas na construção de nossa cultura, nossa língua e nossa pele sobre nossas sociedades.

É notável que a população branca é privilegiada e a negra ainda é inferior, levando à pobreza, ao desemprego e à baixa escolaridade. Quando se trata da opressão das mulheres negras em situação de rua, entendemos quão grandes são os números. As mulheres negras que vivem nas ruas são um grupo mais explorado e oprimido. As mulheres negras que vivem nas ruas formam a espinha dorsal da sociedade, sujeitas a mulheres brancas, homens negros e homens brancos, e enfrentam a opressão deles. “O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas” (CARNEIRO, 2003, p.3).

Segundo Carneiro (2003), a violação colonial de homens brancos e mulheres negras e indígenas no Brasil e na América Latina construiu hierarquias raciais e de gênero, uma vez que a violência foi naturalizada e as instâncias de violência sexual

romantizadas desde a era colonial; o estupro colonial e a discriminação inter-racial levam à construção da identidade nacional e à falsa igualdade/democracia racial. Carneiro (2003, p.1) afirma que as mulheres negras “tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina”.

Segundo Carneiro (2003), uma das conquistas do movimento social de mulheres negras tem sido o reconhecimento do racismo e da discriminação social como fatores de produção e reprodução das desigualdades sociais vivenciadas pelas mulheres no Brasil. Isso está diretamente relacionado ao reconhecimento da dimensão racial da pobreza no Brasil, e conseqüentemente a necessidade da segregação racial na questão da feminização da pobreza, o que leva as mulheres negras em situação de rua.

Com base em Carneiro (2003), as relações de gênero, classe e raça apontam para maiores índices de desigualdade social na população feminina negra em situação de rua, por isso é muito importante reconhecer esse fator. Portanto, precisamos reconhecer a necessidade de políticas sociais que oportunizem as mulheres negras. É uma das opções para caminhar em direção ao rompimento da desigualdade social. Outra conquista, segundo a autora, é reconhecer a violência e a opressão simbólica que a branquitude exerce sobre as mulheres não brancas como padrão estético privilegiado e hegemônico.

A respeito da faixa etária das trinta e nove mulheres entrevistadas, temos:

**Tabela 4 - Idade das mulheres (n=39)**

<b>Faixa etária</b>	<b>(f)</b>
20 a 29 anos	10
30 a 39 anos	10
40 a 49 anos	10
50 a 59 anos	6
Maior que 60 anos	3

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

Com os dados, podemos observar que 10 mulheres estão na faixa etária de 20 a 29 anos, 10 mulheres na faixa de 30 a 39 anos e 10 mulheres entre 40 e 49 anos, logo analisamos que estas mulheres estão em idade laboral. Na faixa etária de 50 a 59 anos, os dados apontam para 6 e 3 mulheres maiores de 60 anos de idade.

Trazemos novamente que os fenômenos sociais não se baseiam em uma causa única, mas em causas múltiplas. Esse enfrentamento exige, portanto, a

articulação de diferentes abordagens, e esse é o problema histórico do Brasil, superar a fragmentação e garantir uma intervenção integral, conforme Prates, Prates e Machado (2008, p.197).

**Tabela 5 - Determinantes para estar em situação de rua (n=39)**

<b>Motivo de estar na rua</b>	<b>(f)</b>
Conflitos familiares	15
Desemprego	12
Despejo/ não conseguiu pagar aluguel	2
Diminuição da renda	2
Expulsão pelo tráfico/ milícia	4
Falecimento de Familiares	4
Perda da casa por causas naturais ou acidentes	2
Prisão de Familiares	1
Uso abusivo ou nocivo de álcool e outras drogas	3
Violência doméstica	4
Violência no território de origem	2
Violência sexual	1

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

Nossa pesquisa aponta que, dentre as mulheres respondentes, as principais respostas possíveis sobre os motivos para estar em situação de rua, logo entrar num processo de rualização é de 15 mulheres por conflitos familiares, 12 por desemprego e 2 por despejo/não conseguiu pagar aluguel. O que já aponta para as situações de vulnerabilidade antes da situação de rua. Ainda, duas mulheres apontaram a diminuição de renda, 4 mulheres por expulsão pelo tráfico/milícia, 4 por falecimento de Familiares. A perda da casa por causas naturais ou acidentes é apontada por 2 mulheres e 1 mulher informou prisão de familiares. Sobre o uso abusivo ou nocivo de álcool e outras drogas, 4 mulheres informaram este determinante, o que diz sobre os processo de drogadição como condicionantes de múltiplas perdas, como desemprego e conflito nas famílias, segundo Diário de campo. Sobre a violência estrutural, 4 mulheres sinalizam a violência doméstica, 2 apontam a violência no território de origem e 1 sobre violência sexual.

Verificamos, em suas expressões, sobre a auto exclusão, o não reconhecimento de si próprios como sujeitos de direitos ao relatarem sobre tais motivos. Foi observado que algumas se viam como parte da sociedade, entretanto algumas outras já se viam excluídas socialmente considerando que o motivo para estar em situação de rua é justificável e a rua como um castigo, como foi a fala de

algumas mulheres entrevistadas. Esses termos refletem a internalização de imagens de desqualificação por parte das mulheres em situação de rua, reforçadas pelos preconceitos com que a sociedade as trata e as isola quase completamente, como aponta Paugam (1999).

Nesse contexto, Davis (2016, p.200) dá especial atenção à situação precária das mulheres negras, como as mulheres escravizadas foram submetidas a todo tipo de atos punitivos como açoitamento, privações e mutilações. Além disso, mulheres foram estupradas e abusadas sexualmente diariamente como parte da expropriação física e econômica de seus corpos por seus legítimos donos. Como aponta a autora, quando era lucrativo explorar as escravizadas da mesma forma que os homens, as escravizadas eram tratadas como se não tivessem gênero e submetidas ao serviço mais duro, humilhante e doloroso. Mas quando podiam ser exploradas, punidas e oprimidas de uma forma apenas adequada para mulheres, elas foram forçadas a permanecer reféns de suas funções “naturais” como “mulheres”.

A violência contra mulheres negras é como os corpos e comportamentos das mulheres negras são percebidos e estigmatizados. O corpo feminino negro é visto como um objeto erótico, um objeto sedutor exclusivamente para o prazer dos homens.

(...) há uma forma específica de violência que constrange o direito à imagem ou a uma representação positiva, limita as possibilidades de encontrar no mercado afetivo, inibe ou compromete o pleno exercício da sexualidade pelo peso dos estigmas seculares, cerceia o acesso ao trabalho, arrefece as aspirações e rebaixa a autoestima. (CARNEIRO, 2003, p.122)

Paugam (1999) contribui com a nossa discussão ao colocar que “a desqualificação social”, se trata de um dos aspectos do processo de exclusão e que ele é humilhante e degrada a qualidade das relações sociais, fazendo com que as mulheres em situação de rua se fechem em si e perca pontos de referência. A culpa resultante de uma visão reduzida da realidade amplia o processo. O não reconhecimento de situações, como desemprego, como uma expressão da questão social, condicionada, portanto, por fatores conjunturais e estruturais e não por incompetências individuais, faz com que a autoculpabilização, acentue a individualização dos problemas vindos do capitalismo e incitando cada vez mais processos de exclusão.

#### **Tabela 6 - Experiência de rua antes de Niterói (n=39)**

<b>Já esteve em situação de rua em outro município?</b>	<b>(f)</b>
Sim	15
Não	19
Não responderam	5

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

Sobre estar em situação de rua antes de irem para Niterói, no estado do Rio de Janeiro, 15 mulheres disseram que sim, que já estavam em situação de rua em outros lugares; 19 não estavam em situação de rua antes de Niterói e 5 mulheres não responderam.

O avanço neoliberal e capitalista presentes no cenário brasileiro gera na sociedade uma série de consequências negativas como uma realidade de desigualdade social, rupturas e exclusão configurando assim, a falta de garantias sociais para a classe trabalhadora. Assim sendo, a própria classe trabalhadora trava constantes lutas a fim de ressignificar a cidadania fragmentada pelos processos neoliberais atendendo a agenda do capital. O poder econômico produz indivíduos subjugados pessoal e socialmente com uma perspectiva complexa de afastamento individual, o que leva ao desemprego, aumento da competitividade e redução da oferta de empregos, deixando a maioria da população alienada dos demais.

Isso porque o emprego formal e o registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) servem para legitimar a identidade dos trabalhadores (apesar de quase metade dos trabalhadores trabalharem no mercado informal). Sem essa referência, às pessoas em situação de rua costumam ser vistas como improdutivas, inúteis, preguiçosas do ponto de vista do trabalho, apesar do desenvolvimento de atividades informais, precárias, expropriadas. A falta de moradia é, portanto, estigmatizada porque expõe uma contradição fundamental no modo de produção capitalista: a falácia de que todos têm oportunidades e de que produção é social, mas a prova de que a distribuição dos lucros produtivos é sempre destinada a classe dominante; mostra que a exploração e a desigualdade estão no cerne desse modo de produção.

A condição da mulher em situação de rua, a expõe a diferentes tipos de necessidades ao mesmo tempo em que exige que ela se adapte a diferentes referenciais da vida social, bem diferentes daqueles que já experimentaram anteriormente. Já compreendemos que a entrada no mundo do trabalho inegavelmente confere um valor social historicamente construído, que reproduz

coletivamente uma imagem da avaliação moral do/a trabalhador/a. Porém, é necessário colocar esse contexto na vida da mulher em situação de rua, pois ao se depararem com uma crise laboral, o processo de desligamento da rede de apoio social se aprofunda, surgindo a necessidade de restabelecer a autonomia ao apresentar alternativas econômicas e sociais que atendam às suas necessidades urgentes.

Para as mulheres, sobrevivência é sinônimo de resistência. Não há objetivos biológicos, psicológicos ou econômicos que definem como as mulheres ocupam seu lugar na sociedade. É toda a civilização que decide a posição dos homens e das mulheres. As relações com as pessoas em situação de rua também são largamente metódicas, estando o respeito associado à presença de um companheiro, fator que se reflete nas falas das entrevistadas. Por outro lado, podemos observar que nas relações de falsa proteção, presume-se que essa proteção tenha sido "paga" pela mulher de alguma forma. As relações na rua mostram, portanto, dualidade e vontade de evitar uma situação pior.

Fatores femininos, como ciclo reprodutivo e menstruação, também devem ser considerados, e táticas também devem ser usadas. Mulheres vulneráveis são mais propensas à violência sexual, o que as impede de usar preservativos e outros métodos contraceptivos, colocando-as em risco de infecções sexualmente transmissíveis e gravidez recorrente. Diante do discurso, as relações com a maternidade relacionam-se com gênero e papéis baseados no sexismo.

O medo de buscar refúgio como um lugar de conforto decorre da rigidez da norma e das instâncias de violência que ocorrem dentro dela. Outro fator enfatizado pelas entrevistadas é o ambiente voltado para as necessidades femininas e a falta de privacidade. As falas retratam a dificuldade de adaptação aos abrigos e normas de acolhimento e que esses lugares são uma reprodução do domínio masculino.

**Tabela 7 - Dificuldades da mulher cis em situação de rua (n=35)**

<b>Dificuldades enquanto mulher em situação de rua</b>	<b>(f)</b>
Assédio/ Risco de abuso sexual	5
Emprego	1
Gravidez	1
Ir ao Banheiro	3
Não tem dificuldade/não vê diferença por estar na rua	2
Período Menstrual	3
Tomar Banho	7

<b>Dificuldades enquanto mulher em situação de rua</b>	<b>(f)</b>
Violência	11
Não responderam	13

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

Sobre as dificuldades da mulher cisgênero em situação de rua, temos assédio/ risco de abuso sexual apontados 5 vezes, o emprego e a gravidez apontados 1 vez cada, ida ao banheiro sinalizada 3 vezes. Sobre não ter dificuldade/não vê diferença por estar na rua, foi apontada 2 vezes, período menstrual informado 3 vezes e tomar banho apontado 7 vezes. Sobre a violência, esta foi apontada 11 vezes e 13 mulheres não responderam.

As mulheres trans e travestis são um grupo vulnerável e praticamente invisibilizadas pela sociedade. Porque a desconfiança que as mulheres trans sofrem é tão grande que a sociedade as mantém fora de vista. Além do constante isolamento social, deve ser considerado que o Brasil é um país constituído diante de uma cultura onde se prospera a criminalização da mulher trans, um contexto de preconceito e desigualdade, que dificulta ainda mais a sobrevivência em território público.

O objetivo da Tabela 8 é fazer uma análise de dados, percebendo a influência do fator gênero na vivência de mulheres trans e travestis em situação de rua, atentando à desigualdade, a fim de esclarecer de que modo ser mulher trans e travesti em situação de rua, intervém sob suas estratégias de sobrevivência, além de apontá-las e analisar como as políticas sociais pode trazer reflexões a favor da garantia e execução dos direitos das mesmas.

**Tabela 8 - Dificuldades da mulher trans e travesti em situação de rua (n=4)**

<b>Dificuldades enquanto trans e travesti em situação de rua</b>	<b>(f)</b>
Violência	1
Transfobia	2
Ir ao banheiro	1

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

A respeito das mulheres trans e travestis em situação de rua, violência e transfobia aparecem 3 vezes e ida ao banheiro aparece 1 vez. O que podemos constatar é a violência recorrente que essa população está exposta diariamente onde quer que estejam.

Ao discutir sobre pessoas trans em situação de rua, esbarramos com a máxima do cuidado em saúde como sinônimo de orientações ou intervenções de tratamento e prevenção às infecções sexualmente transmissíveis, termo que substituiu doença sexualmente transmissíveis, como se apenas existisse essa forma de promoção de equidade, cidadania, direitos. As ideias reducionistas sobre as mulheres trans e travestis em situação de rua nesse aspecto, tendem a orientar o desenvolvimento de práticas de cunho policial como única forma de cuidado cujas abordagens não satisfazem, na integralidade, suas necessidades de saúde.

Devemos notar que a escassez de pesquisas sobre esse grupo e a escassez de políticas públicas específicas para sua saúde e outras dimensões, refletem o cenário de fragilidade que interage e define o ciclo de pobreza, estigma, doença e exclusão.

Uma outra questão são os deveres e direitos, uma mulher trans em situação de rua chamou a atenção para a importância de “ser aceita na sociedade”. Sobre essa perspectiva, também foram identificados aspectos relacionados ao respeito e compromisso. Relacionada com questões de ordem estrutural, não restritas à satisfação das necessidades materiais. O diálogo com aspectos subjetivos, principalmente aqueles relacionados ao impacto da pobreza na vida de pessoas trans em situação de rua, foi apresentado como um recurso de saúde.

Considerando que as mulheres trans e travestis em situação de rua são mais vulneráveis do que outros grupos, a ampla personalidade das mulheres trans e travestis em situação de rua revela suas perspectivas multifacetadas. Essa multidimensionalidade também se refere à exclusão vivenciada por essas pessoas, indicando as características e necessidades especiais que possuem ao lidar com o tema. A consideração de estratégias de intervenção requer consideração dos arranjos sociais, históricos e culturais associados a essa prática e sua vulnerabilidade aos mecanismos combinatórios entre gênero, raça e classe social, ou discursos e estratégias.

Em outras palavras, a interface entre a identidade de gênero transgênero e sua classe social, especialmente nesta última condição, leva a uma deterioração do estado de saúde associado a doenças mentais, situações desumanas trabalho sexual, uso nocivo de substâncias psicoativas, entre outras expressões da questão social.

O desenvolvimento de políticas específicas e mudanças de paradigma para alcançar e promover a justiça e equidade a população LGBTQIA+<sup>12</sup> também são questões que precisam ser consideradas, especialmente para mulheres trans e travestis em extrema pobreza.

Sobre o Processo Transexualizador (PT) garantido no SUS, mesmo que seja um recurso de acesso universal e público, na prática, existe uma barreira de acesso para as pessoas trans em situação de rua, sobretudo porque aspectos de classe social imbricados neste percurso impõem barreiras para este tipo de cuidado, justamente pelo fato de estarem em situação de rua e terem dificuldade de cuidar da própria saúde. Uma das barreiras de acesso aos direitos garantidos, é a própria rua. Onde o cuidado consigo é precário, o acesso a itens básicos é difícil como veremos no próximo subtítulo. A dinâmica dessas pessoas, mesmo a aquisição de recursos de menor custo e, supostamente, mais acessíveis, como equipamentos para depilação de pelos da barba e bigode, roupas e acessórios que permitiriam a expressão do gênero feminino, conforme expectativas socialmente impostas, nem sempre são possíveis.

Legitimar a identidade transgênero como pessoas de direitos, ganhando poder, acesso e inclusão social, a transformação corporal para mulheres trans e travestis em situação de rua, quando possível, está geralmente atrelada aos riscos oriundos de procedimentos clandestinos acessíveis.

A rua, como forma de apoiar a identidade de gênero, inaceitável para família tem também configurado como espaço para promover cuidados de saúde inclusivos para pessoas trans. A população trans e travestis é vítima prioritária de marginalização social, discriminação e violência, resultando não só na perda de toda a rede de apoio familiar, mas também na dificuldade de acesso ao mercado formal de trabalho e outras situações, elementos que, em outro contexto, poderiam auxiliar financeiramente, emocionalmente, entre outras características que a rede de apoio familiar pode se esperar. As mulheres trans perdem seus vínculos familiares justamente por transfobia, e ainda, pelo processo de rualização, segundo relatos orais das entrevistadas.

### **Tabela 9 - Contato com familiares que estão fora da rua (n=39)**

---

<sup>12</sup> É o movimento político e social que defende a diversidade e busca mais representatividade e direitos para essa população. A sigla mostra a luta por mais igualdade e respeito à diversidade.

<b>Contato com familiares fora da rua?</b>	<b>(f)</b>
Sim	19
Não	15
Não Respondeu	5
<b>Total de Respondentes</b>	<b>39</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

Neste estudo, 19 mulheres disseram que têm contato com seus familiares e 15 mulheres responderam que não têm contato com familiares. Onde, das 39 mulheres respondentes, 5 não responderam. O que nos leva a refletir sobre os determinantes da realização, bem como o rompimento ou não com os vínculos familiares. Uma questão também é o tempo que estas mulheres estão em situação de rua, como é apresentado na Tabela 10:

**Tabela 10 - Tempo em situação de rua (n=39)**

<b>Tempo em situação de Rua</b>	<b>(f)</b>
15 a 30 dias	2
1 a 3 meses	8
4 a 6 meses	5
7 a 9 meses	1
1 ano a 3 anos	9
4 a 6 anos	3
7 a 9 anos	2

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

Nossa pesquisa mostra que quanto ao tempo em situação de rua, 2 mulheres disseram que entre 15 a 30 dias, 8 mulheres entre 1 a 3 meses, 5 mulheres de 4 a 6 meses, 1 mulher disse estar há 7 a 9 meses. Quando chegamos a anos nas ruas, 9 mulheres disseram estar há 1 a 3 anos, 3 mulheres de 4 a 6 anos e 7 mulheres estão em situação de rua de 7 a 9 anos. Ao se tornarem décadas em situação de rua, 8 mulheres disseram que estão de 10 a 19 anos nas ruas e 1 há 20 a 29 anos nas ruas.

A permanência nas ruas e processo de cronicidade, cronicidade essa fortalecida pelas vulnerabilidades apontadas neste capítulo, assim como, outras que não analisamos. As entrevistadas, relatam que estão nas ruas por muito tempo e quando se trata de violência doméstica, nunca fizeram denúncias e as que fizeram, informam que não foram acolhidas pelo poder público. Saíram de casa e ficaram em situação de rua. Ainda, falam sobre vínculos com outras mulheres que estão em situação de rua.

Algumas mulheres falam sobre união de forças, já que o grupo de mulheres em situação de rua está crescendo, segundo a percepção das entrevistadas. Violência e preconceito, são os maiores problemas relatados das mulheres em situação de rua. E que há mais abrigos para homens do que para mulheres. Com o desemprego a população em situação de rua aumentou muito, são muitas mulheres desempregadas, com filhos, segundo as mulheres entrevistadas.

As mulheres entrevistadas apresentaram convergências em seus discursos e suas trajetórias de vida, assim como as suas singularidades. Em primeiro lugar, podemos perceber que a situação de vulnerabilidade social é anterior à ida para a rua, o que também é observado na população em situação de rua em geral. O que nos leva a Tabela 11:

**Tabela 11 - Experiência de rua antes de Niterói (n=39)**

<b>Já esteve em situação de rua em outro município?</b>	<b>(f)</b>
Sim	15
Não	19
Não respondeu	5

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

Sobre estar em situação de rua em outro município antes de Niterói, 15 mulheres apontaram que já estiveram e 19 que não, sendo 5 mulheres que não responderam. A realidade brasileira tem características próprias, mas está ligada à fragmentação do mundo típica do capitalismo moderno. Nesse sentido, as características de nossa formação histórica e seu modelo econômico implantado no país, produziu subjugação, pessoal e socialmente, com difícil perspectiva de inserção na ordem mundial com independência.

As peculiaridades de nossa sociedade, baseada estruturalmente na extrema desigualdade, limitam a capacidade do país de se desenvolver agora e no futuro, superando disparidades internas e externas. O contexto neoliberal e a barbárie humana cotidiana contribuem para o fenômeno do crescimento populacional nas ruas na medida em que visa a trabalhabilidade e a inclusão social. Este grupo populacional é heterogêneo e marcado por diferentes realidades, são pessoas (homens, mulheres, jovens, famílias inteiras) que partilham da pobreza absoluta e não pertencem à sociedade formal, mesmo que de alguma forma tenham

desempenhado as atividades laborais que importante na formação de sua identidade social, hoje essas pessoas passam o dia e a noite:

**Tabela 12 - Local onde passa o dia (n=39)**

<b>Local/ Atividade</b>	<b>(f)</b>
Atividade de Reciclagem	1
Casa de Familiares	1
Centro Pop	2
Curso de Informática	1
Escola do Filho (autista)	1
Hotel	1
Na rua	23
Serviços de Saúde	1
Trabalhando	4
Unidade de Acolhimento	6
Vendendo doces	1
Não responderam	5

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

A Tabela 12 mostra as atividades realizadas durante o dia, sendo atividade de reciclagem e casa de familiares, apontadas 1 vez cada, Centro Pop apontado 1 vez, curso de informática e filho autista na escola apontados 1 vez para cada. Estada em Hotel sinalizado 1 vez. Sobre estar nas ruas, 23 vezes foram apontadas, nos serviços de saúde, foi apontado 1 vez. Trabalhando foi informado 4 vezes, nas Unidades de acolhimento foi informada 6 vezes. E vendendo doces, 1 vez. 5 mulheres não responderam.

**Tabela 13 - Local onde passa a noite (n=39)**

<b>Local ou Atividade</b>	<b>(f)</b>
Casa, barraco ou Casa de familiares	3
Hotel	3
Na rua	20
Não tem local fixo	1
Ocupação	1
Quarto Alugado	1
Unidade de acolhimento	7
Não responderam	5

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

As suas atividades durante a noite, são divididas em: 3 vezes foi apontado estar em casa, barraco ou casa de Familiares, estada em Hotel, foi apontado 3

vezes, e estada nas ruas, informada 20 vezes. Sobre estarem em sem lugar fixo, ocupação ou quarto alugado, foram apontados 1 vez cada. E em Unidade de acolhimento, 7 vezes mencionado. 5 mulheres não responderam.

Apenas uma explicação pode ser encontrada para as mulheres em situação de rua, pois além de fatores estruturais, também existem grandes diferenças entre pessoas que poderiam ser consideradas uma população: a realidade de viver nas ruas não as iguala. A investigação sobre esse tema e, principalmente, a demarcação de sujeitos de pesquisa entre mulheres em situação de rua, merece destaque para mostrar a gravidade da questão social nos espaços urbanos.

O modo de produção capitalista implica na existência de pobreza, na existência de vulnerabilidade são as condições de existência do modo de produção capitalista. Como todos em uma sociedade de consumo dependem do mercado, algumas pessoas não têm renda porque não têm trabalho ou renda, trabalhos precários acabam por comprometer seriamente a própria sobrevivência.

E isso acontece em decorrência do próprio dinamismo do mercado, que não exige toda a mão de obra disponível, determina um fluxo constante de atração e expulsão de indivíduos do mercado de trabalho, priva-os do valor único que possuem para se equiparar ao mercado de trabalho. Se o problema social diz respeito a todas as desigualdades sociais criadas na sociedade capitalista e está enraizado na contradição entre produção coletiva e apropriação privada de atividade humana, trabalho em contextos contemporâneos individualmente configurada como uma desigualdade social entre ricos e pobres.

No próximo subtítulo, analisaremos as vulnerabilidades das mulheres em situação de rua em Niterói, Rio de Janeiro, resgatando suas memórias, cotidianos e acesso às políticas públicas. Os resultados evidenciam a necessidade de políticas públicas voltadas para as mulheres em situação de rua, tendo em vista seu estilo de vida e experiências na rua.

### **3.2 Mulheres em situação de rua e as vulnerabilidades**

Pretendemos analisar nesta pesquisa quais as condições de vida, as condições objetivas do dia a dia da classe trabalhadora para sua produção e reprodução. Por isso, entendemos sobre a ampliação da noção de trabalho porque

se entende que não é só o trabalho assalariado que importa porque a riqueza social total de uma sociedade é composta do trabalho assalariado obviamente, mas também do trabalho gratuito não-remunerado. Isso porque a classe trabalhadora não é somente os que estão diretamente vinculados a um local de trabalho, mas são todos, até quem está desempregado é classe trabalhadora.

Em nossa pesquisa, 17 mulheres informaram que não trabalham hoje nas ruas, e 19 que trabalham nas ruas atualmente. Segundo, Prates, Prates e Machado (2008, p.203) o trabalho é associado à saúde, à qualidade de vida, a direitos. A oportunidade de trabalhar gera novas possibilidades de vida, como auto imagem e ideia de pertencimento. Logo, quem não trabalha, é o oposto. É uma pessoa vadia, que não quer nada, e sem merecedor de direitos.

Logo, a perda do trabalho, o desemprego, é o oposto. É uma pessoa vadia, que não quer nada, e sem merecedor de direitos, segundo as expressões das mulheres entrevistadas e o senso comum que ouvimos em cada luta, em cada fala sobre população em situação de rua. Essas mulheres, as pessoas em situação de rua, tem profissões, têm identidades. Entretanto rompidas com o processo de realização. Vejamos abaixo as profissões das mulheres entrevistadas:

**Tabela 14 - Profissões das mulheres entrevistadas (n=39)**

<b>Profissões</b>	<b>(f)</b>
Caseira	1
Artesã	2
Copeira	1
Repositora	1
Técnica de enfermagem	1
Empregada doméstica	1
Atleta; Proprietária de quiosque	6
Balconista	1
Babá	1
Pizzaiola/cozinheira	5
Cuidadora de idosos	2
Estudante de informática	1
Esteticista	1
Cabeleireira/ manicure/ trancista	2
Prostituta e transformista	1
Camelô/Compro-outro/ panfleto	2
Auxiliar de Serviços Gerais	2
Não possui	5
Não respondeu	3

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

Conforme a Tabela 14, por 18 vezes as atividades relacionadas a área do serviços foram informadas, sendo assim: caseira sinalizada 1 vez, copeira informada 1 vez, empregada doméstica informada 6 vezes, serviços de babá informada 1 vez, cozinheira/pizzaiola 5 vezes, cuidadora de idosos apontada 2 vezes e auxiliar de serviços gerais sinalizada 2 vezes. Em áreas relacionadas à vendas, os dados apontam que há: artesanato informado 2 vezes, repositora informado 1 vez, proprietária de quiosque e balconista apontadas 1 vez cada, camelô/compro-outro/panfleto foi apontados 2 vezes. Em outras áreas, há técnica de enfermagem, estudante de informática, esteticista e prostituta e transformista informadas 1 vez cada. Na área de beleza, a cabeleireira/ manicure/ trancista foi apontada 1 vez. Gonzalez (2021, p.35), no ensaio “A juventude negra e a questão do desemprego” afirma peremptoriamente que existe no Brasil uma divisão racial do trabalho.

Trata-se de uma análise feita desde dentro da comunidade negra, por quem estava acostumada a ver gerações e gerações de adolescentes negros trabalhando, em detrimento da frequência à escola: “Um dos mecanismos mais cruéis da situação do negro na força de trabalho se concretiza na sistemática perseguição, opressão e violência policiais contra ele. Quando seus documentos são solicitados (fundamentalmente a carteira profissional) e se constata que está desempregado, o negro é preso por vadiagem; em seguida é torturado (e muitas vezes assassinado) e obrigado a confessar crimes que não cometeu. De acordo com a visão dos policiais brasileiros, ‘todo negro é um marginal até prova em contrário’”(2021, p.46).

A autora demonstra o que sobra aos sobreviventes que não tenham sucumbido ao que ela chamava de “fome congênita” – “o trabalho doméstico nas casas de família da classe média e da burguesia, ou então a prostituição aberta e a mais sofisticada dos dias atuais, a profissão de mulata” (2021, p.47).

Prates, Prates e Machado (2008, p.201) já colocam que, para as mulheres em situação de rua, o trabalho profissional delas é percebido como uma tarefa e não como um trabalho e é desvalorizado, ou definido ou limitado pela condição de ser mulher, reiterando a lógica excludente de que a mulher deve ser destinada apenas ao trabalho doméstico.

As condições sociais influenciam a sobrevivência das mulheres em situação de rua. Todas essas condições quanto mais precárias são para a reprodução social da vida, na prática mais tensões acumuladas vão existir na realidade. E aí sim se impõe uma relação de gênero porque tem a ver com o papel de subjugação da mulher dentro da família ou solo, fora do mundo do trabalho sempre com salários

mais baixos, sempre com trabalhos muito mais de sobrecarga, informais e logo já coloca a mulher numa situação de subjugação que já é estrutural que tá no DNA da sociedade capitalista.

**Tabela 15 - Origem da alimentação (n=39)**

<b>Origem da Alimentação</b>	<b>(f)</b>
Carreatas	14
Centro Pop	8
Compra a própria comida	9
Cozinha a própria alimentação na rua	2
Doação de pessoas	14
Doação de restaurantes	3
Hotéis/ Abrigos/ Unidades de Acolhimento	13
Igrejas	4
Organizações Sociais/ ONGs	3
Outros	1
Restaurantes Populares	5
Não respondeu	5

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

Segundo os nossos dados coletados, de trinta mulheres respondentes, 14 têm a origem de sua alimentação de doação de pessoas e 13 de carreatas. Sobre o uso do banheiro, das trinta mulheres respondentes, 14 usam os serviços da Assistência Social, como CRAS, CREAS e Centro Pop. Sobre o uso de absorventes higiênicos, das trinta mulheres respondentes, 11 conseguem por doação. Sobre a sua higiene durante o período menstrual, essas trinta mulheres recorrem a espaços como ControPop, Abrigos, Postos de gasolina, ou usam jornais.

**Tabela 16 - Acesso a banho (n=39)**

<b>Acesso a Banho</b>	<b>(f)</b>
Sim, alguns dias na semana	10
Sim, todos os dias	25
Não respondeu	4

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

A respeito do acesso a banho, das 39 mulheres entrevistadas, 10 informaram que têm acesso alguns dias da semana e 25 informaram que têm acesso a banho todos os dias. Sendo que 4 mulheres não responderam.

Trazemos estes dados pois, as falas nas entrevistas desta pesquisa apontam que o trabalho oferece oportunidades para suprir necessidades como alimentação, banho e ter onde dormir. Destacam, contudo, que as atividades dirigidas para a capacitação dos sujeitos que antecedem esses processos são de fundamental importância, pois incidem sobre sua autoestima recuperando sua dignidade perdida. Acreditar em si próprios e que é possível ressignificar trajetórias é o primeiro passo para que possam progressivamente superar o processo de realização. No entanto, ressaltaram que as atividades de capacitação mulheres que antecedem esse processo são importantes, pois afetam a autoestima, devolvendo a dignidade, a confiança e a capacidade de redefinir sua trajetória é o primeiro passo para a superação gradual do percurso a distância.

Tendo em vista estas colocações durante as entrevistas, trazemos também os dados coletados das entrevistas estruturadas sobre: já participou de projeto ou fez curso de qualificação profissional; se tem interesse no retorno aos estudos; e quais cursos gostaria de fazer.

A respeito de projeto ou curso de qualificação profissional, das trinta e quatro mulheres respondentes, 21 responderam que nunca participaram e 10 mulheres que sim, já fizeram curso de qualificação profissional. Sobre o retorno aos estudos, das trinta e quatro mulheres respondentes, 21 responderam que têm desejo de retornar aos estudos sim.

O nosso destaque é para quais cursos essas mulheres gostariam de fazer: artesanato de sandália, estética de sobrancelha e cílios, cabeleireira, árbitro de futebol, artesanato, culinária, faculdade de Enfermagem, informática, manicure, depilação; massoterapia, costureira, auxiliar de serviços gerais, meio ambiente, trancista e manicure no abrigo, bombeiro civil.

Ghirard *et al* (2005) contribui com a nossa discussão ao afirmar que ir para as ruas é um movimento onde a mulher se percebe que como ator social, não está necessariamente relacionada a capacidades produtivas, mas sim à capacidade de desenvolver estratégias de sobrevivência em situações de violência. As trabalhadoras que perdem suas casas continuam em busca de trabalho formal e permanente, preferencialmente remunerado, entretanto só têm acesso a trabalhos precarizados. Essas mulheres têm negado o direito de trabalhar por indícios de que são ilegais, informais, desqualificadas ou mal remuneradas por atividades realizadas na rua, como prostituição e coleta de materiais recicláveis.

Trazemos abaixo, dados sobre a escolaridade dessas mulheres. Tanto no que concerne à importância do trabalho para a reinserção delas quanto à identificação de sua perda ou falta de acesso como um dos elementos centrais que determinam o processo de realização e a manutenção das mesmas nessa condição (PRATES, PRATES, MACHADO, 2008, p.202).

**Tabela 17 - Sabe ler e escrever (n=39)**

<b>Sabe Ler e Escrever</b>	<b>(f)</b>
Sim	32
Não	7

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

Ao serem perguntadas se sabem ler e escrever, 32 mulheres informaram que sim e 7 mulheres informaram que não sabem ler e escrever, o que nos direciona a próxima análise.

**Tabela 18 - Escolaridade das mulheres entrevistadas (n=39)**

<b>Escolaridade</b>	<b>(f)</b>
Nunca frequentaram a escola	2
Ensino Fundamental incompleto	23
Ensino Fundamental completo	3
Ensino Médio incompleto	4
Ensino Médio completo	4
Ensino Técnico completo	1
Ensino Superior incompleto	1
Pós Graduação	1

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

Sobre a escolaridade, 2 mulheres disseram que nunca frequentaram a escola, 2 mulheres têm o ensino fundamental incompleto e 3 possuem o ensino fundamental completo. Ao que tange o Ensino Médio, 8 cursaram, sendo 4 completo e 4 incompleto. Sobre Ensino técnico, Ensino superior e Pós graduação, teve 1 resposta para cada.

Para deter sua invasão e combater a disseminação de seu discurso, o conceito de que "o conhecimento torna a criança inapta para a escravidão" foi mantido mesmo após o fim formal do trabalho escravo (Davis, 2016, p.108). Assim, ao enfatizar a importância da educação como forma de resistência à opressão racial, devemos também evitar a falácia de que os negros são biologicamente despreparados e, portanto, incapazes de participar de qualquer atividade intelectual.

A atual pesquisa mostra a importância de promover capacitações profissionais a essas mulheres. Essa foi uma fala recorrente quando abordamos o assunto sobre trabalho. Como trabalhar se não existe oferta e acesso a qualificação profissional para mulheres em situação de rua? Mais que importante, é necessário para a manutenção da vida.

Segundo Scott (2005), a questão que se coloca é que as diferenças existem socialmente, mas a escolha a ser feita é de silenciá-las ou considerá-las, compreendendo que sua desconsideração implica na escolha pela continuidade da discriminação social destas mulheres. Esse antagonismo faz com que a atenção se volte para a diferença e reifica a identidade do grupo. Porém, esse paradoxo no nível dos grupos assume perspectiva diferente quando pensado do nível individual, uma vez que um indivíduo não é tratado como tal quando relacionado a determinado grupo, o que não o coloca em situação de igualdade de fato como insistem em argumentar.

**Tabela 19 - Trabalho (n=39)**

<b>Trabalha?</b>	<b>(f)</b>
Não trabalha	17
Não informado	1
Sim, na rua	19
Sim, na rua e fora da rua	1
Sim, fora da rua	1

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

Sobre a atual realidade de trabalho, 17 mulheres informaram que não estão trabalhando, 1 não respondeu, 19 informaram que trabalham na rua, 1 informou que trabalha na rua e fora da rua e 1 mulher respondeu que trabalha fora da rua.

González coloca que, o Estado, por não se preocupar com a integração das mulheres negras no mercado de trabalho formal brasileiro denunciando as contradições do sistema, por assumirem uma atitude paternalista em relação às mesmas, por suas lideranças serem paternalistas e autoritárias e por não conseguirem combinar o específico com o geral, não foram capazes de motivar a população negra como um todo e muito menos a sociedade brasileira em geral. Nesse sentido, é importante ressaltar a forte resistência da sociedade à questão racial (2021, p.125).

Por isso temos uma relação de força e de violência ao transformar a mulher em objeto. Como a mulher está numa posição desfavorável na reprodução da força de trabalho, e com mais tensões e quanto mais precárias são as condições de reprodução mais está a violência presente nessa realidade, sobretudo violências diretas de gênero. Porque já está sofrendo violências absurdas via Estado. Como essa precarização na reprodução social leva a esse extremo de ter mulheres em situação de rua, mulheres amamentando nas calçadas, pedindo dinheiro. Situação bem extrema que está ligada justamente em não ter condições para reprodução da vida e isso expõe a mulher potencialmente a violências.

Os dados coletados para esta pesquisa expõe que, das trinta mulheres respondentes, 16 declararam que nunca sofreram qualquer tipo de violência nas ruas. E já estar em situação de rua já não violência? Ainda, das quatorze mulheres que sinalizaram que sofreram violência, temos:

**Tabela 20 - Violências sofridas nas ruas (n=39)**

<b>Violências sofridas nas ruas</b>	<b>(f)</b>
LGBTIfobia	2
Racismo	6
Violência contra a mulher	8
Violência Física	10
Violência Institucional	9
Violência Patrimonial	6
Violência Psicológica	6
Violência Sexual	9
Violência Verbal	9

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

A violência é o terceiro determinante mais apontado para a situação de rua; ao analisar as violências sofridas nas ruas, temos: LGBTIfobia apontada 2 vezes, o racismo apontado 6 vezes, a violência contra a mulher sinalizada 8 vezes e a violência física em destaque, apontada 10 vezes. Violência institucional, apontada 9 vezes, violência patrimonial e violência psicológica, 6 vezes cada. Ainda, violência sexual e violência verbal, 9 vezes cada.

Nas palavras de Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), o movimento fundamental que o capitalismo realizou foi "separar a produção de pessoas da obtenção de lucro, atribuir o primeiro trabalho às mulheres e subordiná-lo ao segundo" (p.51). Portanto, as atividades inerentes à reprodução social passam a

ficar subordinadas à produção social e esta hierarquização traz consequências que podem ser analisadas por diversas perspectivas, mas o resultado sempre será a inferiorização de quaisquer trabalhos que envolvam a (re)produção de pessoas e de quem nestes atuam, seja de modo profissional (remunerado) ou não.

Fazemos aqui um destaque específico para uma necessidade de melhor exposição da questão histórica da correlação entre opressões e capitalismo. Como dito, a particularidade do sistema foi traçar novas dinâmicas a partir das relações sociais opressoras pré-existentes. Portanto, não apenas a opressão de gênero, mas também outros modos de violência existentes na sociedade como raça, sexualidade, nacionalidade, etnicidade, são incorporadas e remodeladas.

Angela Davis (2016), trazendo o tema para os dias mais contemporâneos, descreve que a partir desta revalorização, essa distinção de atividades, passa também por uma separação espacial e por uma atribuição alicerçada no gênero, forçando os trabalhos de reprodução social a uma "categoria inferior" de trabalho.

Essa revalorização da produção econômica revelou, para além da separação física entre casa e fábrica, uma fundamental separação estrutural entre a economia familiar doméstica e a economia voltada ao lucro do capitalismo. Como as tarefas domésticas não geram lucro, o trabalho doméstico foi naturalmente definido como uma forma inferior de trabalho em comparação com a atividade assalariada capitalista. (DAVIS, 2016, p. 230).

Tais questões foram muito importantes para a consolidação do sistema capitalista em sua introdução, tanto que Marx (2013, p.821) explicita que para o inaugural estabelecimento do capitalismo, para além da expropriação de terras e da alienação da classe trabalhadora (componentes primários para a acumulação primitiva), também recorreu a de outros componentes para sua instalação e cita várias outras violências perpetradas que não estão relacionadas diretamente a gênero, como:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e o saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva. A caça comercial de peles-negras caracteriza a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. (MARX, 2013, p. 821).

O capitalismo possui em sua gênese a destruição, a violência e a morte, sendo que todas as barbáries sob o amparo do Estado. Se tratando de Brasil, onde, com o início da invasão européia a partir dos anos de 1500, fomos submetidos a particularidade de um sistema colonialista que já é absolutamente violento, tivemos,

com o resguardo do Estado, povos originários deste país massivamente mortos ou escravizados e mulheres raptadas e estupradas.

Retomamos a questão especificamente de gênero, ou seja, o que discussões feministas percebem como primária para a questão de opressão de gênero no sistema econômico atualmente vigente: a subordinação dos trabalhos feminino em qualquer esfera social.

Assim, as atividades econômicas ficam exclusivamente no espaço público tornando espaço privado exclusivamente para as atividades relacionadas à (re)produção social e como tais trabalhos foram atribuídos a partir de uma divisão sexual, forçou as mulheres para dentro de um ciclo de trabalho precarizado.

Isso posto, se faz necessário considerar a relação mulher e trabalho existente e ainda: esclarecer suas raízes, expressões, origens. Pois desta forma, busca-se a desnaturalização de um trabalho subalternizado e com isso coloca-se em ampla discussão as relações sociais historicamente determinadas. A atual relação com o trabalho, expressa veemente estruturas de dominação que são um levante para quem quer manter privilégios e as que se organizam contra a exploração-opressão feminina.

Chauí (1998) coloca que “o agente não age em conformidade consigo mesmo e sim em conformidade com algo que lhe é exterior e que constitui a moral de sua sociedade.” Tais questões nos levam a problematizar questões no campo do comportamento individual e da moral, contribuindo para uma apreensão fragmentada do fenômeno e, com isso, a sua naturalização. Essa lógica necessita de uma análise em termos de suas determinações sociais: negar o trabalho subalternizado como resultado biológico, psicológico ou moral, de uma natureza humana; e considerar componentes raciais, de gênero/sexo e de classe (DAVIS, 2017).

Marx coloca que a consciência não pode ser jamais outra coisa do que o ser consciente e o ser dos homens é seu processo de vida real. Em suma, ou seja: não é a consciência que determina a vida, e sim a vida que determina a consciência (MARX-ENGELS, 2007).

O senso comum mostra que o caráter dessa população é ser mendigos. Mendigos, segundo Prates, Prates e Machado (2008, p.194), são pessoas que pedem nos semáforos, nas ruas, nas portas dos prédios públicos. Muitos dos sujeitos que vivem nas ruas não praticam a mendicância, o que pode ser explicitado

em nossa pesquisa com mulheres em situação de rua em Niterói/RJ. Os dados mostram que, de um total de 21 mulheres respondentes, na ocasião, vivem nas ruas, duas pedem dinheiro nas ruas. A pesquisa mostra que a maioria das mulheres estão em outras ocupações como na construção civil/ pintora, fazem programas/ prostituição, na jardinagem, lava/guarda carros/ flanelinha sendo uma apontada em cada ocupação; duas mulheres informaram estar na distribuição de panfletos; três na limpeza/faxina gerais; seis na reciclagem; quatorze afirmaram que vendem coisas na rua.

Para nossa pesquisa, excluímos algumas mulheres que usam o espaço da rua para sobreviver enquanto fazem trabalhos precários como a mendicância, cuidar de carros ou fazer outras tarefas informais que voltam para suas casas no final do dia e não são consideradas pessoas em situação de rua.

Com a pesquisa, foi possível assegurar que, apesar da complexidade e dificuldade de implementação desse movimento, a importância do trabalho realizado para superar o processo de rualização será ilustrada ao longo deste estudo a partir das contribuições de suas próprias representações.

Sobre o trabalho antes das ruas, 17 mulheres tinham trabalhos informais e apenas 7 com trabalhos formais; e 5 nunca trabalhou. Sobre o trabalho informal e formal, afirmamos o reconhecimento dessa discrepância proposital do capital, objetivando provocar, visando desmascarar a naturalização da norma e retomar a pluralidade enquanto possibilidade que não seja excludente. Provocar o pensamento sobre justiça social através do reconhecimento de que alguns grupos têm privilégios e que a promoção de oportunidades para os grupos discriminados implica para aqueles a perda destes privilégios. Ainda, obter equidade considerando as estruturas liberais, necessidade que se dê nomes aos grupos excluídos para que se tratem com diferença no futuro (SCOTT, 2005, p.27).

**Tabela 21 - Atividades feitas nas ruas para conseguir dinheiro (n=39)**

<b>Trabalhos</b>	<b>(f)</b>
Construção civil/ pintora	1
Distribui panfletos	2
Faz programas/ prostituição	1
Jardinagem	1
Lava/ guarda carros/ flanelinha	1
Limpeza/ faxina	3
Reciclagem	6

<b>Trabalhos</b>	<b>(f)</b>
Vendedora (vende coisas na rua)	14

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

Sobre as atividades feitas nas ruas para conseguir dinheiro, há Construção civil/ pintora sinalizada 1 vez, distribuição de panfletos apontada 1 vez, programas/ prostituição apontado, jardinagem e lava/ guarda carros/ flanelinha apontados 1 vez cada, limpeza/faxina apontados 3 vezes, reciclagem apontada 6 vezes e vendedora, 14 vezes.

Segundo expressões das entrevistadas, é difícil conseguir trabalho devido à aparência, quando pedem endereço de casa e se é dito que mora em abrigo ou nas ruas, que faz tempo que não trabalha justamente pela impossibilidade de acesso, ou ainda, porque já foram vistas nas ruas por seus entrevistadores. Segundo Scott (2005, p.29), as pessoas com privilégios não escolhem discriminar e sim que há uma questão estrutural, a violência estrutural, que está num efeito inconsciente nas estruturas de poder. Ao analisarmos os dados, verificamos que essas mulheres trabalhavam antes das ruas, como veremos abaixo, que têm profissões e como não conseguem exercê-las devido às questões estruturais, se viram fazendo as atividades que são possíveis, como vimos acima.

De acordo com Carneiro (2003), as mulheres negras e ainda, em situação de rua, também são oprimidas em áreas como mercado de trabalho, saúde e mídia. Existem várias situações em que as mulheres negras são inferiores.

Para as mulheres brancas de classe média, o trabalho remunerado é visto como fundamental para o alcance da autonomia, exigindo políticas sociais que proporcionem às mulheres melhores oportunidades e igualdade no mercado de trabalho. Para as mulheres pobres em situação de rua, a entrada no mercado de trabalho é prematura e precária, e elas se deparam com desvantagens e oportunidades piores do que as mulheres brancas. Ainda que as mulheres negras tenham nível superior, o fato de as mulheres negras, de certa forma destinadas a cargos menos importantes, terem menos oportunidades de inserção no mercado de trabalho é um reflexo dos negros que constituem a base da sociedade. situação das mulheres. hierarquia social.

Em todo o Brasil, é comum que mulheres negras recebam menos que homens, saiam mais tarde do mercado de trabalho e nem todas se aposentem.

Ainda segundo Scott (2005), o poder é resultado de processos históricos em que a discriminação e desigualdade se fortalecem como algo dado, que anula qualquer possibilidade de análise objetivando promover igualdade e ainda, superar a desigualdade. Vejamos abaixo uma sistematização dos dados sobre as ocupações antes das ruas.

**Tabela 22 - Ocupações antes das ruas (n=39)**

<b>Trabalhos</b>	<b>(f)</b>
Caseira	1
Atendente/balconista	3
Artesã	1
Copeira	1
Repositora	1
Costureira	1
Cozinheira/ pizzaiola	2
Vendedora	6
Empregada doméstica	6
Reciclagem	1
Prostituta	1
Auxiliar de abate - frigorífico	1
Distribuição de panfleto	1
Auxiliar de Serviços gerais	3
Servente de pedreiro	1

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

A respeito das ocupações antes das ruas, caseira, artesã, copeira, repositora, costureira, reciclagem, prostituta, auxiliar de abate, distribuição de panfletos e servente de pedreiro foram sinalizados 1 vez cada. Atendente/balconista foi apontada 3 vezes, cozinheira/pizzaiola apontadas 2 vezes, vendedora e empregada doméstica apontada 6 vezes cada e auxiliar de serviços gerais apontada por 3 vezes.

Ao analisarmos os dados, podemos perceber uma discussão sobre a luta feminista e a questão da justiça de gênero. A justiça de gênero não tenha sido apenas uma história de lutas e avanços que atende apenas a classe dominante. E seja indiferente com outras mulheres, com as realidades, desigualdades, lutas de mulheres que não são domiciliadas, que estão na extrema pobreza, que não conseguem acesso a trabalho e educação continuada. Encontramos em Schild (2015), uma ampliação desta discussão. A mesma coloca que os impactos das ações de reestruturação produtiva e de ajuste estrutural na periferia do capitalismo

torna ambíguos os avanços alcançados. O Estado criou uma secretaria de políticas públicas para reduzir a desigualdade, enquanto o caráter neoliberal de suas políticas econômicas e a conseqüente abertura de mercados agravaram ainda mais a precariedade das relações de trabalho das mulheres.

Saffioti (2015), diz que o patriarcado é um caso especial de relações de gênero que abrange a sociedade como um todo, começando com a família na esfera privada e terminando com as leis patriarcais que afetam a sociedade civil e o estado. A autora o compara como um recém-nascido comparado à contagem humana, estimada entre 250 mil e 300 mil anos, enquanto o gênero teve seu início nos últimos seis ou sete milênios. Ainda para a autora, a conexão entre esses dois conceitos é necessária porque gênero indica uma hierarquia entre as categorias de gênero, mas não torna visíveis os perpetradores do controle e da violência, que é o que implica a dominação-exploração patriarcal.

Saffioti (2015, p.108) traz para o debate que a compreensão do patriarcado se dá de maneira estrutural, em que afeta o comportamento dos indivíduos de modo inconsciente, pela construção social desse poder masculino em prerrogativa do feminino e o define como uma “estrutura hierárquica, que confere aos homens o direito de dominar as mulheres, independentemente da figura humana singular investida de poder. a máquina funciona até mesmo acionada por mulheres.

A vulnerabilidade econômica das mulheres em situação de rua no processo de exclusão social pelo trabalho pode levá-las a vivenciar o limiar entre a pobreza e a miséria. Como resultado, sabemos que o aumento do desemprego tem um efeito cascata no aumento das violências estruturais que as mulheres em situação de rua vivenciam. O desemprego pode significar uma perda de poder sobre a família, como é o caso das mães que têm seus filhos tirados nas próprias maternidades, o que pode levar a diversas formas de enfrentamentos a essa violência como: fuga, drogadição, alcoolismo.

Para compor esta análise, apresentamos o seguinte gráfico:

**Tabela 23 - Gestações em situação de rua (n=30)**

<b>Gestações</b>	<b>(f)</b>
Uma gestação	4
Duas gestações	2
Três gestações	1
Cinco gestações	1
Nunca teve	18

Não respondeu	4
---------------	---

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

A Tabela 23 refere-se aos dados sobre gestações em situação de rua, onde: 4 mulheres informaram que tiveram uma gestação em situação de rua, 2 tiveram 2 gestações, 1 teve 3 gestações e 1 teve cinco gestações. 18 mulheres nunca estiveram gestantes em situação de rua.

Verificamos que entre 30 mulheres respondentes, 4 delas tiveram uma gestação em situação de rua; duas dessas mulheres, tiveram 2 gestações; e duas mulheres tiveram 3 e 4 gestações respectivamente. Sendo que dezoito mulheres nunca tiveram gestação em situação de rua e quatro não responderam.

Ainda, ao serem perguntadas sobre após o(s) parto(s) da(s) sua (s) gestação (ões) na rua, o que aconteceu com a(s) criança(s) as mesma responderam que:

**Tabela 24 - Situação das crianças após o(s) parto(s) (n=8)**

Situação das crianças após o(s) parto(s)	(f)
Está/estão com familiares	5
Está/estão em abrigos	1
Está/estão na rua	2

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

Os dados da Tabela 24 apontam que 5 mulheres têm seus filhos com familiares, 1 aponta que estão em abrigos e 2 que estão com as crianças nas ruas. Das oito mulheres que tiveram gestações nas ruas, 1 sofreu aborto; 1 está com a/s criança/s em acolhimento institucional, 2 estão com a/s criança/s em situação de rua e 5 dessas mulheres estão com a/s criança/s em poder de outros familiares. Quem são esses *familiares*? Outras mulheres da família? Avós, tias, primas?

A mesma pergunta pode ser feita para os 65 homens que responderam que têm filhos menores de idade, dentre os 118 respondentes: estes responderam que estão com familiares e seis informaram que estão em abrigos, foram adotados e não sabem responder. Quem são esses *familiares*? Outras mulheres da família? Como está o trabalho remunerado destas mulheres chefes de família?

A fim de ampliar essa discussão de situação de rua, trabalho remunerado e poder familiar, também perguntamos se foi oferecida possibilidades de ficar com a/s criança/s nascida/s. Temos as respostas:

**Tabela 25 - Possibilidades de ficar com a/s criança/s (n=8)**

<b>Possibilidade de ficar com a/s criança/s</b>	<b>(f)</b>
Sim	3
Não	4
Não Respondeu	1

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

Sobre a possibilidade de ficar com a/s criança/s, 3 mulheres responderam que tiveram a possibilidade, 4 que não houve a possibilidade para elas e 1 não respondeu. Se faz necessário trazeremos à discussão os motivos e seus impulsionadores sobre cada resposta, sobre ficar ou não ficar com a/s criança/s em questão.

Com o fim do tráfico de escravizados, os grandes proprietários de terra fizeram todos os esforços para aumentar o número de trabalhadores forçados no país. Assim, as escravizadas eram obrigadas a ter 10, 14 ou 18 filhos e eram valorizadas ou desvalorizadas de acordo com sua fertilidade. No entanto, elas eram consideradas "criadoras" em vez de "mães", mero gado cujo valor de utilidade poderia ser calculado com precisão por sua capacidade de dobrar a força de trabalho de seu proprietário, como nos traz Davis (2016).

A gravidez e/ou o parto de mulheres em situação de rua são complexos, as responsabilidades sociais e sanitárias e a necessidade de garantir o acesso à proteção e aos direitos da mulher e do bebê mobilizam as equipes do SUS e SUAS. No entanto, nossa pesquisa aponta muitas lacunas no atendimento a essas mulheres, que muitas vezes ficam presas em um ciclo vicioso de vida nas ruas, moradia, gravidez, planejamento familiar e perda da guarda. Este ciclo pode ser fortalecido por meio de ações intersetoriais.

A descontinuidade, o foco nas crianças, a necessidade de institucionalização das mulheres e o estigma reforça a recorrência do afastamento e institucionalização das crianças. Ao se depararem com a reiteração desses fatos na vida das mulheres, supõem que isso não decorre de fracassados protocolos de cuidado, mas que os protocolos (oficiais ou informais) supõem que foram construídos na perspectiva do fracasso, ou seja, na suposição de que estas mães estavam fadadas a fracassar nas suas funções de maternidade.

Esses protocolos fazem parte de um processo de perda da maternidade que perpassa setores como um modelo de sociedade excludente sustentado pela falta

de políticas públicas. Aqui estão alguns momentos da vida das usuárias contadas durante a entrevista: as usuárias se oferecem para morar em abrigos, procuram manter hábitos de cuidar de si e de seus bebês e procuram seguir as regras e orientações da equipe, mas há lacunas observadas entre o cuidado prestado e a real necessidade.

De acordo com a pesquisa, algumas mulheres entrevistadas relataram que usavam substâncias psicoativas, mas interromperam a droga após a institucionalização sem ter tido a oportunidade de desenvolver uma estratégia para atender às suas demandas de abstinência. Por exemplo, ingestão de açúcar, deslocamento para áreas de convivência, relações sociais e substituição de substâncias menos nocivas podem ter dificultado a permanência em abrigos. A saúde não depende da abstinência, mas da adoção de diferentes estratégias que possam funcionar e potencializar o processo de escolha da mulher. Novamente, a questão não é apontar falhas, mas atentar para as possibilidades que legitimam e reforçam o processo de tutela e violência. Mas as mulheres não podem ser punidas pela ciência dos recursos estruturais e políticos que podem atender às suas reais necessidades.

Vemos modos de intervenções que, na sua grande maioria, tentam lidar com a rua de duas formas. Uma delas é a violência e o descuido. Fazemos referência à capacidade de reconstruir histórias e relacionamentos e transformar a forma como a vida é criada no foco de atenção. No entanto, como observado acima, a história da saúde no Brasil reforça o processo de alienação do povo brasileiro. Trata-se simplesmente da inclusão de pessoas em situação de rua com o objetivo de moldar e adaptar seus estilos de vida de forma considerada normal ou “saudável”. A outra decorre de relações de isolamento ou extinção.

As representações de encontros com mulheres, principalmente com mulheres que foram gestantes em situação de rua, mostram que a maternidade não é uma questão puramente biológica, mas um fenômeno social com cunho cultural, carregado de valores e cunhos sociais.

Para as mulheres em situação de rua, portanto, a gravidez e a maternidade têm implicações para além do conceito de família, pois estão associadas a uma série de desejos de mudar ou não a produtividade de vida associada a experiências e expectativas passadas. Ser mãe de adolescente em situação de rua demonstra o duplo sentido que atribuem aos filhos, evidenciando seu potencial transformador.

Esses significados abordam as crescentes oportunidades de vida mobilizadas pela gravidez e parto, minando os recursos reais dos pais, meios de subsistência, moradia, apoio emocional e financeiro. Da mesma forma, o nosso cotidiano e a nossa relação com os bens de consumo e os momentos de lazer estão a mudar, resultando em diferentes ritmos e diferentes formas de estar.

**Tabela 26 - Apoio durante a/s gestação/ções em situação de rua (n=8)**

<b>Apoio</b>	<b>Emocional</b>	<b>Financeiro</b>	<b>Material</b>	<b>Alimentação</b>
<b>Não recebeu</b>	4	5	3	4
<b>Igreja/ONGS</b>	1	1	2	3
<b>Amigos que também estão na rua</b>	1	0	1	0
<b>Amigos ou familiares domiciliados</b>	1	1	1	0
<b>Não respondeu</b>	1	1	1	1

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

Dado que os filhos de mulheres em situação de rua são repetidamente abrigados, o medo de perder a guarda dos filhos também é responsável por mudanças no cotidiano e na organização da vida dessas mulheres. Planejar e organizar os serviços de assistência social e de saúde, especialmente medidas para garantir a alimentação e a autossuficiência a médio e longo prazo. De fato, as instituições e organizações dedicadas à proteção e assistência à mulher e à criança têm procedimentos de trabalho baseados em modelos de relação vida, família e mãe-filho, o que significa que mulheres e crianças são procuradas e mulheres em organizações espirituais para a prática e estruturação da maternidade.

Além disso, o acesso às facilidades é necessário porque a gravidez traz muitas mudanças no cotidiano e nas relações da mulher que exigem ajustes, atrapalhando o sono, a relação sexual, a alimentação, mudanças no estilo de vida e até a micção. À medida que a gravidez avança, a maternidade também se revela, permitindo mobilizar socialmente outras pessoas e ampliar sua rede de apoio. Essas transformações e mobilizações surgem de uma compreensão da vida cotidiana, onde a migração, a desterritorialização e o nomadismo acontecem, e sem limites sociais, fronteiras e barreiras diluídas.

A história da saúde no Brasil foi marcada por intervenções filantrópicas e concretas do Estado diante de epidemias e doenças, ou de grupos populacionais específicos, como pessoas em situação de rua ou prostitutas, e para ajudar essas

peças, pretendia-se uma prática de totalização. A compreensão da saúde como direito do cidadão e dever do Estado é um sistema organizado com diretrizes e princípios claros, o SUS foi instituído pela Constituição Federal (CF) de 1988 e consagrado nas Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990<sup>13</sup> e Lei Nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990<sup>14</sup>. Os artigos da CF garantem acesso igualitário à recuperação, proteção, promoção da saúde e intervenções e serviços de atenção integral.

No entanto, essas leis por si só não garantem o exercício desses direitos. Por exemplo, as mulheres em situação de rua continuam enfrentando barreiras para usar esses serviços devido ao estigma, burocracia e questões preconceituosas. Embora as portarias e políticas públicas específicas para a população em situação de rua sejam datadas de 2008 (Brasil, 2008), a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) (Brasil, 2012) atribui a responsabilidade pela atenção à saúde da população em situação de rua a todos os SUS foi outorgada em 2012.

**Tabela 27 - Dificuldades para cuidar da saúde (n=39)**

<b>Dificuldades para cuidar da saúde</b>	<b>(f)</b>
Não sabe/ Não quis responder	4
Acessar a medicação	4
Acessar o serviço	5
Ausência/ poucos profissionais	5
Falta de insumos nas unidades de saúde	1
Infraestrutura ruim nas unidades de saúde	4
Localização da unidade de saúde	5
Preconceito dos outros pacientes	1
Falta de autocuidado	4
Preconceito dos profissionais	2

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

Sobre as dificuldades para cuidar da saúde, 4 mulheres responderam que não sabem ou não quiseram responder, 4 mulheres informaram o acesso à medicação, sobre acesso ao serviço e ausência/poucos profissionais tiveram 5 respostas cada, falta de insumos nas unidades de saúde foi apontado 1 vez. Sobre a

<sup>13</sup> Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

<sup>14</sup> Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

infraestrutura ruim nas unidades foi apontado 4 vezes, a localização da unidade de saúde foi apontado 5 vezes, preconceito dos outros pacientes foi apontado 1 vez e preconceito pelos profissionais foi sinalizado 2 vezes e falta de autocuidado foi apontado 4 vezes.

As especificidades e abrangência das necessidades da população-alvo impõem desafios à saúde populacional nesse contexto, como o atendimento às mulheres em situação de rua. Em 2004, foram elaboradas as Diretrizes Nacionais de Atenção Integral à Saúde da Mulher, destinadas a orientar ações, garantir direitos e reduzir a morbimortalidade por causas evitáveis para o atendimento à mulher: Princípios e Diretrizes (Brasil, 2004). Também leva em consideração a diversidade e o acúmulo de papéis desempenhados pelas mulheres (trabalhadoras, donas de casa, cuidadoras), que muitas vezes resultam em acessos repetidos aos serviços de saúde e agravamento da progressão da doença.

A condição de saúde da mulher é discriminada nas áreas de trabalho, mercado, lazer, moradia e renda, e é combinada com muitas variáveis como raça, etnia e condição social para determinar indicadores epidemiológicos de doença e morbidade e mortalidade feminina. Porque as mulheres são mais suscetíveis a certas doenças e causas de morte, o que muitas vezes significa que as mulheres procuram serviços médicos repetidamente, exacerbando a progressão da doença.

Em referência às políticas públicas que prestam atendimento especializado às pessoas em situação de rua, em Niterói, os serviços mais acessados pelas 39 mulheres em situação de rua entrevistadas foram os Centro Pop, abrigos, albergues, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), CRAS, sendo o Centro Pop e os albergues foram os mais citados pelas entrevistadas.

**Tabela 28 - Unidades de saúde (n=39)**

<b>Que tipo de unidade de saúde frequenta?</b>	<b>(f)</b>
CAPs	6
Consultório na Rua	7
Hospital	8
Policlínica	4
Posto de Saúde	6
Saúde da Família	4
Unidade de Pronto Atendimento	1

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

Ao que tange o tipo de unidade de saúde mais frequentada, os dados apontam que: 6 mulheres vão mais ao CAPs, 7 mulheres frequentam mais o Cnar, 8 mulheres disseram o hospital e 4 indicaram a policlínica. 6 mulheres informaram que usam mais o posto de saúde, 4 indicaram a Saúde da família e 1 mulher apontou a Unidade de Pronto Atendimento.

A maioria das mulheres em situação de rua não frequenta CAPs porque precisa tomar medicamentos devido a problemas de saúde mental, como dependência de drogas e comorbidades. Os relatórios sugerem que muitas pessoas relutam em procurar tratamento devido à exposição às drogas, o que as torna mais suscetíveis à violência nas ruas. Portanto, devemos considerar como entrar em contato com essas mulheres e quais estratégias serão utilizadas para garantir a adesão e continuidade do tratamento.

Ao falarem sobre o Centro Pop, as mulheres o veem como um serviço de informação para esse grupo populacional, um lugar onde elas podem tomar banho, comer, procurar ajuda com documentação e pesquisar oportunidades de emprego, bem como o ambiente em que podem socializar. As entrevistadas foram críticas quando questionadas sobre como os serviços poderiam ser melhorados para melhor atender às necessidades da população em situação de rua.

Em relação ao Centro Pop em particular, as mulheres afirmaram gostar dos serviços prestados, mas devido à grande procura e a falta destes equipamentos fez com que muitos se viessem obrigados a regressar a outras comunidades. No que diz respeito à atenção mais específica às necessidades das mulheres, uma demanda que atende às necessidades diz respeito aos serviços de saúde. Segundo uma entrevistada, é importante ter psicólogas para os atendimentos, porque falar suas questões para homens nem sempre são entendidas como falar para mulheres.

**Tabela 29 - Problemas de saúde por categoria (n=39)**

<b>Problemas de Saúde</b>	<b>(f)</b>
Alcoolismo	4
Colesterol alto	3
Dependência química	5
Depressão	4
Diabetes	3
Doenças crônicas (artrite/artrose, reumatismo, dor na coluna)	2
Doenças respiratórias	5
Hipertensão arterial	8

HIV/Aids	3
Não possui problemas de saúde	11
Não sabe/ Não Respondeu	1
Problemas cardíacos	3
Problemas de saúde bucal	2
Problemas decorrentes de acidentes	1
Sífilis	1

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

Pessoas em situação de rua também são vítimas de estigma quando procuram atendimento na saúde. Porque os profissionais de saúde se deparam com a hesitação e a incapacidade de ouvir e atender suas necessidades. Soma-se a isso a prática higienista em locais públicos, que é um ato de desrespeito à dignidade da vida e aos direitos humanos. Uma das principais medidas de higiene enfrentadas pelas pessoas que vivem na rua é a remoção de locais públicos e a proibição de circulação em determinados locais, como praças, shopping centers e outros espaços compartilhados.

**Tabela 30 - Impedidas de entrar em lugares públicos (n=39)**

<b>Já foi impedida de entrar em algum lugar?</b>	<b>(f)</b>
Nunca foi impedido de entrar em nenhum lugar	15
Sim. Bancos, Igrejas	4
Sim. Espaços públicos	3
Sim. Estabelecimentos comerciais	12
Sim. Estabelecimentos de cultura/lazer	3
Sim. Serviços de assistência	3
Sim. Serviços de saúde	2
Sim. Transporte coletivo	3
Sim. Universidades/ escolas	1
Não respondeu	1

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

Sobre o impedimento de entrar em lugares, 15 mulheres responderam que nunca foram impedidas de entrar em lugar algum, 4 que foram impedidas em bancos e igrejas, 3 impedidas de entrarem em espaços públicos e 12 mulheres impedidas de acessar estabelecimentos comerciais. Sobre o acesso a estabelecimentos de cultura e lazer e serviços de assistência, obteve 3 respostas cada. 2 mulheres responderam que foram impedidas de acessar os serviços de saúde, 3 de usar o transporte público e 1 de entrar em universidades e escolas. 1 mulher não respondeu.

As mulheres em situação de rua são um dos grupos sociais que representam uma minoria no acesso aos cuidados de saúde. No entanto, esse contexto deveria ter mudado com a implantação do CNAR, que visa atender integralmente as necessidades de saúde e ampliar o acesso ao tratamento por meio da introdução de acolhimentos nos serviços locais ou médicos.

**Tabela 31 - Uso de cigarro, álcool e outras drogas (n=39)**

<b>Fez uso de drogas no último ano?</b>	<b>(f)</b>
Não	8
Sim, álcool	14
Sim, cigarro	20
Sim, cocaína	5
Sim, cola	1
Sim, crack	1
Sim, loló	3
Sim, maconha	7
Sim, tinner	1

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

Sobre o uso de álcool, cigarro e outras drogas, 8 mulheres disseram não usar nenhuma droga, 14 mulheres responderam que usam o álcool e 20 mulheres responderam o cigarro. Ainda, 5 mulheres responderam que usam cocaína e cola e crack foram apontados por uma mulher cada. Loló foi a resposta de 3 mulheres sobre o uso e maconha por 7 mulheres. Apenas 1 mulher respondeu que sua thinner.

Os consultórios na rua consistem em propostas de tratamento que ampliam a qualidade e a acessibilidade do atendimento às populações em situação de rua e atuar junto às unidades básicas de saúde e CAPs para encontrar alternativas e garantir a saúde e os direitos civis diante das demandas crescentes e complexas do cotidiano nas ruas.

As políticas de saúde continuam reconhecendo a existência de doenças e abuso relacionados a drogas (crack e cocaína), e não há serviços que possam efetivamente promover sua recuperação. Serviços voltados para essa necessidade, como Consultórios na Rua e CAPs, estão disponíveis. Além disso, há dificuldade na escrituração de documentos devido à vulnerabilidade por doenças, dificuldade de acesso à distribuição de medicamentos vendidos e uso indevido devido à dificuldade de autonomia do tratamento.

**Tabela 32 - Documentação (n=39)<sup>15</sup>**

<b>Situação da documentação</b>	<b>Título de eleitor (f)</b>	<b>RG (f)</b>	<b>CPF(f)</b>	<b>CTPS(f)</b>
Já tirou e está em posse.	14	24	20	14
Já tirou, mas está sob a guarda de outra pessoa (terceiros).	5	5	7	6
Já tirou, mas perdeu/não sabe onde está.	13	7	8	9
Não informou	0	0	0	0
Nunca Tirou	6	1	2	9
Tirou, mas está guardada/o em uma instituição <sup>16</sup>	1	2	2	0

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

No Brasil, existe a Lei nº 13.714, de 24 de agosto de 2018, que diz dispõe sobre a responsabilidade de normatizar e padronizar a identidade visual do SUAS e para assegurar o acesso das famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal à atenção integral à saúde. A prestação de serviços às pessoas em situação de rua para a emissão de documentos como certidões de nascimento, Cadastro de Pessoas Físicas, carteiras de identidade, carteiras de trabalho, etc. precisa ser eficiente e pensar em uma ação que considere a realidade das pessoas em situação de rua. A preservação desses documentos para pessoas em situação de rua é insegura e resulta em perdas repetidas devido às suas condições de descoberta, falta de abrigo, roubos repetidos, atividades policiais e de *ordem pública*, deslocamento forçado e contato físico súbito.

Nesses relatos, podemos confirmar que a violação dos direitos dessas mulheres é um fato concreto pelo quanto elas sofrem nas condições sociais determinadas e impostas pelo espaço da rua, relações interpessoais e instituições, mantendo-as "invisíveis" e ignoradas diante de suas próprias necessidades. Ao longo da história da humanidade, as mulheres em situação de rua foram negadas o direito a toda ou parte significativa de suas vidas. É importante respeitar sua subjetividade, sua singularidade, suas dores, suas frustrações e desejos, principalmente as mulheres que sofrem de forma mais desumana.

<sup>15</sup> Foram destacados documentos básicos, sendo: RG - Registro geral, CPF - Cadastro de Pessoas Físicas e CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social.

<sup>16</sup> O Centro Pop deve, entre outros serviços a população em situação de rua, indicar o endereço da instituição que os usuários podem usar como referência e facilitar o acesso a espaços para guarda de pertences, higiene pessoal, alimentação e guarda e preparação de documentos civis.

É importante entender que as circunstâncias que levam as mulheres às ruas fazem parte de uma estrutura social opressiva e brutal que culpa o Estado por sua incompetência e falta de apoio público. Portanto, reconhecer o sofrimento ético e político vivenciado diariamente por essas mulheres contribui para uma sociedade mais justa, em que o bem-estar mental e a ética no trabalho sejam tão importantes quanto a igualdade social das mulheres e desenvolvimento nacional.

Outra posição falada pelas mulheres entrevistadas diz respeito aos serviços profissionais de abordagem social. Segundo as entrevistadas, muitas delas não conseguem acessar os serviços por falta de conhecimento, sendo necessário mais profissionais para realizar buscas nas ruas para atingir a maioria dos moradores nessas circunstâncias.

**Tabela 33 - Equipamentos da Política de Assistência Social (n=39)**

<b>Equipamentos</b>	<b>(f)</b>
Acolhimento institucional (Abrigo)	8
Hotel Emergencial	4
Centro Pop	11
CREAS	1
CRAS	3
Não Respondeu	2
Outros	3

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

Sobre os equipamentos da assistência social mais frequentados, 8 mulheres responderam que é o abrigo, 4 apontaram para o Hotel Emergencial, 11 indicaram o Centro Pop, 1 mulher apontou o CREAS e 3 mulheres indicaram o CRAS. 2 mulheres não responderam e 3 indicaram outros lugares.

O Centro Pop se insere na proteção social de média complexidade e tem como objetivo prestar assistência social a famílias e pessoas em situação de risco pessoal e social, especialmente em situação de vulnerabilidade. Serviços que podem encontrar pessoas em situação de rua voluntariamente ou por encaminhamento.

Quando se trata de serviços de abrigo, uma das principais críticas é o número limitado de vagas disponíveis. As entrevistadas disseram que deveria haver mais espaços livres para as mulheres em situação de rua, principalmente nos invernos rigorosos, quando a população é muito pequena e elas ficam mais vulneráveis a doenças respiratórias, por exemplo.

As entrevistadas descreveram como são preconceituosos os albergues, com quartos reservados para pessoas trans. O rigor das regras é um dos motivos pelos quais algumas mulheres trans e cis não querem ir para os abrigos. Exemplo é ter, ao chegar no abrigo, deixar seus pertences em outra área.

**Tabela 34 - Interesse em não ir para abrigo (n=39)**

<b>Por que não quer ir para um abrigo?</b>	<b>(f)</b>
Violência no entorno do abrigo	1
Violência no interior do abrigo	2
Regras restritivas do abrigo em relação ao horário	3
Regras restritivas em relação a entrada de animais	3
Regras restritivas em relação a entrada de grandes volumes	3
Condições de higiene dos abrigos	2
Condições de infraestrutura dos abrigos	2
Impossibilidade de permanência junto com parceiros	2
Impossibilidade de permanência junto com filhos	1
Experiência anterior em abrigo muito negativa	1
Quer ser livre	3

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

Sobre o interesse de não ir para abrigo, 1 mulher informa que se trata da violência em torno do abrigo, e 3 mulheres informaram a violência dentro do abrigo. Sobre regras restritivas do abrigo em relação ao horário, regras restritivas do abrigo em relação à entrada de animais e regras restritivas do abrigo em relação a entrada de grandes volumes foi a resposta de 3 mulheres cada. Condições de infraestrutura dos abrigos, condições de infraestrutura dos abrigos e impossibilidade de permanência junto com parceiros foi apontado por 2 vezes cada. Experiência anterior em abrigo muito negativa foi resposta 1 vez e querer ser livre foi a resposta 3 vezes.

A lógica dos abrigos desenvolveu uma forma de supervigilância prisional, que reproduziu a um tipo de sistema prisional. Esses espaços não oferecem autonomia, não personalizam o atendimento e não levam em consideração as necessidades das mulheres. As mulheres entrevistadas mostraram a importância de uma maior empatia e acolhimento, citando a necessidade de melhorar a relação entre profissionais e pessoas em situação de rua.

As entrevistadas também indicaram que outros usuários costumam ser mais úteis do que os próprios profissionais. A saúde de muitas mulheres é afetada pela forma como são tratadas e pelo status que a sociedade nos atribui. Onde a

discriminação é alta, menos ajuda é fornecida, prejudicando a vida dessas mulheres. Essas questões refletem o contexto social em que vivem as mulheres em situação de rua e as demandas que fazem. Não receber a ajuda que merecem tem um impacto enorme na vida dessas mulheres, principalmente em sua saúde psicossocial.

O objetivo não é avaliar as políticas femininas existentes, mas mostrar, com a ajuda de dados, as vulnerabilidades extremas e duradouras que as expõem e pensar em políticas sociais que consistam não apenas na construção de abrigos, mas também em lugares que criem oportunidades para valorizar a cidadania. A convivência cotidiana com o machismo, a subjugação e o preconceito vivendo nas ruas acaba por subordinar a identidade pessoal e feminina de uma pessoa.

Para atingir esse objetivo, devem ser garantidos os direitos básicos da existência social, como saúde, higiene, beleza e, mais importante, a provisão da convivência familiar, o restabelecimento de vínculos e o fortalecimento dos vínculos dos filhos. Além disso, é preciso investigar porque essa mulher não quis voltar para casa após sair de casa, se isso for possível, é isso.

Davis (2016, p. 102), coloca que pós a pseudo abolição da escravidão, um contingente expressivo de mulheres ainda trabalhava em áreas rurais. Aquelas que conseguiram galgar os degraus da casa grande não puderam, contudo, seguir adiante em seu percurso. Um número baixíssimo de mulheres negras conseguiu escapar do campo, da cozinha ou da lavanderia. A maior parte da mão de obra negra estava empregada em algum tipo de função doméstica, a situação das trabalhadoras negras era ainda mais dramática, pois a maior parte delas estavam contratadas como serviçais.

Aquelas poucas que chegaram a lecionar em escolas acabam sendo demitidas em função do preconceito e da repressão racial. As pessoas brancas, ao sustentarem que não apenas aprovaram como ainda *preferiam* que o trabalho doméstico fosse realizado por pessoas negras, em detrimento das brancas, tais senhoras acabavam reforçando os estereótipos da mulher negra como empregada *naturalmente* resistente, dócil e confiável. Conforme Davis pondera, “a definição tautológica de pessoas negras como serviçais é, de fato, um dos artifícios essenciais da ideologia racista.” (DAVIS, 2016, p.102).

Segundo nossa pesquisa já apontou, as mulheres em situação de rua são

negras e em extrema pobreza. Com isso apresentamos os dados sobre onde costumam dormir. É importante dar visibilidade para este dado pois, onde estas mulheres dormem está de acordo com um país que aboliu a escravidão de pessoas negras? Pessoas livres dormem em lugares incertos? Não parece o trato dado a mulheres negras até o século XVIII?

**Tabela 35 - Onde Costuma Dormir (n=39)**

Onde dorme	(f)
Abrigo	13
Barracos/ locais abandonados	2
Casa de terceiros (familiar, amigo etc)	3
Quartos ou vagas alugados	3
Rua	22
Não responderam	5

Fonte: Elaborado pela autora com base na Pesquisa UFF/FEC/PDPA 4410 (2020/2023)

O simples hábito de dormir para pessoas domiciliadas não é simples para pessoas em situação de rua, pois, segundo a pesquisa, 13 mulheres responderam que dormem em abrigos, barracos/locais abandonados foi resposta 2 vezes, casa de terceiros foi indicado 3 vezes e quartos alugados foi apontado 3 vezes. Sobre dormir nas ruas foi sinalizado 22 vezes e 5 mulheres não responderam.

Com frequência, os poderes mistificadores do racismo emanam de sua lógica irracional e confusa. De acordo com a ideologia dominante, a população negra era supostamente incapaz de progressos intelectuais. Afinal, essas pessoas haviam sido propriedade, naturalmente inferiores quando comparadas ao epítome branco da humanidade (DAVIS, 2016, p.108).

Apresentamos outros dados: sobre acesso a água potável, aquela água que pessoas domiciliadas nunca imaginam que é necessária para pessoas em situação de rua. Ainda mais para mulheres em situação de rua. Trazemos estes dados para confrontar com a lógica que a igualdade é real, porque ela não é. Sobre o acesso à água potável (n=39), as mulheres entrevistadas sinalizam que conseguem água potável para ingerir e para sua higiene em abrigos, doação, Hotel, carreatas, Morro do sabão, posto de gasolina, ferro velho, e pequenos comércios. Não é igual pedir água e ficar na incerteza de quando terá água potável novamente.

Os grandes interesses do capital monopolista tornam urgente romper a falsa junção entre o ideal de superioridade racial e a hegemonia do imperialismo ocidental. Se as organizações forem criadas sem a participação efetiva das

mulheres em situação de rua, a realidade terá que mudar, e as mulheres trabalhadoras serão cada vez mais atraídas pelo desafio de participar de uma cruzada contra a opressão de classe.

Lélia Gonzalez (1988), expõe o conceito de “racismo por denegação”, isso porque em um país onde as relações sociais são baseadas em nuances raciais, os brasileiros inicialmente não entendem a lógica estrutural do racismo e se autodenominam não racistas. Não se pensar como um reprodutor do sofrimento social com racismo em um país como o Brasil está, de certa forma, alinhado com a lógica do cristianismo europeu civilizado, colonial e imperialista. Significa negar o sangue de muitos que morreram em atrocidades. A escravização dos negros significa subestimar as críticas ao falso abolicionismo sem recompensa, a submissão ao negacionismo estatal que falha na ação afirmativa e a negação das lutas marginais pela sobrevivência e moradia.

É não acreditar que o racismo existe mesmo, não acreditar que se é racista e, portanto, não se deixar identificar com o racismo, onde o meu eu reproduz a lógica racista necessária à luta antirracista e fundamental à sociedade. Nesta pesquisa, onde temos o compartilhamento de experiências e entrevistas, expondo como o racismo se inscreve na dinâmica social, trazemos Grada Kilomba porque a autora afirma a importância de ações que possam fortalecer a luta antirracista. “Parece-me que não há nada mais urgente do que começarmos a criar uma nova linguagem. Um vocabulário no qual nós possamos todas/xs/os encontrar, na condição humana” (KILOMBA, 2019, p. 21).

González (1988) nos provoca dizendo que isso se deve à ideia colonialista de “civilizar o povo”, dividindo as pessoas em raças e classificando as raças em posições como: a superioridade de demonizar os hábitos e crenças das pessoas de acordo com o catecismo Cristãos do único Deus que expulsaram à força os africanos do continente. Levamos nossos cidadãos para países estrangeiros com ambientes insalubres e os escravizamos, eles governaram seus povos através da violência brutal e da colonização de suas ideias e hábitos. E isso é porque as relações coloniais de opressão racial e conquista estabeleceram sua estrutura em nossa sociedade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo desta pesquisa não é discutir exaustivamente as complexidades e problemas que a exclusão social acarreta, mas trazer à cena e abordar questões importantes e atuais sobre o tema. Também podem ser desenvolvidas estratégias para facilitar o relacionamento entre os serviços e a população em situação de rua para que seja efetiva a relação e adesão aos diferentes tipos de atendimento prestados. Cabe destacar que também é importante um trabalho preventivo para

criar alternativas que aceleram a entrada das mulheres nas ruas. Alguns exemplos são estratégias focadas no apoio à saúde e atenção primária, políticas de inclusão no mercado de trabalho e inclusão educacional.

A desvalorização da mulher é um problema enfrentado por ela desde o início da humanidade, nascer mulher em uma sociedade que ainda não se desenvolveu em torno da igualdade de gênero é um desafio contínuo e múltiplo. O conhecimento do meio em que vivem permite-nos compreender os motivos que levaram a esta situação, as suas esperanças e receios, e criar medidas preventivas e de inclusão social que permitam a reintegração destas mulheres. Famílias e comunidades que proporcionem aos cidadãos o pleno acesso aos direitos garantidos. Com base nas respostas obtidas nas entrevistas e na análise dos dados, concluímos que vulnerabilidades sociais, desemprego e violência eram um fator preponderante para o processo de realização.

O processo histórico de abuso começa no próprio lar, ainda na infância ou adolescência, e geralmente é perpetrado pelos próprios pais. Com histórias de vidas marcadas pela violência, conflito e pobreza, evidenciam-se o isolamento, o medo e a incerteza que as acompanham todos os dias.

Quem são elas afinal? São mães, filhas e irmãs. São apenas mulheres tentando encontrar refúgio nas ruas e esquecer a dor física e psicológica que se abateu sobre elas. Querem sair do invisível, querem ser vistas, e do governo, da sociedade, dos que fecham os olhos, dos que as condenam. Frio, com sede, com frequência suficiente para comer um prato de comida. Portanto, este estudo pode ampliar a reflexão sobre novas iniciativas voltadas para os direitos das mulheres em situação de rua e oferecer sugestões para conhecê-las melhor.

São necessários mais incentivos para essa demanda social, como a geração e expansão de empregos e a reformulação das políticas sociais. É importante tomar medidas concretas que tenham em conta as suas características, aspirações, sonhos e longevidade. É preciso criar oportunidades, não apenas abrigos. A experiência desta pesquisa enfatizou a necessidade de informar o público sobre os acontecimentos do cotidiano das mulheres em situação de rua em Niterói com que está acontecendo em termos de ajuda à cidadania, ampliando a ajuda, organizando redes. Por fim, essa forma de cuidar visa romper com o invisível e acolher a vida em suas diversas formas, superando o modelo assistencialista.

Além disso, os encontros com mulheres em situação de rua revelam a sua complexidade, pois as redes organizacionais também alimentam esse circuito de rua. Portanto, a contribuição desta dissertação tendo como base a Pesquisa PDPA - Niterói Inclusiva e Sustentável: construindo políticas intersetoriais para a população em situação de rua UFF/FEC/PDPA 4410 (2020-2023) e com os autores citados discute as vulnerabilidades, cidadania, identidade, desejos, limites e condições das mulheres em situação de rua. Essa contribuição é também um desafio para o meio acadêmico, político e prático.

Consideramos que apresentamos, esclarecemos e discutimos a questão da exclusão e inclusão de mulheres das populações em situação de rua de forma crítica sobre suas vulnerabilidades. Isso deixa claro que as mulheres em situação de rua são muito diferentes, mas o que elas têm em comum é que compartilham o espaço público como um lugar onde as relações sociais acontecem. Estas mulheres vivem, portanto, em extrema pobreza e caracterizam-se pelo fato de poderem utilizar as ruas como local de residência e/ou trabalho. No entanto, essa situação pode ser temporária, que a depender da rede protetiva vai implicar em maior tempo nas ruas, engendrando assim um grau de cronicidade, e tem múltiplas causas, como desigualdade, desemprego, desastres e tragédias.

As mulheres em situação de rua são vítimas de processos políticos, econômicos e sociais que as excluem e rompem vínculos afetivos e profissionais para que deixem de pertencer à sociedade igualitária e meritocrática. Por isso, suas condições de vida são marcadas pelo preconceito e pela opressão social. Contribuímos com a sociedade por meio de alguns mecanismos pensados socialmente para garantir os direitos historicamente conquistados dessas mulheres. Nesse sentido é necessário pensar políticas sociais que discutam e trabalhem na causa das vivências cotidianas e na construção de vínculos e relações sociais mais dignas e estáveis que permitam o desenvolvimento de potencialidades e autonomia.

Assim, podem ser identificadas algumas dificuldades no trabalho com mulheres em situação de rua, tanto no que diz respeito à adaptação às suas necessidades de equipamentos de atendimento das Políticas sociais, como outros setores que atendam neste contexto. Destacamos, portanto, a necessidade de um conhecimento mais aprofundado sobre as condições de vida nas ruas para que se possa pensar na implantação de políticas públicas mais eficientes, e o foco não está apenas na criação de abrigos, mas em cada mulher, respeitando a condição dos

indivíduos e seu processo histórico, jamais descartando o processo de realização e a violência estrutural.

A invisibilidade das mulheres em situação de rua ainda é um obstáculo para os órgãos governamentais e para a sociedade, pois é impossível formular políticas públicas sem um retrato completo das mulheres em situação de rua. Precisamos dar mais visibilidade a essa demanda e que não haja discriminação, indiferença ou preconceito contra as pessoas em situação de rua de rua. Queremos realmente desafiar as estruturas geradoras de todas as formas de assimetria de gênero, raça e classe, pois nos consideramos participantes da luta feminista e antirracista.

Defendendo a necessidade da “abolição das tarefas domésticas enquanto responsabilidade privada e individual das mulheres negras” como um “objetivo estratégico da libertação feminina” (DAVIS, 2016, p. 244), o que indica que ainda há muito a ser feito para que isso aconteça. Portanto, com base em Lélia Gonzales, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento e outras brasileiras, assumimos nosso lugar de luta ao protagonismo junto aos movimentos sociais do feminismo negro brasileiro e das mulheres em situação de rua.

Reunidas nessa luta comum somos as herdeiras e continuadoras de um “legado de trabalho duro, perseverança e autossuficiência, um legado de tenacidade, resistência e insistência na igualdade sexual [e racial] - em resumo, um legado que explicita os parâmetros para uma nova condição de mulher” (DAVIS, 2016, p. 41).

Nesse sentido, ‘quilombo’ marca um processo de ação, atividade, conduta, dentro dos princípios antes mencionados. Aí reside sua trajetória e importância histórica: essa característica de processo, de continuum. Entretanto, não pensamos esse contínuo como estático, e sim como dinâmico. (NASCIMENTO, 2021, p. 248).

Trazemos esta citação de Beatriz Nascimento, pois trazemos a perspectiva histórica das mulheres em situação de rua na história. De um certo modo, não seriam esses núcleos quilombos novos? Este é um elemento fundamental do relato histórico da escravidão em termos de revoltas e levantes de massa. Relevante é que o fenômeno quilombola está repleto – não apenas de palavras – de características de mobilização e transformação que permanecem no processo histórico, ou, segundo Beatriz Nascimento, no continuum histórico.

Assim, o termo quilombo contém o conceito de dinamismo. Mesmo que a autora diga que o quilombo não surge como um fenômeno ligado à escravidão negra

ou ao processo de diáspora, mas se trata de uma instituição africana anterior a este processo (NASCIMENTO, 2021, p. 153), ter essa dimensão nos ajuda a perceber o movimento na história para mulheres negras.

Nossa análise buscou inicialmente utilizar o significado isolado da palavra quilombo como língua de um determinado grupo, mas agora examinamos como a palavra mudou em relação à narrativa histórica, que nos baseamos em Beatriz Nascimento. Bem como dos eventos históricos e acontecimentos da diáspora e da escravização, essa interação se materializa nos escritos de Nascimento, principalmente quando a autora explicita seus objetivos em relação ao quilombo, dividindo-os em quatro partes. Uma representação de uma concentração de uma característica particular. Tem várias implicações no tempo e no espaço e é analisado pelos historiadores de forma organizada, base cronológica natural da vida do sujeito.

A análise sugere que o desenvolvimento histórico das mulheres em situação de rua é permeado por violações de direitos, desvalorizações e desigualdades decorrentes de uma cultura social machista e patriarcal. A maioria das mulheres é preta e parda e, em relação aos determinantes da situação de rua, fica claro o paradoxo de as mulheres saírem às ruas por causa de conflitos familiares. O estudo constatou que muitas vezes os conflitos familiares, o desemprego e a violência estrutural são determinantes, e que as mulheres em situação de rua apresentam características muito semelhantes.

A violência estrutural contribui para a subsistência das mulheres e afeta diretamente sua capacidade de buscar abrigo nas ruas. O levantamento aponta vulnerabilidades recorrentes como violência, precarização do emprego e insegurança no acesso aos tipos de higiene. No que diz respeito à saúde mental, foram identificadas necessidades significativas, principalmente o uso de drogas como forma de evitar problemas.

A maioria das mulheres são responsáveis financeiramente por sua família, sendo elas, mães solo, as principais responsáveis pela atividade de reprodução social. Também apontamos que as principais atividades dessas mulheres eram exercidas no setor de serviços, sendo a principal atividade a de empregada doméstica/faxineira, como analisado no Capítulo 3.

Objetivamos identificar os desafios e desmistificar como estes fenômenos se manifestam. Estes incluem exclusão social, realização e permanência das mulheres

nos espaços da rua, como resultados sociais que institucionalizam divisão, discriminação, discriminação e criminalização.

Portanto, este trabalho pode ampliar uma reflexão sobre novas iniciativas voltadas para os direitos das mulheres em situação de rua, buscando a proposta de conhecê-las mais profundamente. Fazem-se necessários mais incentivos para essa demanda social como criação e ampliação dos postos de trabalho e reformulação das políticas sociais, é preciso incentivar essas mulheres a saírem das ruas.

É importante a criação de medidas específicas levando em consideração suas particularidades, seus desejos, seus sonhos e suas expectativas de vida. É necessário que se construam possibilidades e que se produzam oportunidades, não apenas abrigos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Polém, 2019.

\_\_\_\_\_. O que é interseccionalidade. Coordenação Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Thithi; FRASER, Nancy. Feminismo para os 99%: Um Manifesto. São Paulo, Boitempo, 2019

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T. Teoría de la Reproducción Social. Elementos fundamentales para un feminismo marxista. Archivos de Historia del Movimiento Obrero y la Izquierda, n. 16, p. 37-69, 2020. Disponível em:

<https://www.archivosrevista.com.ar/numeros/index.php/archivos/article/view/251>.

Acesso em: jun. 2022.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. São Paulo : Cortez, 2008. (Biblioteca Básica de Serviço Social, 2)

BHATTACHARYA, T. O que é a teoria da reprodução social? Revista Outubro. Edição 32, Mulheres, 2013, p. 99- 113.

BRASIL. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Nota Técnica Conjunta n.001: SAS e SGEP. Brasília: SAS, 2015. Disponível em <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2015/outubro/08/Nota-t--cnica--diretrizes-e-fluxograma-mulher-sit-rua.pdf>. Acesso em 24/06/2023.

BRASIL. Política nacional para Inclusão Social da População em situação de rua. Brasília: MDS, 2008. Disponível em: <[https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2019-08/pol.nacional-morad.rua\\_.pdf](https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/pol.nacional-morad.rua_.pdf)>. Acesso em: 09 de junho de 2023.

BULLA, Leonia Capaverde; MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz (Orgs.). As múltiplas formas de exclusão social. Rio Grande do Sul: Edipucrs, 2004.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 58, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Estudos Avançados, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 4, n. 1, p. 1-15, 2005.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe [recurso eletrônico] / Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2016. recurso digital

DAVIS, Angela. Mulheres, cultura e política. São Paulo: Boitempo, 2017.

FRANGELLA, Simone M. Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2009

FONTES, V. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: ESPJV/UFRJ, 2010.

GHIRARDI, Maria Isabel Garcez et al. Vida na rua e cooperativismo: transitando pela produção de valores. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 9, n. 18, p. 601-610, 2005.

GODOY, P. R. T. A acumulação primitiva do capital e o discreto charme da geografia burguesa. *Geosp – Espaço e Tempo (Online)*, v. 22, n. 3, p. 559-571, dez. 2018. ISSN 2179-0892. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/119886>>. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.21790892.geosp.2018.119886>. <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/119886/152066>

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, N°. 92/93 (jan./jun.). 1988b.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Organizado por Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2020. Resenha de: SILVA, Cidinha da. A Lélia Gonzalez que emerge deste livro. *Afro-Ásia*, n. 64, p. 711-725, 2021.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

MALHEIRO, L. S. B. *Tornar-se mulher usuária de crack: trajetórias de vida, cultura de uso e política de drogas*. Rio de Janeiro: Telha, 2020.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Fererbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Débora. *Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MIGUEL, L. F. Violência e política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 30, n. 88, jun. 2015. Disponível em: [http:// dx.doi.org/10.17666/308829-44/2015](http://dx.doi.org/10.17666/308829-44/2015). Acesso em: 16 set. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombolas e movimentos*. 1. ed. Organização Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Maria Beatriz (1974a). "Por uma história do homem negro." *Revista de Cultura Vozes*. 68(1), pp. 41-45.

PAUGAM, S. Fragilização e ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano 20, n. 60, jul. 1999.

PEREIRA, Potyara A. Política Social: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008. 214 p. ISBN 9788524913914 (broch.)

Populações em situação de rua / Org. Miriam Krenzinger - Rio de Janeiro: Pallavra, 2017.

Política Nacional de Atenção Básica. (2012). Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília, DF: Ministério da Saúde.

Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua. (2008). Brasil. Governo Federal. Brasília, DF: Ministério da saúde.

PRATES, J. C. A igualdade formal e sua aplicabilidade prática: os descaminhos da dignidade atribuída ao negro brasileiro. 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

PRATES, Jane Cruz; PRATES, Flavio Cruz; MACHADO, Simone. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por este segmento. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.191-215,jul./dez.2011.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A POLÍTICA SOCIAL ENTRE DEUS E O DIABO: Determinações e funcionalidades no sistema capitalista. MORAES, C. A. S; SENNA, M. C. M; FREITAS, R. S. (Orgs.). In: *Política Social no Brasil: trajetórias, sujeitos e institucionalidades*. Editora CRV, Curitiba, 2020, p. 33 -50.

PRATES, J. C.; ABREU, P.; CEZIMBRA L. Mulheres em situação de rua. In: BULLA et al. *As múltiplas formas de exclusão social*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: maio 2022.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 1, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. 2ª edição, São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015 [2004]

SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. Quantos sexos? Quantos gêneros? Unissexo/Unigênero? Cadernos de Crítica Feminista, Ano III, N. 2, Recife, 2009, p.6-32.

SANTOS, J. V. T. Violências e conflitualidades. Porto Alegre: Tomo, 2009.

SCHILD, Verónica. Feminism and Neoliberalism in Latin America. In: New Left Review, v.96, nov-dez, 2015.

SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.